

LUÍS VIANA FILHO

O GOVERNO CASTELO BRANCO



COLEÇÃO
DOCUMENTOS BRASILEIROS



LIVRARIA JOSÉ OLYMPIO EDITORA



diz JOSUÉ MONTELLO.

ESTE LIVRO

J. M.

ANTES DE INICIAR a leitura deste novo livro de Luís Viana Filho, o leitor poderá supor que tem em mãos um volume de memórias políticas, restritas ao período de governo do Marechal Castelo Branco.

Chefe da Casa Civil do primeiro governo da Revolução de Março, e a seguir seu Ministro da Justiça, Luís Viana Filho disporia de um vasto cabedal de reminiscências pessoais, que só por si autorizavam o esforço e a oportunidade de seu depoimento.

No entanto, longe de orientar-se nessa direção, que faria de seu livro apenas um testemunho, quis o biógrafo de Rui Barbosa, de Rio Branco, de Nabuco e de Machado de Assis, com a sua experiência da pesquisa e da crônica política, ampliar-lhe as dimensões para uma obra de caráter e conteúdo histórico.

Em vez da singularidade de seu próprio depoimento, preferiu valer-se de todas as fontes possíveis, desde a carta particular ao comentário de jornal, desde o diário íntimo ao depoimento conspícuo, e daí resultou esta obra fundamental da história política do Brasil.

Para realizá-la, o narrador soube ser biógrafo, repórter, confidente, pesquisador, arquivista, recorrendo às fontes habituais do subsídio histórico, de modo que seu trabalho — ainda sem a perspectiva do tempo, necessária às narrativas de seu porte — pudesse, mesmo assim, ser rigorosamente histórico, como transunto e espelho de informações objetivas, ajustadas a uma fase da vida política e administrativa do Brasil.

Iniciado numa hora polêmica da vida nacional, o Governo do Marechal Castelo Branco reclamava a urgência de um depoimento como este, a fim de que não se toldassem, com o passar do tempo, as verdades que nele se amalgamaram.

Diz-nos Luís Viana Filho, na *Nota Liminar* de seu livro, que não pensara em escrevê-lo. Sempre imaginara que o próprio Presidente Castelo Branco o redigiria, mais cedo ou mais tarde, como uma emanção natural de sua personalidade sin-

O GOVERNO
CASTELO BRANCO



LIVRARIA JOSÉ OLYMPIO EDITORA

apresenta na

COLEÇÃO DOCUMENTOS BRASILEIROS

(DIREÇÃO DE AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO)

O VOLUME N.º 166

O GOVERNO CASTELO BRANCO

por

LUÍS VIANA FILHO



Com 42 ilustrações

1 9 7 5



RIO DE JANEIRO

Capa
EUGENIO HIRSCH

Copyright © 1975 by Luis Viana Filho

Direitos desta edição reservados à
LIVRARIA JOSÉ OLYMPIO EDITORA S.A.
Rua Marquês de Olinda, 12
Rio de Janeiro — República Federativa do Brasil
Printed in Brazil / Impresso no Brasil

FICHA CATALOGRÁFICA
(Preparada pelo Centro de Catalogação-na-fonte do
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, GB)

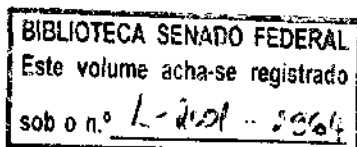
Viana Filho, Luis, 1908-
V667g O Governo Castelo Branco. Rio de Janeiro, J. Olympio,
1975.
xii, 604p. ilust. 21cm (Documentos brasileiros, v.n. 166).

Dados biobibliográficos do autor.
Bibliografia.

1. Brasil — História. 2. Brasil — Política e governo —
1964-1967. 3. Castelo Branco, Humberto de Alencar, 1900-1967
— Biografia. I. Título. II. Série.

B
CDD — 923.181
981
320.981
CDU — 92Presidente Castelo Branco
981
32(81)

75-0061



SUMÁRIO

NOTA DA EDITORA (<i>Dados biobibliográficos do Autor</i>)	vii
NOTA LIMINAR (<i>Luis Viana Filho</i>)	ix

O GOVERNO CASTELO BRANCO

CAPÍTULO I: A LUTA CONTRA O CAOS	3
CAPÍTULO II: O LÍDER	28
CAPÍTULO III: A ELEIÇÃO DO PRESIDENTE	46
CAPÍTULO IV: O MINISTÉRIO	60
CAPÍTULO V: A PRORROGAÇÃO DO MANDATO	85
CAPÍTULO VI: PELO RESTABELECIMENTO DA ORDEM	116
CAPÍTULO VII: A RESTAURAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA....	128
CAPÍTULO VIII: O REFORMADOR	172
CAPÍTULO IX: A REFORMA DAS INSTITUIÇÕES MILITARES...	194
CAPÍTULO X: O PLANO DE AÇÃO ECONÓMICA	208
CAPÍTULO XI: O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	239
CAPÍTULO XII: A REFORMA E A POLÍTICA AGRÁRIA	260
CAPÍTULO XIII: OS PRIMEIROS LANCES POLÍTICOS DO PRESI- DENTE	285
CAPÍTULO XIV: AS INELEGIBILIDADES	310
CAPÍTULO XV: O ATO INSTITUCIONAL N.º 2	332
CAPÍTULO XVI: A REFORMA DO MINISTÉRIO	356
CAPÍTULO XVII: A SUCESSÃO PRESIDENCIAL	377
CAPÍTULO XVIII: O CANDIDATO	391
CAPÍTULO XIX: ESCOLHA E ELEIÇÃO DOS GOVERNADORES.	407
CAPÍTULO XX: PROBLEMAS DE EDUCAÇÃO E DE SAÚDE	422
CAPÍTULO XXI: DIRETRIZES DA POLÍTICA EXTERNA	428
CAPÍTULO XXII: O PROJETO DE CONSTITUIÇÃO	452
CAPÍTULO XXIII: A CONSTITUIÇÃO DE 1967	463
CAPÍTULO XXIV: OUTRAS REFORMAS	477
CAPÍTULO XXV: A PRESIDÊNCIA	496
CAPÍTULO XXVI: AINDA A PRESIDENCIA	522
CAPÍTULO XXVII: OS MIL DIAS	539
AGRADECIMENTO	556
ÍNDICE ONOMÁSTICO	558

SUMÁRIO DAS ILUSTRAÇÕES

NO TEXTO: O Presidente Castelo Branco com o Sr. Luís Viana Filho, p. ii.

EXTRATEXTO (entre pp. 12 e 13):

1. O Presidente fala à nação depois da posse. 2. O Presidente toma posse perante o Congresso Nacional. 3. O Ministro Ribeiro da Costa cumprimenta o Presidente. 4. O Presidente saúda o povo na Praça dos Três Poderes. 5. O Presidente no gabinete do Palácio do Planalto com os Srs. Ernesto Geisel, Golberri do Couto e Silva e Luís Viana Filho. 6. O Presidente e o Gen. Ernesto Geisel numa recepção no Palácio do Planalto. 7. O Gen. Golberri e o Prof. Heitor Aquino Ferreira. 8. Os Ministros Juraci Magalhães e Costa e Silva recebem o Presidente, no Rio. 9. O Presidente numa reunião do seu Ministério. 10. O Presidente em almoço com jornalistas.

EXTRATEXTO (entre pp. 28 e 29):

11. O Presidente e o Mar. Mascarenhas de Moraes no Monumento do Pracinha. 12. Autógrafo de telegrama do Presidente ao Mar. Mascarenhas. 13. O Ten. Castelo Branco. 14. O Ten.-Cel. Castelo Branco com o Gen. Robinson Duff e o Comandante da FEB. 15. O Presidente recebe o Projeto de Constituição da Comissão de Juristas. 16. O Presidente assinando o termo de posse do Prof. Navarro de Brito. 17. O Governador Magalhães Pinto recebe o Presidente ao chegar a Belo Horizonte. 18. O Presidente com o Ministro Costa e Silva e o Governador Ademar de Barros em Itapeva. 19. O Presidente na posse do Gen. Cordeiro de Farias. 20. O Presidente

recebe D. Hélder Câmara, D. Eugênio Sales e D. Fernando Gomes. 21. O Presidente e o Cardeal Rossi.

EXTRATEXTO (entre pp. 44 e 45):

22. O Presidente visita o *Mtias Gerais*. 23. O Presidente ao visitar o Supremo Tribunal. 24. Lista autógrafo do Presidente em ata da Arena, indicando seis nomes à Presidência da República. 25. O Presidente inaugura, na Editora José Olympio, a exposição comemorativa do centenário de *Itacema*. 26. O Presidente é cumprimentado por D. Lucy Bloch. 27. O editor José Olympio recebe o Presidente ao chegar para a Exposição de *Itacema*. 28. O Presidente com Pelé e o Dr. Havelange. 29. Miss Universo 1965, Miss Brasil 1965 e Miss Brasil 1959 visitam o Presidente. 30. Em Brasília, o Presidente em companhia do Prefeito Plínio Catanhede.

EXTRATEXTO (entre pp. 60 e 61):

31. O Presidente recebe o Presidente De Gaulle. 32. O Presidente com os Srs. Lincoln Gordon, Rostow e Roberto Campos. 33. O Senador Robert Kennedy e o Embaixador Lincoln Gordon com o Presidente. 34. O Presidente com o Xainxá do Irã. 35. Encontro dos Presidentes do Brasil e Paraguai. 36. O Presidente com o Ministro Franco Nogueira. 37. O Presidente com o Ministro Moniz de Aragão. 38. O Presidente com a esposa. 39. Outra foto de D. Argentina Viana Castelo Branco. 40. O Presidente em companhia de familiares e do Ministro Raimundo de Brito antes de embarcar para o Ceará. 41. Última foto do Presidente.



NOTA DA EDITORA
DADOS BIBLIOGRÁFICOS
DO AUTOR

NASCIDO EM 28 DE MARÇO DE 1908, *LUIZ VIANA FILHO* diplomou-se em 1929 pela Faculdade de Direito da Bahia, havendo, quando ainda estudante, iniciado atividades no jornalismo como redator do *Diário da Bahia* (1925) e *A Tarde* (1929), em Salvador. Em 1934 foi eleito deputado federal, sendo na ocasião o mais jovem integrante da Câmara Federal. Verificado o golpe de que se originou o Estado Novo, em 1937, retornou à Bahia, dedicando-se à advocacia e ao magistério, e tornando-se também, por concurso, catedrático de Direito Internacional Privado, na Faculdade de Direito, e de História do Brasil, na Faculdade de Filosofia. Eleito deputado à Constituinte em 1945, foi sucessivamente reeleito até 1966. Em 1964, vitoriosa a Revolução, exerceu a Chefia da Casa Civil do Presidente Castelo Branco, tendo ocupado também o cargo de Ministro da Justiça. Em 1967 assumiu o cargo de Governador do Estado da Bahia, que ocupou até 1971. Atualmente representa a Bahia no Senado Federal.

Escritor, historiador, foi eleito em 1954 para a Academia Brasileira de Letras, onde ocupa a cadeira n.º 22, de que é patrono José Bonifácio, o Moço. Pertence também ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, à Academia de Letras da Bahia, à Academia das Ciências de Lisboa e à Academia Portuguesa de História.

A bibliografia de *Luiz Viana Filho* é a seguinte:

O Direito dos empregados no comércio (em colaboração com *Aliomar Baleeiro*), Salvador, 1932;

A Sabinada, Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1938;

A língua do Brasil, Rio de Janeiro, 1938;

A vida de Rui Barbosa, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1941;

A verdade na biografia, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1945;

O negro na Bahia, Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1946;

Rui & Nabuco, Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1949;

A vida de Joaquim Nabuco, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1952;

A vida do Barão do Rio Branco, Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1959;

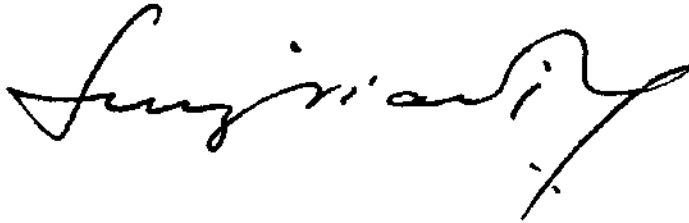
A vida de Machado de Assis, São Paulo, Editora Martins, 1965.

A Editora José Olympio, que teve no Presidente Humberto Castelo Branco um eminente amigo, apresenta neste livro sua figura rediiva no depoimento de um dos mais diletos editados da Casa, o escritor e acadêmico Luís Viana Filho.

O Governo Castelo Branco é a reconstituição de um grande momento da vida brasileira, escrita por quem foi testemunha e personagem daquela transformação política do país. A riqueza documental, o vigor do estilo e a importância dos fatos completam o livro que temos a honra de apresentar aos brasileiros.

Rio de Janeiro, março de 1975.

NOTA LIMINAR



TERMINADO O MANDATO do Presidente Castelo Branco, não cogitava eu escrever sobre seu Governo, embora deste conservasse lembranças e apontamentos. Acreditava, contudo, que ele o faria algum dia, legando à posteridade, com equilíbrio e lucidez que lhe eram peculiares, a incomparável experiência vivida na Presidência da República, em período singular da vida brasileira, cuja mentalidade mudou, criando bases para uma era de desenvolvimento. Seria o depoimento de um líder inflexível na sua missão na qual revelou excepcionais qualidades de político e administrador. Dificilmente haverá personalidade mais rica e mais completa do que a do Presidente Castelo Branco, que aliava a energia do chefe à visão do estadista. Era dos que conservavam autoridade inata, embora havendo bebido o leite da ternura humana.

O seu trágico e inesperado desaparecimento fez-me, porém, considerar sobre a utilidade de trabalho simultaneamente testemunho de um colaborador e síntese daquele período de governo. Concluí que, de algum modo, e apesar das dificuldades inerentes a iniciativa desse gênero, me cabia tentar essa contribuição. Achei modesta, mas indelevelmente veraz. A verdade tal como a vi. Outros talvez a tenham apreendido de modo diverso, para o juízo que, com o decurso do tempo, arrefecidas paixões e alargadas as perspectivas, se decantará, mostrando, afinal, o que foi essencial para o Brasil. Não me esqueceu aqui o ensinamento cristão: "não queirais julgar para que não sejais julgados." Por isso não me propus a nenhum julgamento que me não fosse imposto pelo estrito dever da verdade, senão que, evitando fazê-lo sentenciosamente, deixei que a narrativa dos acontecimentos, e, dentro neles, as atitudes tomadas por cada qual, conduzisse o leitor à sua conclusão.

Não conhecendo o Presidente Castelo Branco anteriormente, o período em que tive a honra de servir ao seu Governo permitiu-me não apenas acompanhar a ação do estadista, cuja dimensão cresceu na medida em que se assenhoreou, dominando-os, dos graves proble-

mas que enfrentou, mas também sentir o homem a quem, em que pese à aparência distante, fria, jamais faltava calorosa afetividade. Era-lhe inseparável uma nota de grandeza, certamente traço primacial do seu caráter. Fossem quais fossem as circunstâncias, nele não se surpreenderia algo de mesquinho. Leal com os companheiros, corajoso e prudente nas decisões, destemido ante o perigo, franco com os amigos, tinha o espírito vigilante, atento aos grandes e aos pequenos acontecimentos, certo talvez da impossibilidade de se distinguir de antemão, na complexidade do Governo, o que será mais ou menos importante face ao julgamento da História.

Não lhe importava o peso das responsabilidades, que sempre se recusou a repartir com os auxiliares, por mais presentes que houvessem sido numa decisão. Das múltiplas facetas em que se desdobra a sua vigorosa personalidade, poucas tão marcantes quanto a bravura de se manter sobranceiro ante a impopularidade. Virtude sem a qual não teria levado a bom termo a ciclópica obra empreendida. A menor fraqueza, a mais leve concessão, qualquer vacilação teria feito malograr muito do que se fizera com árduos sacrifícios. Ele possuía, porém, a convicção de lhe caber enfrentar e suportar as agruras de um "governo de entressafra", isto é, um duro período de semear sem colher. E nada o demoveria do que tinha como a missão a ele confiada pela Revolução. A colheita seria de outros.

Freqüentemente Castelo aceitou os caminhos mais ásperos, mas que acreditou os melhores para o país. Percorreu-os corajosamente, pois dir-se-ia que, acima de tudo, o inspirava o ideal de reformar. O espírito do incansável reformador que o Governo revelaria ao país. De algum modo o destino como que o preparara sutilmente para a ingente tarefa de transformar o Brasil. Nem lhe passara despercebido, no momento em que declinavam as labaredas da Segunda Grande Guerra, que do terrível conflito emergiria uma nova sociedade, mais humana e mais justa. De maio de 1945 são estas observações que da Itália enviou à esposa: "Tenho a impressão — dizia — de que a riqueza ancorou numa determinada camada (da sociedade): um grupo do governo que faz traficâncias entre o seu bloco e o tesouro público, e um bloco, principalmente da grande indústria e do grande comércio que explora o pobre consumidor. É a comédia no alto e o drama de quem está embaixo. Esta guerra vai revolver tudo isto, subverter todas estas cousas. Eu tenho muito que lhe contar a respeito da ebulição de idéias que se sentia em meio dos combatentes de muitos países. É impossível que de tamanha hecatombe não saia mais uma grande revolução de idéias e que daí venha uma evolução social mais humana, mais cristã, menos dura para os pequenos, limitando o mais possível a exploração de um homem por outro. É o que estou vendo na fogueira que ainda não se apagou." Era profético,

pois a guerra tudo revolveria. Como adivinhar, porém, que seria ele, no Brasil, o grande responsável por uma revolução que mudou o país?

Não houve setor da vida brasileira que não experimentasse a ação enérgica, por vezes obstinada, do denodado reformador, que semeou para o futuro. Em tudo ele punha a alma e o entusiasmo do idealista que buscava vencer e corrigir os erros do passado. Na economia, nas finanças, na ordem social, na estrutura administrativa, na organização política, ele deixaria a marca do estadista empenhado na construção de uma nova sociedade. Para consegui-lo foram numerosos os percalços, as lutas, os sofrimentos. Nada, entretanto, lhe arrefeceria o ânimo ou lhe deteria os passos. Ao longo de três anos, infatigável, determinado, consciente da sua laboriosa missão, Castelo Branco mudaria a fisionomia do país, restituindo a ordem, restaurando o crédito, implantando o planejamento, iniciando o desenvolvimento, e legando uma estrutura social menos injusta, sob a égide de organização política democrática.

O vigor com que restabeleceu a dignidade do cargo não o impediu de ser humilde, capaz de ouvir e reformular as próprias opiniões. Percebia-se, porém, orgulhar-se da estima e do acatamento dos colaboradores, para os quais se fizera chefe admirado, do mesmo modo que, senhor do novo ofício, se tornou um Presidente cheio de naturalidade, conhecedor da exata medida a ser posta em cada ato. Numa palavra, um grande Presidente, certamente o maior que a nação já conheceu. Dispondo de mandato muito breve, e que desejou até tornar menor, para que não o acoimassem de querer perpetuar-se no poder, muitas vezes precisou lutar contra o tempo, a fim de concluir tarefas a que se propôs. Não admitindo impor-se pela força e sim pela persuasão, conquistando prosélitos em muitas oportunidades, despendeu esforço quase sobre-humano para contornar dificuldades, vencer incompreensões, alcançar o apoio necessário à efetivação das suas decisões. Nessas ocasiões ele se agigantava: os obstáculos como que o estimulavam.

A carreira militar, na qual se distinguiu pela ação de comando e pelos conhecimentos técnicos, profissionais, em missões diversas de ensino, proporcionou-lhe observar os problemas nacionais. Sobre eles meditara com interesse igual ao que punha na análise de pessoas, das suas virtudes e fraquezas, que por vezes resumia na síntese de uma frase de ironia. Habitara-se assim a pensar sobre o Brasil, os seus homens e os seus problemas, para afinal chegar à Presidência com adequada soma de conhecimentos.

Acreditamos emergirá aqui a figura do homem de Estado, incansável no empenho de restaurar moral e materialmente o país. Um país que recebera devastado pela mais grave crise política, social, econômica e financeira da sua história, e que entregou colocado no caminho do progresso e da segurança. Fê-lo — nisso também fiel à sua

formação — graças a uma luta sem trégua, aceitando soluções árduas e enfrentando críticas e oposição dos próprios correligionários. Convicto da conveniência nacional em manter o Congresso, preservar o Judiciário e acatar a liberdade de imprensa, arcou sobranceiro, sem queixas, com o pesado ônus oriundo de uma atitude que poucos defendiam ou justificavam na ocasião. O que lhe importava, porém, era semear: outros colheriam depois dele.

Em resumo, três anos de trabalho apaixonante, de cuja história foi feito este livro.

LUÍS VIANA FILHO

Salvador — Rio de Janeiro, 1971-1973.

O GOVERNO CASTELO BRANCO



*Ao Exército tudo devo,
minha educação,
a formação do meu caráter
e as habilitações
que me foi dado adquirir.*

HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO

(Discurso ao deixar a Chefia do Estado-
Maior do Exército, em abril de 1964.)

CAPÍTULO I

A LUTA CONTRA O CAOS

O COMEÇO FOI TÃO inesperado quanto o rápido desfecho. Em 30 de março de 1964, o tenente-coronel Confúcio Pamplona entregou, em Porto Alegre, ao general Adalberto Pereira dos Santos, comandante da 6.^a Divisão de Infantaria, esta mensagem do Chefe do Estado-Maior do Exército, general Humberto de Alencar Castelo Branco, que a redigira de próprio punho:

RESTAURAÇÃO DA LEGALIDADE:

restabelecimento da Federação;

eliminar o desenvolvimento do plano comunista de posse do poder;

defender as instituições militares, que começam a ser destruídas;

estabelecer a ordem para o advento de reformas legais.¹

Nenhum programa seria mais lacônico. A semente era modesta — a árvore seria frondosa.

Porto Alegre era um dos pontos fracos da Revolução, não contando o general Adalberto com a maioria dos Comandos de Unidades da 6.^a Divisão. Castelo fizera-lhe também saber que o movimento irromperia quatro ou cinco dias mais tarde, devendo ser precedido da chegada de novo emissário. No dia seguinte desembarcou em Porto Alegre o general Alfredo Malan, que confirmaria o início do movimento em 4 ou 5 de abril. Na realidade, pensava-se numa contra-revolução, para deter a acelerada marcha comunista, fomentada e dirigida pelo Governo. Exibira-se até, para estudantes e marinheiros, o filme sobre a chacina do *Potemkin*. Ensinava-se a destruição da hierarquia militar, e, na Marinha de Guerra, fizera-se rumoroso

¹ Original comunicado ao Autor pelo general Adalberto Pereira dos Santos.

ensaio com o episódio do Sindicato dos Metalúrgicos, onde notórios líderes comunistas, a título de educar os marinheiros, distribuíram fartamente folhetos subversivos. E a preparação de um golpe tornou-se evidente no comício da Central do Brasil, na sexta-feira, 13 de março de 1964, bem como na reunião dos sargentos, no Automóvel Clube, ambos com a presença do Presidente da República.

Ante perspectivas tais, era crescente a reação dos responsáveis pela disciplina e pela hierarquia militar, dentre os quais, pela função e pelo conceito, sobressaía, no Exército, o general Castelo Branco. Sempre fora um legalista, empenhado em manter as Forças Armadas alheias às querelas políticas. Contudo, estava longe de ser um indiferente.

Daí as suas sucessivas posições e iniciativas como Chefe do Estado-Maior do Exército, comissão para a qual, dizia-se, fora nomeado como fórmula de atender a solicitação do governador Arrais, desejoso de desvencilhar-se do inflexível comandante do IV Exército. Era também a maneira de deixá-lo sem comando de tropa, enfraquecido portanto. Simples engano: davam-lhe uma alta tribuna para falar aos camaradas, como escreveu um observador dos acontecimentos: "Castelo Branco lecionava uma matéria transcendental: como salvar o país."²

Havia pouco que, após feliz união de mais de quarenta anos, ele perdera a esposa, D. Argentina Viana Castelo Branco, de família mineira, de acolhedora simpatia, que a beleza e viva inteligência mais ressaltavam. Fora rude o golpe inesperado. Para o compensar, ele se engolfara ainda mais no trabalho. Carta a um amigo: "*Houve uma dolorosa e violenta ruptura de uma vida bem vivida, como criatura de Deus e Senhora. Eu fiz força, como ainda faço, para não baquear, e assim procedo por causa de um ideal, a que ela se associou e pelo qual me ajudou a pelejar*". Realmente, buscara consolo no trabalho, e aos filhos escrevera pouco depois da viuvez: "*O meu trabalho profissional prossegue e pretendo dinamizá-lo. Mas o que sinto é que se foi uma presença espiritual singular, incomparável para mim, cheia de encantamento e dignidade, de delicadeza de sentimentos e de responsabilidade*".

Quando o Presidente Goulart comunicou-lhe, em Recife, que o ministro da Guerra Jair Dantas Ribeiro o propusera para chefiar o Estado-Maior do Exército, Castelo Branco escreveu a este "*velho companheiro de turma*", a quem se considerava "*ligado pela estima e por afinidades profissionais*": "*Estou sinceramente convencido que só motivo de ordem militar e de confiança profissional levaram o*

² Alberto Dines, in *Os Idos de Março e a Queda em Abril*, 1964.

atual ministro da Guerra a promover tal nomeação. É uma honrosa compensação que Vossa Excelência me outorga, sem injunções, sem que eu a houvesse pleiteado.”³ Varria assim qualquer compromisso ou influência política.

Em verdade, as esquerdas sombreavam o Governo. E ele comunicou a um amigo e companheiro: “Sinto uma acolhida confiante em muita gente à minha entrada para o 6.º andar. Note, porém, acentuadas preocupações que não as substancialmente profissionais. E isso me preocupa. Por outro lado, falam-me que o poder pessoal — promoções, transferências e classificações — anda solto em Brasília e aqui. E isso, também, me preocupa. Estou fazendo tudo para não tomar posse já amofinado.” Esta ocorreu em setembro de 1963: “Assumirei a chefia do EME, no próximo dia 13, sexta-feira. Augúrio favorável ou desfavorável?”⁴ Os fatos mostrariam.

Contudo, bem depressa ele percebeu os percalços do novo caminho. Uma semana depois, voltou a escrever: “A minha tomada de posição muito me tem preocupado no EME. Ainda, absolutamente, não estou instalado e, muito menos, montado. A situação é difícilíssima e o 6.º andar está mergulhado num desprestígio avassalador. Que fazer, como fazer?” Na resposta estaria o seu destino.

Insatisfeito, sempre desejoso de evoluir, Castelo não descansou nas comodidades da rotina. Carta a um amigo: “Continuo aqui no meu dia-a-dia de trabalho, querendo sempre vencer a rotina e arranjar causas e meios para bem evoluir. A evolução militar, tão necessária quanto as de natureza política, econômica e social, esbarra em duas grandes resistências: uma consiste no apego a fórmulas ultraconservadoras, e a outra que é a indiferença militar juntamente ligada à incompreensão governamental. Fica-se bloqueado, neutralizado. Mas, enquanto aqui estiver, não desertarei da luta. Assim, o meu passatempo, quando fora do EME, longe de suas horas de trabalho, é constituído por estudos e preocupações.”⁵

Aliás, a julgar pelo discurso de posse, era claro não pensar em cruzar os braços ante a grave situação do país. Falara francamente: “Ela [a estrutura do Exército] é permanente e nacional dentro das instituições políticas, e, portanto, com estas evolui, para garantia delas e da soberania nacional. Há reformadores oportunistas que querem substituí-las por meio de um solapamento progressivo e anti-nacional, e instituem o Exército Popular, um arremedo de milícia,

³ Carta de Castelo Branco a Jair Dantas Ribeiro, do Recife, em 30-7-1963. In Arq. C.B.

⁴ Carta ao cel. Moraes Rego, do Rio, em 10-9-1963. Comunicada ao Autor pelo destinatário.

⁵ Idem, idem, 22-10-1963.

com uma ideologia ambígua, destinado a agitar o país com exauridos pronunciamentos verbais, e perturbar, com subversões brancas e motins, a vida do povo." Era fácil perceber os endereços. E o próprio ministro da Guerra, tendo-o ouvido "com atenção e acatamento, que inspirem as idéias e conceitos de um chefe", logo lhe escreveu como se fosse uma réplica: "*Quero lembrá-lo, porém, que estou empenhado em manter o Exército coeso, disciplinado, fora dos debates políticos e voltado, exclusivamente, para as atividades ligadas ao seu preparo. Para isso é necessário a compreensão, particularmente de chefes de seu prestígio, no sentido de que não façam pronunciamentos que dêem margem a explorações por parte das diversas correntes político-partidárias.*"⁶ Palavras oportunas e pelas quais se poderia admitir perfeito entendimento entre os dois chefes militares. Restava a ação corresponder às palavras. Não demorou a divergência. Esta ocorreu em outubro, quando o Presidente Goulart solicitou ao Congresso o estado de sítio. Pedido extemporâneo, inquietante e para o qual nenhuma interpretação era tranqüilizadora. Deveria o Chefe do EME silenciar ante o fato consumado? Castelo Branco preferiu opor-se à iniciativa governamental. Julgava-se com direito de ser ouvido, e ouvido iria fazer-se. A 4 de outubro, num documento seco, medido, polido, ele transmitiu ao ministro a maneira por que encarava a situação. Cada qual deveria assumir as suas responsabilidades. E, feitas algumas observações, Castelo Branco concluiu:

"Mensagem dos ministros militares, emitida a propósito da entrevista violenta de um político opositorista, abriu a fase aguda da crise político-militar. Tratava-se da advertência de que as Forças Armadas serão inflexíveis, rigorosas e decididas na ação preventiva e na eficaz defesa da Nação. Sem dúvida, há também, aí, um compromisso para outras advertências, a respeito de outros casos, a saber:

- ação ilegal, inclusive subversiva, do C.G.T;
- a agitação insurrecional promovida pelo deputado Brizola;
- conexão de atividades de políticos com o motim de Brasília;
- os abusos do poder econômico.

V. Exa., agora, sugere o estado de sítio. Parece ser um recurso desnecessário. Para resolvermos o crucial caso dos Sargentos, participarmos ativamente na manutenção da ordem e desmantelarmos conspiratas, tenho a impressão que dele ainda não precisamos.

Os Chefes militares, em vários escalões, já se acham entregues à prioridade da segurança interna. Com o estado de sítio e os prognósticos de sua aplicação, as forças terrestres vão ficar inteiramente

⁶ Carta de Jair Dantas Ribeiro, Rio, 17-9-1963. In Arq. C.B.

absorvidas na ação policial, sem haver, creio eu, necessidade para arredá-las totalmente de sua vida normal. A dispersão de meios e a vulgarização solapam a nossa eficiência e coesão, imperativamente necessárias nas situações de comoção intestina.

Por outro lado, tutelando policialmente o país, mais sofreremos o vexame, perante a Nação, dos qualificativos rudes de 'gorilas', 'reacionários', 'golpistas' e 'patetas'.

Eu não exorbito em dar a V. Exa. o meu parecer. Sou o Chefe do Estado-Maior do Exército e membro do Alto Comando, e, no desempenho de tais funções, devo colaborar lealmente, com franqueza e respeito.

Os membros do Alto Comando não foram ouvidos. Resta-nos, portanto, o uso legítimo desta faculdade. Senão, ficaremos apenas para os atos formais, consequentes dos fatos consumados e alguns realizados sob a forma de aparentes manifestações prestigiosas."⁷

Uma carta pessoal, nota de afeto em meio da correspondência oficial, acompanhou o documento. A carta: "Meu caro Jair. Eu lhe peço dois obséquios, um o de ver na carta anexa a colaboração de quem, servindo ao Exército, está também procurando servir a você, e o outro de que a escrevi possuído do alto apreço que devo à pessoa do ministro e a um amigo de 45 anos. Quanto mais graves forem as situações, mais leais e francas devem ser as atitudes dos subordinados. E eu tenho a honra e o prazer de ser um dos seus subordinados. Escrevi a referida carta ontem à noite, depois que cheguei do EME. Por motivo de sua difícil datilografia em dia de repouso, somente hoje você vai recebê-la. Aceite um abraço amigo de seu velho camarada H. Castelo Branco."⁸

A resposta veio no dia 8. Inicialmente, era afetuosa: "Meu caro Castelo. Recebi suas duas cartas: uma datilografada e outra manuscrita; ambas muito me desvanecem porque evocam nossos sagrados deveres militares e uma amizade de 45 anos. Homem simples do Nordeste, dou pouco valor a expressões lisonjeiras, porém, é muito cara para mim a cooperação franca e leal de um chefe militar de sua experiência e brilho. Outro procedimento eu não poderia esperar de um soldado de suas peregrinas virtudes e cuja velha amizade muito me honra." E, acentuando caber ao ministro da Guerra, "membro de um Ministério Político", a prerrogativa de fixar a política do Exército em face da conjuntura nacional, declarava facultativa a audiência do Alto Comando, e terminava em tom categórico:

⁷ Carta de 4-10-1963. Cópia in Arq. C.B.

⁸ Cópia in Arq. C.B.

“O EME, como principal órgão assessor do ministro da Guerra, tem sido consultado nos assuntos que lhe são pertinentes e seus pareceres são sempre levados em alta consideração às decisões ministeriais.

Os Comandos subordinados têm sido informados oportunamente das decisões ministeriais, através de Rádios, Notas Especiais Reservadas e Boletins de Informações.

A mensagem dos ministros militares não foi emitida a propósito ‘da entrevista violenta de um político opositorista’, e sim, entre outros aspectos, visava deter as atividades subversivas de homens com a responsabilidade de governadores de importantes Estados da Federação.

O Exército Brasileiro, meu caro Castelo, tem uma tradição impar no cenário sul-americano, de sintonia com as justas, cristãs e democráticas reivindicações do povo. Seu papel portanto será decisivo para que a evolução de nossa sociedade se faça sem que corra o sangue generoso de nossa gente. A compreensão deste problema por parte dos chefes militares é fundamental para vencermos as dificuldades momentâneas.”⁹

Amena à primeira vista, a carta, no fundo, implicava em discreta censura. Depois dela poderia haver uma trégua, dificilmente a paz. Até porque as feridas eram recíprocas e o Presidente vira-se compelido a pedir a retirada da mensagem sobre o estado de sítio. Contingência desagradável, que arranhava a autoridade presidencial, apesar das explicações para justificar o recuo. Aliás, o episódio não ficou nos bastidores. E *O Estado de S. Paulo* noticiou sem reboços:

“Ora, o que na realidade se verificou foi o seguinte: o Chefe do Estado-Maior, general Castelo Branco, depois de um consciencioso balanço do que se estava passando no País e diante das proporções que assumia o clamor público contra a perigosa aventura em que acabavam de engajar-se o Presidente da República e seus ministros militares, resolveu, em documento com a chancela do Estado-Maior do Exército e dirigido ao ministro da Guerra, manifestar-se formalmente contrário ao estado de sítio.”¹⁰

Tomada uma decisão, Castelo não ficaria a meio caminho. E tornara-se evidente a sua disposição de enfrentar os que empurravam o país para a ditadura de uma república popular. Contudo, temeroso de um passo em falso, jamais se precipitaria. Esperaria a situação amadurecer. E, enquanto aguardava, promoveu, com as armas ao seu alcance, a mobilização dos camaradas do Exército, convicto das

⁹ Carta de 8-10-1963, in Arq. C.B.

¹⁰ *O Estado de S. Paulo*, 10-10-1963.

excelências do regime democrático e dos sistemas fundados na ordem jurídica.

Algum tempo depois, Bilac Pinto e Aliomar Baleeiro, em companhia do general Ademar de Queirós, que obtivera o encontro, visitaram Castelo. Falou-se da "guerra revolucionária", que dominava as apreensões de Bilac, buscando-se um prognóstico, e, infenso a qualquer ditadura, Castelo admitiu a possibilidade de Goulart fletir para a direita, a fim de ganhar o poder ilimitado e incontrastável, que desejava. Sinal de estar atento aos perigos.

Certa feita, à margem de um trecho, no qual o autor de *A Crise do Poder no Brasil* afirmava haver sido "o Estado Novo imposição de nossa trajetória econômica", Castelo colocou esta observação: "*Mas, haveria necessidade de uma ditadura?*"¹¹ A interrogação é expressiva. Contudo, para despertar os que ainda não viam a ameaça, a primeira coisa seria um diagnóstico da situação do país. Se o Ministro da Guerra se reservara a faculdade de "ouvir ou não" o Alto Comando, por certo não poderia negar ao Chefe do Estado-Maior o direito de analisar e comentar os acontecimentos político-militares. Foi o que fez o general Castelo Branco, que punha assim uma pedra no sapato do ministro.

Outubro caminhava para o fim, quando concluiu o documento que denominou "Situação político-militar (Exame e sugestões)". Remeteu-o então ao Ministro. Capeava-o pequena carta:

"Meu caro Jair. Eu volto a lhe falar sobre a situação político-militar. É o faço na convicção de que assim sou um leal colaborador seu e de que você não me toma por impertinente, nem por exorbitante.

O assunto é grande, por isso só tem cabimento se tratado por escrito, o que permitirá você dele se ocupar com mais vagar.

Tenho a impressão de que atravessamos dias calmos. Pode ser uma boa e prolongada fase, mas também constitua apenas uma trégua entre duas crises. Aproveito, então, a ocasião para lhe submeter o papel "Situação político-militar (Exame e sugestões)".

*O meu desejo é que o Exército, sob o seu comando, entre, profissional e democraticamente, em forma e que marche numa cadência bem militar. Você está no ministério apenas há quatro meses. Há muita gente querendo sinceramente ajudá-lo, sem segunda intenção ou manobra de posições. É tocar para diante."*¹²

A carta atenuava os objetivos do documento. Este, minucioso, lúcido, grave, destinava-se a informar a cúpula do Exército, uma vez que "acontecimentos de natureza militar, com implicações políticas,

¹¹ Exemplar existente na biblioteca do ex-Presidente Castelo Branco.

¹² Carta de 22-10-1963. Cópia in Arq. C.B.

se sucedem e, então, parece recomendável que os superiores escalões tenham elementos de várias fontes para as suas altas decisões." E, após a análise do panorama nacional, dizia sem meias-tintas:

"Há, praticamente, no Brasil o seguinte dispositivo:

1.º — *Um grupo político, com base ideológica definida, que quer uma imediata evolução político-econômico-social, dentro da legalidade;*

2.º — *Um outro grupo, possuidor de uma ideologia ambígua, que quer o domínio do poder, ora invocando reformas, ora pleiteando o desaparecimento das forças que lhe sejam opostas; procura aproveitar-se do 1.º grupo e da ação comunista existente no país;*

3.º — *A ação comunista, persistente e decididamente orientada e controlada, que se infiltra no 1.º grupo e quase sempre se utiliza do 2.º grupo;*

4.º — *Os grupos de oposição ao governo, já numerosos, são absorvidos correntemente por episódios, batem-se pela legalidade, particularmente o funcionamento dos poderes constitucionais, e estão em luta aberta com os 2.º e 3.º grupos.*

O 1.º grupo quer a garantia das Forças Armadas. Os 2.º e 3.º grupos pugnam abertamente para que estas fiquem a seu serviço, na base principal dos sargentos, aliados aos sindicatos, enquanto os últimos pretendem que as mesmas dêem apoio aos lances políticos que empreenderem.

Abaixo de todos estes grupos, está o povo brasileiro desejoso de paz, de bem-estar, não solidário com repetidas greves, contrário a pressões militares e sempre pela legalidade."

Desnecessário ir às entrelinhas para perceber que o documento atingia frontalmente o Governo. Nem precisava dar nomes, pois se identificavam todos os personagens. Por último punha o dedo na ferida:

"Não há uma conspiração militar. Há, sim, uma aparência de conluio de civis que procura envolver trabalhadores, elementos das Polícias Militares, pouquíssimos oficiais e sargentos das Forças Armadas, para uma posse total do Governo, para fechar o Congresso Nacional e para estabelecer no Brasil um regime extralegal.

Parece que a crise é uma só e de longa data, com características político-militares, ora com intervalos de calma aparente, ora com fases ativas, cada uma destas quase sempre determinando um acontecimento, uma evolução ou retrocesso na política governamental e greves periódicas. Em todas elas verificam-se graves repercussões nas finanças nacionais, em negociações ou atitudes no estrangeiro e, via de regra, no meio militar.

Um dos mais expressivos representantes da chamada política de renovação nacional, membro do PTB, ex-ministro de Estado e um

dos líderes do Governo, deputado Almino Afonso, opina que o Presidente da República age com 'uma política de conciliação' que gera crises sucessivas e que levará o país 'à saída golpista ou à revolução social'. Conta para esta com as Forças Populares, que, segundo ainda a sua declaração, é constituída do CGT, UNE, FPN, UBES, PUA, Sargentos, Cabos e Soldados, oficiais nacionalistas, lideranças políticas de vanguarda, ligas camponesas, etc. Este pronunciamento é aqui assinalado para se ter uma das mais autorizadas definições de Forças Populares e para se avaliar a sombria alternativa contra o Brasil prognosticada (golpe ou revolução por processos subversivos)."¹³

Quem falaria em Forças Populares sem as identificar com a própria corte do Governo? Por último, entre as sugestões, e como se revidasse a discreta censura de setembro, apresentava a "vitalização do Alto Comando, pela faculdade de seus membros opinarem individualmente sobre a situação militar e político-militar, de serem consultados sobre a mesma, e por meio de reuniões periódicas."

A sugestão devia embaraçar o ministro. Contudo, sendo impossível calar, a réplica não tardou: "Concordo em principio com as idéias expostas no officio n.º 215-DI Reservado de 22 de outubro de 1963, mas receio que o Comando, cujas atribuições devem ser especificamente militares, se transforme num órgão essencialmente político." Por certo, ganhava tempo. E como se buscasse algum ponto de harmonia para os companheiros, acrescentava: "o sentimento legalista e o respeito à ordem e à disciplina constituem um denominador comum capaz de não só unir o Exército, como os brasileiros de um modo geral."¹⁴ Conceito exato. Mas, como invocá-lo, se o próprio Governo ameaçava a ordem legal? Nesse clima, Castelo não se sentia à vontade. "A nossa marcha aqui — escreveu ao coronel Hélio Ibiapina, camarada que continuara em Recife — não é de todo tranqüila. É muito difícil apanhar a cadência dos tempos..." Certamente, ele não a conseguiria apanhar.

Por algum tempo não haveria tranqüilidade no país. Devorada pela inflação, propositadamente sacudida pela audácia crescente dos líderes esquerdistas, a nação mostrava-se cada dia mais inquieta, talvez perplexa ante a guerra revolucionária, que ameaçava convulsioná-la para, depois, implantar uma ditadura comunista. Aterrados, muitos se preparavam para emigrar, enquanto as instituições pareciam ruir rapidamente: a autoridade, a hierarquia, a economia, as finanças, tudo soçobrava, talvez irremediavelmente.

¹³ Officio do Chefe do EME ao ministro da Guerra, em 22-10-1963. Cópia in Arq. C.B.

¹⁴ Carta de 30-10-1963, in Arq. C.B.

1963 seria um ano de agonia. Iniciara-se com o Referendo, que devolvera a Goulart os poderes do presidencialismo, e daí por diante se desconheceu um período de calma. A própria área governamental, dividida entre os comunistas que dominavam a cúpula sindical, através do Comando Geral dos Trabalhadores (o famoso CGT), e do PUA (Pacto de Unidade e Ação), e elementos moderados, como San Tiago Dantas, apresentara sempre inquietante divergência, que alguns traduziam como o antagonismo entre a “linha chinesa”, ortodoxamente revolucionária, e a “linha de Moscou”, que preferiria tomar o poder pacificamente. E a tudo isso se somariam o governador Arrais que, em Pernambuco, organizara secretariado marcadamente esquerdista e comunista, e a agitação estudantil promovida pela UNE (União Nacional dos Estudantes) e pela UBES (União Brasileira de Estudantes Secundários).

Durante meses, Goulart comandaria o caos, que, de certo modo, interessava a todas as facções do Governo, inclusive ao próprio Goulart, que, nitidamente, alimentava aspiração continuísta. As greves, ora aqui, ora ali, envolvendo principalmente ferroviários, portuários e petroleiros acabaram freqüentes e habituais no país; raro o dia em que não se deflagrava alguma, sob a complacência governamental. Dia a dia tornava-se maior o pânico entre os liberais e conservadores. Incitada por notórios líderes petebistas e comunistas — Osvaldo Pacheco, Pelacani, Riani e tantos outros — a área sindical agitava-se cada vez mais, enquanto os investimentos paravam e os capitais estrangeiros desapareciam. Era o clima ideal para os que jogavam na desgraça do país, que começava a despenhar-se ladeira abaixo.

Em outubro, Goulart pareceu sentir-se suficientemente forte para abandonar a posição dúplice e dúbia, tanto do seu agrado. E, falando em Vitória, onde inaugurava a Usina de Ferro e Aço, investiu, no mais candente estilo “nacionalista”, contra os que se opunham à “reforma agrária e às reformas de base”: “Não podemos ser subjugados pelos estrangeiros que nos espoliam e pelas forças internas que querem manter intocável um sistema em que grupos reduzidos exploram a maioria do povo.” Era o início da vigorosa campanha liderada pela “imprensa sadia” (em contraposição à imprensa “vendida” ou “antinacional”) cuja tônica era o anti-Congresso e a anti-Constituição. Como governar e atender reivindicações populares, se o Congresso negava as “reformas”? E, ao tempo em que se preconizava o fechamento do Congresso, anunciava-se novo plebiscito em favor das reformas — o voto derrubaria a Bastilha.

Também nos campos político e militar não se conhecera a bonança. Neste houvera a assinalar a ascensão do general Assis Brasil à chefia da Casa Militar do Presidente, e a nomeação do general Osvino



O Presidente Castelo Branco fala à nação por ocasião de sua posse. A seu lado Vice-Presidente José Maria Alkmin. (Foto Manchete)



Posse do Presidente Castelo Branco perante o Congresso Nacional, em 15 de abril de 1964. Na mesa, os presidentes do Supremo Tribunal Federal e do Congresso, Ministro Ribeiro da Costa (à esquerda) e Senador Auro Soares de Moura Andrade. (Foto Manchete)

O Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Ribeiro da Costa, cumprimenta o Presidente Castelo Branco.





Depois de assumir a Presidência da República, o Presidente Castelo Branco saúda do Palácio do Planalto a multidão estacionada na Praça dos Três Poderes. Da-esquerda para a direita, o Sr. Luis Viana Filho, a Sra. Ranieri Mazzili, o Senador Auro de Moura Andrade, o Deputado Ranieri Mazzili, o Presidente, o Vice-Presidente José Maria Alkmin, o Governador Magalhães Pinto e os Ministros Costa e Silva e Francisco Correia de Melo.



O Presidente Castelo Branco, no seu Gabinete no Palácio do Planalto, e os Srs. Ernesto Geisel, Golberi do Couto e Silva e Luís Viana Filho, respectivamente Chefe do Gabinete Militar, Chefe do Serviço Nacional de Informação e Chefe do Gabinete Civil.
(Foto Manchete)



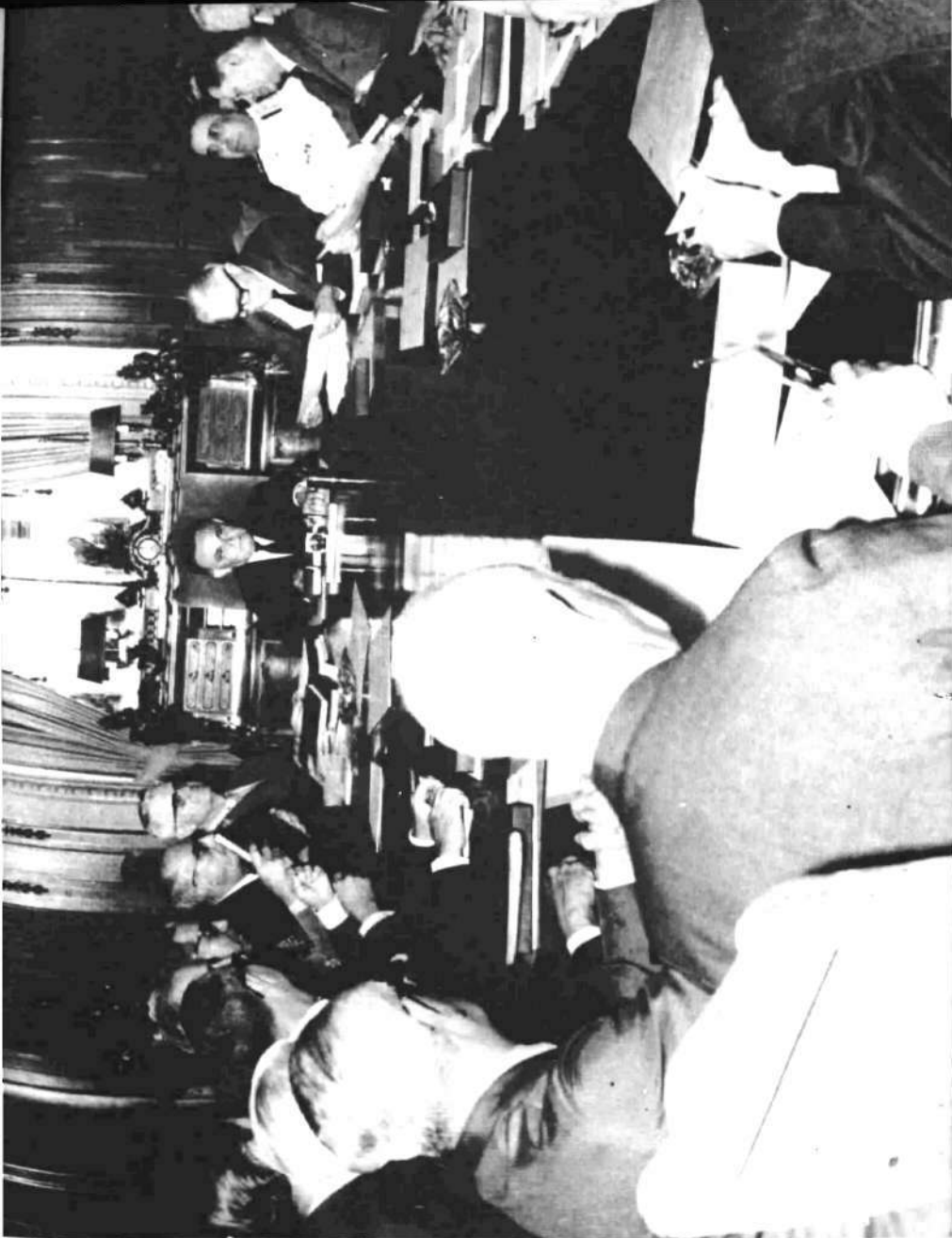
O Presidente Castelo Branco e o General Ernesto Geisel, então Chefe do Gabinete Militar, numa recepção no Palácio do Planalto.



O General Golberí do Couto e Silva, Chefe do Serviço Nacional de Informação, e o seu Secretário, Professor Heitor Aquino Ferreira, no Palácio das Laranjeiras (Rio).

O Presidente Castelo Branco ao desembarcar no Rio de Janeiro depois de haver sancionado em Brasília o Ato Institucional n.º 2, em outubro de 1965, é recebido pelos Ministros Juracy Magalhães e Artur da Costa e Silva. (Foto Manchete)





O Presidente Castelo Branco numa reunião do Ministério. Ladeando-o, os Chefes dos Gabinetes Civil e Militar, General Ernesto Geisel e Sr. Luís Viana Filho. A nossa direita, o Marechal Juarez Távora, Ministro dos Transportes, o Sr. Vasco Leitão da Cunha e o Almirante Ernesto de Melo Batista, respectivamente Ministro das Relações Exteriores e Ministro da Marinha. A esquerda: o Ministro da Guerra, Marechal Costa e Silva, e Sr. Milton Campos, Ministro da Justiça. (Foto Agência Nacional)



O Presidente Castelo Branco num almoço com jornalistas no Palácio do Ipê. A esquerda do Presidente, os jornalistas Heron Domingues e Murilo Melo Filho. (Foto Agência Nacional)

Ferreira Alves para dirigir a Petrobrás, onde, apesar de já na reserva, se tornou ameaçadora ponta de lança contra o ministro da Guerra. Na política, San Tiago Dantas perdera o Ministério da Fazenda para o conceituado ex-governador de São Paulo, Carvalho Pinto, que não demorou em ver-se sem condições de permanecer. Substituiu-o Nei Galvão, figura inexpressiva, da intimidade de Goulart.

Gradativamente, o pânico instalara-se no país. Quantos não pensavam em deixá-lo, ante a perspectiva de uma república popular, ou sindical? Contudo, acalentado e fomentado pelo Governo, o pânico criava o clima para que a permanência de Goulart no poder se tornasse a única solução pacífica. Este parecia sonhar se repetisse 1937.

Seria custoso organizar-se a resistência: durante longo tempo sobreviveria o "espírito de legalidade" das Forças Armadas. Alguns deputados da oposição haviam cogitado do *impeachment* de Goulart, e Aliomar Baleeiro redigiu a petição, que o advogado Sobral Pinto prontificara-se a subscrever. Escreveu o historiador Skidmore que eles sabiam "não contar com votação suficiente". A verdade é que, havendo Baleeiro submetido o assunto aos generais Ademar de Queirós e Castelo Branco, este considerou a iniciativa inoportuna, pois poderia provocar uma greve geral, que não tinha ainda como enfrentar.

Chegara-se assim aos idos de março. A impressão generalizada era a de que o desfecho se aproximava, e muitos temiam pela sorte das instituições democráticas. Entretanto, quanto mais avultava o perigo mais se ampliavam as resistências nas Forças Armadas, onde antigas correntes revolucionárias, vindas desde 1922, começavam instintivamente a se unir. O general Cordeiro de Farias era há muito, dos mais ativos na conspiração. O general Denis nunca se conformara com os episódios posteriores à renúncia do Presidente Jânio Quadros. Em Minas Gerais, os generais Olímpio Mourão e Carlos Luís Guedes uniam-se numa conspiração com o Governador Magalhães Pinto. E a esses poder-se-iam acrescentar, entre outros, os generais Ulhoa Cintra, Bizarria Mamede e Costa e Silva, este o mais antigo dos generais com função no Rio de Janeiro. Também alguns já na reserva, antigos conspiradores, como Nelson de Melo, Ademar de Queirós, e Golberi do Couto e Silva, vinham reunir-se aos camaradas.

Sobre a situação que se esboçava, o general Golberi do Couto e Silva, acatado como um dos intelectuais do Exército, redigira apreciação confidencial, distribuída num círculo restrito. Era uma análise objetiva e pessimista, na qual se acentuava "a evidente irritação do Executivo [Goulart], ainda que mal disfarçada sob o pretexto de lhe ser hostil o ato do Legislativo" que impedira a decretação do estado de sítio. E, ao lado do desprestígio do ministro da Guerra, cuja exoneração era admitida, apontavam-se as preterições dos generais

Ururai, Orlando Geisel, e Ulhoa Cintra, e a promoção do Almirante Aragão e sua designação para comandar os Fuzileiros Navais, substituindo o almirante Bustamante, homem moderado, e, por isso, afastado. Era evidente o preparo do terreno contra o Congresso. E os jornais esquerdistas, simpáticos a Goulart, não se cansavam de anunciar uma conspiração “direitista” contra o Presidente, cuja base militar seriam os “gorilas” do Exército.

Na época, os episódios de maior repercussão no Exército foram o incidente Murici-Brizola, em Natal, e, em revide à entrevista do governador Lacerda ao *Los Angeles Time*, a tentativa de seu seqüestro pelo Corpo de Pára-quedistas. Daquele incidente, em maio de 1963, Castelo, Comandante do IV Exército, deu conta ao ministro da Guerra: “Percebo — dizia — que o deputado Brizola, em seus discursos no Nordeste, acusa de ‘golpistas’ os militares que não o acompanham na montagem do seu golpe e de ‘gorila’ os que não participam da sua política para, de qualquer jeito, dominar o poder.”

Quanto ao seqüestro, tramara-o o general Pinheiro, que cobraria o insucesso punindo oficiais que o evitaram. Abria-se nova e sôfrega frente revolucionária, assim descrita pelo jornalista Carlos Castelo Branco:

“Um grupo de coronéis, convencidos de que os generais dificilmente tomariam a iniciativa de um trabalho conspiratório efetivo, decidiu-se a cobrir a tarefa, sob o estímulo da emoção provocada no Exército pelas punições impostas ao coronel Boaventura, ao major Monção e a outros resistentes da Divisão Aeroterrestre, que, nas suas reuniões, tinham uma figura dominante, a do coronel João Batista Figueiredo... Assentaram desde logo que só um general, naquele momento, desfrutava do prestígio necessário para unir todas as células da conspiração e impor o movimento ao respeito dos demais oficiais generais. Tratava-se do general Humberto de Alencar Castelo Branco, chefe do Estado-Maior do Exército, notoriamente alarmado com as ameaças que partiam do Governo à própria estrutura das Forças Armadas e do regime democrático.”¹⁵ Para o país era, aliás, nome quase ignorado. *O Globo*, em janeiro de 1963, a ele assim se referia: “Discreto, avesso à publicidade, não é o general Castelo Branco uma figura popular. Respeitado, reverenciado mesmo no seio da tropa, é quase desconhecido no mundo civil.”

Motivara essa nota a declaração de Castelo Branco, em Salvador, sobre a nomeação de comunistas para órgãos de ensino e estatais, e que movera o Ministro da Guerra a telegrafar-lhe, esperando um

¹⁵ Carlos Castelo Branco, in *Os Idos de Março e a Queda em Abril*, p. 287.

desmentido. Para Castelo foi a oportunidade para resposta vigorosa, reiterando apreensões e traduzindo velhas concepções. Lia-se no officio que mandou a Jair Dantas Ribeiro:

“Julgo-me no dever de, também, informar a V. Exa. sobre a compreensão de minha frase. Antes, a propagação comunista era bravamente promovida por propagandistas que levavam a palavra escrita e falada, aberta ou clandestinamente, a toda parte, arriscando-se muitas vezes. Depois, estes são apoiados, não bravamente, mas manhosamente por membros, que se colocaram ou foram colocados na administração, no ensino e em organismos estatais. Fala assim quem ouviu sérias e elevadas exposições sobre o comunismo no Brasil, no C.S.N., na 2.^a Secção do EME, na D2 do Gabinete do MG e em 2as. Secções de Grandes Unidades, cujos fichários alinham nomes e mais nomes de comunistas em postos da administração, do ensino e de organismos estatais. Não violei um segredo, pois não há mais segredos sobre este assunto para as Forças Armadas e o povo. O rádio de V. Exa. parece dar a entender que eu não deveria fazer declarações. Mas o Governo tacitamente confere aos militares a faculdade de pronunciamentos. É comum ler-se, na imprensa, entrevistas, telegramas e discursos sobre os mais variados assuntos (greves, plebiscitos, papel do Exército, apoio a campanhas de sargentos, etc.)

Generais e Sargentos têm falado. Falei, mas num tom muito diferente daquele de um pronunciamento político.

Na verdade, as entrevistas, telegramas e discursos têm sido feitos para aplaudir o Governo, ou secundá-lo em seu ponto de vista político. Por uma questão de moral política, a faculdade consentida não pode, no entanto, ficar restrita àqueles pronunciamentos favoráveis. Necessariamente, são permitidas as manifestações contrárias. Senão, seria uma iniquidade flagrante, uma discriminação antidemocrática, a prática de um totalitarismo. Caso a minha declaração fosse contra o Governo — o que não aconteceu, pois só pode ser tomada como uma despreziosa colaboração —, eu estaria, sem dúvida, protegido por uma faculdade, já garantida a vários militares.”

Em seguida, numa atitude temerária, mas reveladora de um espírito deseioso de ir até o fundo das coisas, voltava as velhas teses do Exército apolítico, sob pena de todos poderem externar opiniões pessoais, a favor ou contra o Governo.

Evidentemente, Castelo Branco escolhera o seu caminho. E, em janeiro, falando na Vila Militar, externou um conceito de legalidade, que irritou profundamente o Governo. Decidido, ele escreveu ao coronel Hélio Ibiapina, no início de fevereiro: *“Cresce a convicção de que se deve reagir ativamente, com iniciativa, no caso do sempre desejado golpe estatal. Há, mesmo, um trabalho aberto, nada de conspiração, para mostrar aos camaradas que é preciso, pela legali-*

dade, agir ofensivamente. Nesse trabalho, apresenta-se a definição de legalidade, baseada na evidência da conjuntura: 'assegurar o funcionamento do Congresso, em coexistência com o Executivo e o Judiciário; garantir o processamento eleitoral, as eleições e a posse do eleito para 31 de janeiro de 66.' Tem você aí a atualidade militar. O IV Exército, na reação legalista, é básico. Basta durar na ação umas 48 horas. Não ficará só." Por certo, não precisava dizer mais.

Ostensivamente liderado pelo deputado Leonel Brizola, que se cercara de notórios comunistas, e com ares de quem ia aposar-se do poder, o governo do Presidente Goulart ameaçava o Congresso. Especialmente a Câmara dos Deputados, onde renascia a "banda de música", designação de um grupo de deputados da União Democrática Nacional, notados pelo vigor e vigilância com que, desde Kubitschek, encarnavam um pensamento de regeneração do país. Sentavam-se habitualmente na primeira fila, prestes para o aparte ferino, a crítica dolorosa, a denúncia dos escândalos administrativos. Estes não faltavam. Bilac Pinto apontara as "negociações ilícitas e fabulosas" do Instituto do Café, e os "intermediários poderosos", que participavam de percentagens nas grandes operações do Banco do Brasil e do Banco de Desenvolvimento. Também o deputado Antônio Carlos Magalhães, a quem sobrava impetuosidade, trouxe à baila as negociatas no Departamento Nacional de Estradas; e, já no fim do Governo Goulart, revelou o imenso e inacreditável patrimônio territorial do Presidente, que, recebida pequena herança, possuía mais de cem mil hectares de terra. Acreditava-se que a subversão se aliara à corrupção.

Tais fatos exacerbavam aquele grupo de deputados, tão convictos de que o mal estava em ter-se um regime infelizmente deturpado pela falta de escrúpulo dos governantes. E acreditavam que o primeiro passo devia ser o da moralização dos costumes políticos. Mais uma vez, a observação de Aristóteles seria comprovada: "As democracias são mais sujeitas às revoluções pela desonestidade dos seus demagogos."

A simples presença de Brizola, na Câmara, irritava aquele punhado de moralistas. Inteligente, inculto, cheio de audácia, ostentando um penacho de homem do pampa, constituíra-se, para os adversários, que o acusavam de graves e numerosos pecados, a imagem do aventureiro, ante o qual viam um fosso ético intransponível, impedindo até a habitual cortesia entre colegas de representação. Certa feita, grave incidente interrompeu o debate que ele travava com o deputado João Calmon.

A "banda de música" dispunha de vários instrumentos, e, enquanto permaneceu na Câmara, Carlos Lacerda foi líder incomparável. Ninguém o excedia, embora integrasse uma plêiade brilhante e ardo-

rosa. Aliomar Baleeiro, por exemplo, além da cultura, notabilizava-se pela tenacidade e rudeza no combate — parecia indiferente ao sofrimento do adversário — e a ele aplica-se aquela imagem de Joaquim Nabuco, ao retratar Zacarias de Góis e Vasconcelos: “A sua posição lembra um navio de guerra, com os portálos fechados, o convés limpo, os fogos acesos, a equipagem a postos, solitário, inabordável, pronto para a ação.” Outro da primeira fila era Pedro Aleixo, antigo presidente da Câmara, onde se iniciara jovem, aprendendo os segredos da vida parlamentar, o que fazia dele um tático e um estrategista capaz de preparar os lanços remotos de uma batalha. Também de Minas Gerais viera Oscar Correia, cuja inquietação intelectual não lhe permitiria conformar-se em não ter logo o primeiro posto. Mas, a impaciência dificilmente se coaduna com o ritmo partidário, e ele acabaria preferindo a liberdade da advocacia. O reverso dessa imagem era Herbert Levi, deputado por São Paulo, infatigável e obstinado na consecução dos seus objetivos. Inclinado aos assuntos econômicos e financeiros, parecia incansável ao discursar horas a fio, triturando os antagonistas com argumentos que repetia sob várias formas, até esgotar todas as prorrogações do tempo. Dir-se-ia um pastor a lutar pela sua igreja. Muitos eram os eleitos... Paulo Sarasate, sempre apressado, cordial, atento em fazer algum obséquio; Guilherme Machado, freqüentemente na posse de alguma fórmula da alquimia política; Adauto Lúcio Cardoso, precocemente encanecido, mas atirado como um adolescente movido por um ideal. Na fase derradeira foi importante o papel de Bilac Pinto, divulgando o ideário e métodos da “guerra revolucionária”, assunto então praticamente ignorado. Dizia-se que se empenhara na matéria por intermédio de oficiais do Exército dispostos a advertir o país dos perigos iminentes. Presidente da UDN, dando às próprias palavras um tom grave, fazendo-as parecer ainda mais verdadeiras e proféticas, Bilac desvendou a maneira insidiosa por que se preparava a “guerra revolucionária”, inclusive distribuindo armas a homens do campo. Falando pelo país a fora, ele convocava os incrédulos e reanimava os que haviam perdido a fé.

Além de políticos e militares, várias correntes de opinião almejavam pôr termo à intranquilidade, o que se refletia claramente em importantes jornais. Eugênio Gudin, por exemplo, publicista a quem o tempo não diminuía a lucidez e a combatividade, era infatigável nos artigos publicados no *O Globo*. No *O Estado de S. Paulo*, Júlio de Mesquita Filho prosseguia velho trabalho de erosão dos remanescentes do getulismo. Havia os angustiados pela falta de autoridade do Presidente, tido como joguete na mão dos mais audazes, enquanto outros anteviam as terríveis conseqüências da inflação iniciada com Juscelino, e que depois de atingir 80% em 1963 prometia alcançar

a insuportável taxa de 140% no correr de 1964. Múltiplos fatores assim contribuíam para exaltar “uma ansiedade interior de mudança, existente praticamente em todos os quadrantes do país”, conforme observou o sociólogo Pessoa de Morais. Cansado, inquieto, temeroso, o país queria mudar.

Em Natal, no Rio Grande do Norte, o incidente com o general Murici assinalou a presença do deputado Leonel Brizola, reconhecidamente o líder da agitação. Também em Governador Valadares elementos locais não permitiriam realizar-se um comício, e João Pinheiro Neto, mais tarde, não lograria falar na Faculdade de Direito de São Paulo. Enquanto isso, o *slogan* das chamadas “reformas de base” inundava o país, talvez preparando-o para ser uma nova Cuba. E o mundo político se repartia entre pessedistas temerosos e conciliadores, petebistas que prelibavam a vitória, e udenistas em busca dos últimos cartuchos. Poucos, entretanto, acreditavam possível deter-se a maré montante do comunismo. “Nem sei como aconteceu”, diria mais tarde o brigadeiro Moss. E como forte e inquietador ensaio para a tomada do poder e ascensão das “reformas”, marcou-se para 13 de março, sexta-feira, o Comício da Central em pleno coração do Rio de Janeiro. Seria a prova de fogo da popularidade do Governo e da sua diretriz ideológica. Uma avalanche de povo para soterrar os recalcitrantes. Gastaram-se milhões em propaganda e no transporte dos que, vindos dos bairros mais distantes, do Estado do Rio, de Minas, de São Paulo, fariam tremer o país. Que diriam a isso os ministros militares? Contou mais tarde o Presidente Costa e Silva que, na presença do general Ururui, dissera-lhe o ministro da Guerra. “*Eu não vou a esse comício. Já disse ao Presidente que não vou.*” Também o Chefe do EME tivera a segurança da ausência do Ministro, e transmitira-a a outros generais. Daí a surpresa com que, do próprio gabinete, no conhecido 6.º andar, Castelo viu o ministro no palanque, ao lado do Presidente, que, feliz, iluminado pela presença da Senhora Goulart, parecia antegozar a nova república, que os mais tímidos chamavam de sindical, e os mais audazes, de socialista. Aliás, Costa e Silva também com habitual bonomia lembrou o breve diálogo que na segunda-feira, 16, manteve com o Ministro: “*Então V. foi ao comício?*” — “*Tive que ir, porque vieram aqui para o meu gabinete quatro ministros: o Botelho, o Sílvio...*” — “*Então está tudo acabado. Amigo velho, eu fiz tudo o que era possível, você há de reconhecer...*”¹⁶

O comício foi a gota d'água: ninguém mais duvidava sobre o rumo e os objetivos do Presidente e dos que o orientavam ou domi-

¹⁶ Discurso do general Costa e Silva na Escola de Estado-Maior, em 2-4-1965.

navam. O próprio general Castelo Branco, até então cingido a um estado de contenção, não só visando a preservar o Exército, mas também a conservar-se leal aos ideais democráticos da Constituição, reconheceu que a observância da legalidade conduzia ao comunismo. Realmente, um regime de tipo fidelista batia às portas do país. Posteriormente, falando a *O Estado de S. Paulo*, o embaixador Lincoln Gordon incluiu a Revolução de 64 entre os acontecimentos mais importantes para o Ocidente, lado a lado do Plano Marshall, o bloqueio de Berlim, e a derrota dos comunistas na Coréia.

Castelo escreveu então — a 20 de março — a Circular Reservada dirigida “aos generais e demais militares do EME e das Organizações subordinadas”. Seria difícil dizer se representava o último apelo ou advertência à ordem legal, ou o primeiro passo em favor da Revolução.

O certo é que o perigo — a ameaça de uma Constituinte e agitações generalizadas “do ilegal poder do CGT” — trazia à tona um pensamento longamente amadurecido. A sua tese: “Os meios militares nacionais e permanentes não são propriamente para defender programas de governo, muito menos a sua propaganda, mas para garantir os poderes constitucionais, o seu funcionamento e aplicação da lei. Não estão instituídos para declarar solidariedade a este ou àquele poder. Se lhes fosse permitido a faculdade de solidarizar-se com programas, movimentos políticos ou detentores de altos cargos, haveria, necessariamente, o direito de também se oporem a uns e outros.”

O raciocínio era claro e perfeito. E alcançava em cheio o objetivo de preservar o Legislativo, o poder desarmado, das diversas pressões exercidas ante a complacência, se não o estímulo do Executivo. Depois da tese, uma síntese do panorama nacional:

“A ambicionada Constituinte é um objetivo revolucionário pela violência com o fechamento do atual Congresso e a instituição de uma ditadura.

A insurreição é um recurso legítimo de um povo. Pode-se perguntar: o povo brasileiro está pedindo ditadura militar ou civil e Constituinte? Parece que ainda não.

Entrarem as Forças Armadas numa revolução para entregar o Brasil a um grupo que quer dominá-lo para mandar e desmandar e mesmo para gozar o poder? Para garantir a plenitude do grupamento pseudo-sindical, cuja cúpula vive na agitação subversiva cada vez mais onerosa aos cofres públicos? Para talvez submeter a Nação ao comunismo de Moscou? Isto, sim, é que seria antipátria, antinação e antipovo.

Não, as Forças Armadas não podem trair o Brasil. Defender privilégios de classes ricas está na mesma linha antidemocrática de servir a ditaduras fascistas ou síndico-comunistas.

O CGT anuncia que vai promover a paralisação do país, no quadro do esquema revolucionário. Estará configurada provavelmente uma calamidade pública. E há quem deseje que as Forças Armadas fiquem omissas ou caudatárias do comando da subversão.

*Parece que nem uma coisa nem outra. E, sim, garantir a aplicação da lei, que não permite, por ilegal, movimento de tamanha gravidade para a vida da nação.”*¹⁷

A Circular era o sinal verde para os que desejavam derrubar o Governo. Dificilmente poderia ser entendida de outro modo. E por intermédio de um antigo companheiro, o coronel Menescal Vilar, Castelo a enviou para Recife: Ibiapina incumbir-se-ia de divulgá-la. Escreveu então a este: “Fui obrigado a fazê-lo em virtude das enormes apreensões que lavram no meio da oficialidade e da falta de esclarecimentos responsáveis. Não quis fazer política, nem oposição ao Governo. Procurei mostrar, mais uma vez, a minha posição de sempre. Antes de tudo, deixo a você o julgamento de mostrá-lo ou não a seu general Comandante [Justino Alves Bastos]. Longe daí, não conheço as circunstâncias locais. Daqui penso que, no entanto, lhe deve ser mostrado, e, neste caso, que seja feito a meu pedido, *a título de informação*, com todo o aprego a ele e a seu Comando. Você poderá, depois do general vê-lo, dar conhecimento dele aos camaradas que você julgar de conveniência mostrar, inclusive em João Pessoa.”

Realmente, a coerência de Castelo era perfeita, e muitos ainda se lembravam do que ele, em 1962, dissera em São Paulo, conceituando a posição dos militares: “Quando o Poder Político Nacional admite grupos de pressões militares, quando procura transformar as Forças [Armadas] em milícia partidária ou em guarda pretoriana, desviando-as de sua condição de obediência hierárquica para a faculdade de apoio e aplausos a atitudes de membros do Poder [político], o mudo [referia-se às Forças Armadas] que ouve tudo e tudo vê, e sente o rebaixamento de sua profissão pelo facciosismo, pode remover o mutismo e, forçado de maneira tão deplorável, falar através de seus chefes, para dizer que não pode acumpliciar-se com a ilegalidade, constantemente configurada.” Evidentemente, a mudez não durou muito. Como o Governo encararia, porém, a Circular? Versado nos regulamentos, afeito à vida militar, Castelo Branco possuía perfeito conhecimento do que podia dizer dentro das suas atribuições, e, portanto, isento de punição. Até porque, com natural vocação política, era inclinado a preparar pacientemente a vitória, contornando os obstáculos. Talvez por isso desejou mostrar a Circular ao Ministro,

¹⁷ Circular Reservada do EME, em 20-3-1964. Posteriormente foi tornada ostensiva.

antes de a distribuir. Contudo, este estava enfermo, e nova carta levou-lhe a palavra de Castelo. Por certo antecipava-se.

Datada de 23 de março, a carta continha meditada interpretação de cada trecho da Circular. Aplacava a provável irritação do Ministro, num jogo do fraco contra o forte:

*“Prezado camarada Jair. No dia 20 do corrente mês, baixei o documento anexo. Procurei, antes de efetuar a sua distribuição, levar a seu conhecimento. Pedi audiência e fui informado de que você não viria ao ministério. Avistei-me com o general Genaro Bontempo a fim de verificar a possibilidade de uma visita minha a você, no mesmo dia ou nos seguintes. Notei a inconveniência do encontro por motivo de você já estar entregue a um programa de tratamento. Escrevo-lhe então esta carta para pôr você ao corrente da natureza e propósito do documento. Antes de tudo, desejo lembrar que, na última audiência que você me concedeu, eu lhe disse que iria esclarecer os meus subordinados sobre a atual situação. Não se trata de um papel para lançar confusão, nem buscar solidariedade ou estabelecer polêmica. Apenas para mostrar a gravidade que rodeia a conduta militar e para esclarecer subordinados.”*¹⁸

Seguia-se cuidadosa explicação ao ministro de cada item. Por exemplo: *“O trecho 1 mostra as ameaças. Uma é a que é formulada pelo Sr. Brizola. A outra é objetivo aproximado do ilegal CGT.”* Por último tranqüilizava: *“Finalmente, pelo trecho 5, tentei mostrar a conduta legal, inclusive o respeito à autoridade do ministro e do Presidente da República. Persisto numa posição antiga. Você tem atravessado situações difíceis, mesmo antes de ser ministro. Em agosto de 1961, eu mantive você esclarecido a respeito de minha atitude e você me dizia qual era a sua. Depois, você, como Comandante do Exército, julgou conveniente alertar autoridades e subordinados. É, pois, legítimo o que faço. Desejo informá-lo de que o documento é um ato de chefia, leal a você e a meus subordinados.”* Era hábil. Que poderia dizer o “velho camarada” em face de tais explicações?

Difícil romper o véu da legalidade. Embora nas vésperas de apurar-se que ninguém se oporia à queda de um presidente incapaz, alguns temiam abandonar as instituições. O general Lira Tavares, reconhecidamente dos intelectuais do Exército, e 1.º Subchefe do EME, escreveu-lhe, após a Circular de 20 de março: *“há sempre muito risco em ver abalada a autoridade do ministro, sobretudo nas presentes circunstâncias.”* Preferia buscar um denominador comum, o que era impossível. E, no próprio 31 de março, o general Peri

¹⁸ Carta de 23-3-1964. Cópia in Arq. C.B.

Beviláqua, Chefe do EMFA, dirigia-se ao Presidente Goulart, atirando-lhe um salva-vida: "Entendo que ainda será possível restabelecer a necessária confiança entre o Comando Supremo das Forças Armadas e estas, mediante ações e atitudes afirmativas de Vossa Excelência que seu agudo senso político ditará". Era a força de toda uma vida de disciplina.

Nada, entretanto, evitaria a derrocada do jovem estancieiro, que "não tinha condições para ocupar a presidência da República". "Mostrou-o nos seus três anos de mandato — diria o historiador e jornalista João de Scatimburgo. — Era um moço medíocre, intoxicado pelas sugestões, os maus conselhos, as insinuações de seus companheiros e mesmo alguns amigos." Em política, quem perde a oportunidade perde a partida. E o Governo desprezara todas as oportunidades.

Naquele ambiente de medo e perplexidade a Circular representou um divisor de águas: alguém começava a polarizar as aspirações dos que, atônitos ou indecisos, já não confiavam no Governo. Do general Justino Alves Bastos, de Recife, Castelo recebeu esta comunicação: "O IV Exército está ardego por servir às grandes causas do Brasil e da Lei. Preciso ser mantido informado."¹⁹ De Porto Alegre, trazida pelo tenente-coronel Ângelo Irulegui Cunha, viera resposta clara e incisiva do general Adalberto, que também transmitia o pensamento do general Benjamin Galhardo sobre a Circular de 20 de março: "documento oportuno, que espelha a minha opinião."²⁰ A torrente avolumava-se.

Uma revolução é um combate para o qual os soldados chegam lenta e esparsamente. Agora, muitos tomavam os seus lugares. A Marinha, traumatizada pelo motim no Sindicato dos Metalúrgicos, terminado com o relaxamento das prisões por ordem do Presidente Goulart, ardia de indignação. Na Aeronáutica, onde se propagava a indisciplina, oficiais reuniam-se em torno de alguns chefes, como os brigadeiros Grum Moss, Márcio de Sousa e Melo, o coronel Penido Burnier e o eminente Eduardo Gomes. No mundo civil, a Marcha da Família, reunindo em São Paulo mais de meio milhão de pessoas, representou a primeira grande reação ostensiva. A nação estava febril. E os governadores Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e Ademar de Barros apoiavam notoriamente os conspiradores.

Muitas cousas se faziam dispersa e desarticuladamente, pela falta de uma chefia para as três Armas. Contudo, pela posição que detinha, e a autoridade geralmente reconhecida, o general Castelo Branco se tornara, pelo menos no Exército, o chefe virtual do movimento em articulação. Sobre o assunto um jornalista muito integrado na

¹⁹ Carta de 23-3-1964. *In* Arq. C.B.

²⁰ Carta de Porto Alegre, em 26-3-1964, *in* Arq. C.B.

área revolucionária, Prudente de Moraes Neto (Pedro Dantas), escreveu mais tarde este depoimento:

“Não foi por acaso que o então general Castelo Branco aceitou a chefia militar da Revolução. Nem por acaso, nem impensadamente. O comando da operação lhe foi oferecido quando aqueles que o haviam precedido na articulação do movimento nacional o sentiram amadurecido e preparado para aceitá-lo, com todas as responsabilidades decorrentes dessa atitude e a plena consciência de tais responsabilidades.

O general Castelo Branco, por sua formação intelectual (acreditamos que, também, por temperamento), nunca foi militar propenso às atitudes de rebeldia ou à interferência das Forças Armadas na vida política da Nação. Preferiu sempre manter-se à margem do debate político, limitando-se a acompanhá-lo como cidadão. Para levá-lo a assumir as responsabilidades que assumiu, no movimento vitorioso de 31 de março, foi preciso que o processo da subversão do regime, insuflado e dirigido pelo próprio Governo, chegasse ao ponto de extrema gravidade que alarmou e levantou, em uníssono, toda a consciência cívica e democrática da Nação. Desse momento em diante, convencido de que as Forças Armadas do Brasil faltariam ao cumprimento do seu dever constitucional, se deixassem destruir o regime e modificar violentamente os rumos e destinos do nosso País, o general Castelo Branco integrou-se no esquema revolucionário, do qual lhe foi imediatamente atribuída a chefia, pelo geral reconhecimento da sua alta capacidade para exercê-la.

*Tê-la-ia conquistado, se fosse o caso, estamos certos, por concurso de títulos e provas. Era a opinião unânime dos militares e civis participantes do movimento, e essa preeminência nunca lhe foi contestada”.*²¹

O depoimento é exato, e confirma o do então coronel Meira Matos:

*“A partir do comício da Central aceitou [Castelo Branco] reunir-se freqüentemente com seus amigos mais chegados e que estavam conspirando há algum tempo. Na última semana deste período estive no Rio, onde vim passar a Semana Santa. Lembro-me de ter visto na casa do general Castelo Branco, em Ipanema, os generais Cordeiro de Farias, Ademar de Queirós, Nelson de Melo, Ulhoa Cintra, Golberi, Ernesto Geisel, Malan, Murici, assim como os então coronéis Menescal Vilar, Darci Lázaro, Hipólito (FAB). Nesse período de 16 dias, o general Castelo Branco assumiu o papel de coordenador geral de diferentes grupos que conspiravam.”*²²

²¹ Pedro Dantas, “União Indestrutível”, in *Diário de Notícias*, de 3-11-1964.

²² Comunicação do general Meira Matos ao Autor.

Por esse tempo, pela primeira vez, alguém acenaria ao general Castelo a possibilidade de vir a ser ele o presidente da República. Na medida em que a situação se agravava, deputados e senadores, da oposição, e de acordo com as suas relações pessoais, buscavam militares não afeiçoados à área governamental, e, por intermédio do general Ademar de Queirós, antigo ponto de ligação entre civis e militares, os deputados Aliomar Baleeiro e Bilac Pinto haviam conversado com o general Castelo Branco, na residência deste, na Rua Nascimento Silva. Costumava ele mostrar-se discreto, reservado nos prognósticos, embora nítido quanto ao papel das Forças Armadas na garantia dos três Poderes. Era a maneira de preservar o Legislativo da pressão das esquerdas apoiadas pelo Presidente e estimuladas pelo seu cunhado, o deputado Brizola, chefe do ativo "grupo dos 11", orientado e inspirado por traduções de folhetos de Che Guevara. E, numa alusão do alheamento em que era mantido o Alto Comando, Castelo recordara haver-lhe dito o Presidente certa vez: "Por que os generais não conversam com os sargentos?" A resposta: "Porque os comandam, e ninguém conversa com os generais."²³ Depois, tendo ouvido as explanações de Bilac sobre a "guerra revolucionária", já desencadeada, o general assegurou, de modo que tranqüilizava os visitantes: "As Forças Armadas não apóiam qualquer movimento endereçado a dar o poder pessoal ou ditatorial a Jango, mas também não acolherão atentados às atribuições dele, enquanto constitucionais." Era o velho equilíbrio dos Poderes. Contudo, aos visitantes não escapou a ênfase posta nas duas últimas palavras: "enquanto constitucionais."

Equilíbrio impossível. Justamente no dia seguinte ao Comício da Central, e ao regressar de São Paulo, onde um secretário do governador Ademar de Barros o informara e autorizara a transmitir que este já tinha o apoio do general Krueel, o deputado Baleeiro, em companhia de Bilac Pinto, voltou a encontrar-se com Castelo Branco, em casa de Ademar de Queirós. Iam mostrar-lhe o já mencionado pedido de *impeachment* do Presidente, por impetrar pelo advogado Sobral Pinto, que se dispusera a adaptá-lo e assiná-lo.²⁴ Castelo considerou inoportuno, pois poderia provocar uma greve geral, e informou que o general Costa e Silva, em termos rudes, advertira o ministro da Guerra, recebendo deste a promessa de que o Presidente não cometeria novas imprudências. Sinal de que as uvas não estavam maduras. Mas, por considerarem inevitável o confronto de forças, os deputados manifestaram a conveniência da eleição imediata de um militar, em substituição a Goulart. Ao que acrescentou Baleeiro,

²³ Comunicado ao Autor pelo ministro Aliomar Baleeiro.

²⁴ V. *Anais da Câmara dos Deputados*, vol. IX, 1964, p. 584.

dirigindo-se a Castelo à queima-roupa: “O senhor sabe quem tem os requisitos e atributos necessários?” Castelo balançou a cabeça negativamente, e Baleeiro continuou: “O senhor, pelo que tenho ouvido dizer.” E após breve hiato, numa agressiva franqueza, concluiu: “Mas, não é para ficar.” Castelo encarou-o em silêncio, e, despedindo-se, anunciou que a solução estaria próxima.²⁵

Nos meus apontamentos encontro estas revelações: “12 de agosto de 1964. No gabinete do Presidente, juntamente com o general Geisel e o general Golberi. A certa altura falo sobre o general Ururá, e o Presidente observa serem colegas de turma e acrescenta: ‘Foi ele quem empurrou o Costa e Silva para a revolução. Cada dia ele me procurava no Estado-Maior e perguntava-me se não ia botar abaixo o Goulart.’ Ao que o Presidente costumava responder: ‘Como, Ururá?’ Em seguida o Presidente diz que o Costa e Silva foi quem começou a levar o Kruel, que foi decidido pelo irmão, Riograndino Kruel.”

De fato os acontecimentos voavam, e, no dia 19, nova pedra apareceu no tabuleiro da Revolução: o venerando Presidente Dutra, que resistira durante meses, silencioso, ao apelo de amigos, ávidos por uma palavra contra a desordem criada pelo Governo, trouxe a público a sua inconformidade. Redigira-a o deputado Armando Falcão, ao tempo que o *Jornal do Brasil* e o *O Estado de S. Paulo* divulgaram-na com destaque. Era mais um toque de reunir. No dia seguinte, Castelo Branco, à paisana, foi dos primeiros a cumprimentar pessoalmente o velho marechal, felicitando-o pelo “grande toque de alvorada.”

Contou Wilson Figueiredo, no ensaio sobre o desdobramento da Revolução, que, indo assumir o Ministério da Marinha, desabafara o almirante Paulo Mário: “Meu Deus, como é dura a luta contra o imperialismo agonizante.” Expressia a completa cegueira que, há algum tempo, envolvia o Governo. Contudo, a nota final seria o discurso que, no dia 30, à noite, proferiu o Presidente Goulart, no Automóvel Clube, agradecendo a homenagem de uma Associação de Sargentos e Suboficiais. Era a total subversão, vinda de cima para baixo. E o Governo se iludia, seguro de que nada aconteceria.

Desde a véspera, aliás, o deputado Herbert Levi, compreensivelmente excitado, telefonara de São Paulo, comunicando que o Governador e o general Kruel pretendiam, naquela noite, “pôr a procissão na rua”. Sairiam os tanques no Rio? Informado, Ademar de Queirós pediu não se precipitarem, pois somente dentro de 72 horas seria dada a partida. Alguns emissários haviam viajado. O general Malan rumara para Porto Alegre; o coronel Lepiane seguira para São Paulo; e Costa Cavalcanti partira para Recife, enquanto o coronel Meira

²⁵ Ministro Aliomar Baleeiro, comunicação ao Autor.

Matos levava instruções para os coronéis Cid Osório e Restell, em São Paulo, e para o general Barbosa Pinto e o coronel Câmara Sena, em Campo Grande.

Previra-se o movimento para 2 ou 3 de abril. Mas, inesperadamente, um relógio adiantou-se aos demais — o do general Olímpio Mourão, comandante da 4.^a Região Militar, em Juiz de Fora, e há muito entendido com o Governador Magalhães Pinto e com o general Guedes, comandante da Infantaria Divisionária, de Belo Horizonte. Em 31 de março, imprevisivelmente, a rebelião irrompeu. Era o inopinado. As mais diferentes versões têm explicado a antecipação. Alegou-se, inclusive, a aversão do general Guedes a iniciar qualquer coisa no quarto minguante. E 31 de março era o último dia da lua cheia.

A surpresa foi completa. O deputado Armando Falcão, por exemplo, resumiu o acontecido:

“Poucos dias antes do dia 31 de março de 1964, o general Olímpio Mourão Filho visitou-me em minha residência e garantiu que, dentro de muito pouco tempo, levantaria a tropa federal de Minas Gerais e investiria sobre o Rio de Janeiro. Entendia que assim, e somente assim, provocaria a sublevação geral das Forças Armadas contra João Goulart. Ao despedir-se, afirmou: ‘No momento em que estiver pronto para partir de Juiz de Fora, telefonarei a você, que será o homem incumbido de transmitir minha comunicação ao Lacerda e ao Dutra.’ Efetivamente, entre 6 e 7 horas do dia 31 de março de 1964, o telefone tocou e, do outro lado da linha, ouvi Mourão dizer: ‘Estou cumprindo minha promessa. Minha tropa está sublevada e parto daqui a pouco para o Rio. Avise ao Lacerda e ao Dutra.’” Era quase inacreditável. Armando Falcão, obtida a confirmação do próprio Mourão, fez as comunicações pedidas. Em seguida, transmitiu ao General Castelo, que, incrédulo, prometeu telefonar para o governador Magalhães Pinto, cuja resposta era nada haver de anormal em todo o território mineiro. Conta Armando Falcão: *“Insisti com Castelo sobre a maneira enfática com que Mourão me fizera e confirmara a sua comunicação. Alguns minutos depois, Castelo me chamou à sua residência e ali já o encontrei cercado de oficiais, em conferências seguidas.”*²⁶

Indispensável um manifesto para transmitir a palavra e o pensamento da cúpula revolucionária. E logo no dia 31, no apartamento de um sobrinho do general Cordeiro de Farias, na Avenida Atlântica, agora transformado em QG de Castelo Branco, o general Golberri do Couto e Silva redigiu o documento transmitindo-o pelo tele-

²⁶ Armando Falcão, comunicação ao Autor.

fone aos generais Costa e Silva e Décio Escobar, que concordaram em subscrevê-lo. Até as revoluções têm o seu formalismo: era a certidão de batismo. Manifesto breve, enérgico, claro. Acusava o Presidente de "ostensivo conluio com elementos comunistas", e acentuava a grave ameaça contra as Forças Armadas e o regime democrático. E, após conclamar os camaradas "sem distinção de postos ou gradações a cerrar fileiras em nome da Segurança Nacional, para salvaguarda da estrutura das nossas Forças Armadas", concluía: "Teremos com tal atitude efetivamente evitado a luta fratricida que, na verdade, vem sendo preparada, irresponsável e criminosamente, pelo Presidente da República e seus aliados comunistas. E, coesos e unidos, restauraremos a legalidade, como é do nosso dever, assegurando a plena vigência do regime democrático. Camaradas do Exército, unamo-nos em defesa do Brasil. Essa é a hora decisiva." Assinavam o manifesto os generais de Exército Artur da Costa e Silva, Humberto de Alencar Castelo Branco e Décio Palmeiro de Escobar. O país seria devolvido à segurança das instituições democráticas, e preservada a estrutura das Forças Armadas. Na realidade, uma contra-revolução.

Era o começo de uma luta, que se admitia árdua e longa. Dois a quatro meses, pensava-se. Entretanto, apodrecido, o Governo extinguiu-se em menos de quarenta e oito horas, e várias publicações narram com riqueza de pormenores a rápida agonia e morte do que alguns imaginavam invencível. No "Diário" do deputado Paulo Sarasate, amigo e conterrâneo de Castelo Branco, há esta nota, na quarta-feira, 1.º de abril: "Vitória da Revolução. Castelo Branco telefona às 13 horas anunciando a vitória e pedindo comunicar a Dutra e Lacerda."²⁷

Tudo acabava tão inesperadamente quanto começara.²⁸ A lua minguante, temida pelo general Guedes, não fora propícia a Goulart, que abandonou tudo, refugiando-se no interior do Uruguai.

²⁷ Paulo Sarasate, "Diário", 1964/65. Cedido ao Autor por gentileza da Sra. Albaniza Sarasate.

²⁸ Das publicações sobre os antecedentes da Revolução e o seu rápido desfecho podem ser lembradas, entre outras, José Stacchini, *Março de 1964: Mobilização da Audácia* (Editora Nacional, São Paulo, 1965); *Os Idos de Março e a Queda em Abril*, coletânea de artigos (José Álvaro editor, Rio, 1964); Mário Vitor, *5 Anos que Abalaram o Brasil* (Editora Civilização Brasileira, 1965).

CAPÍTULO II

O LÍDER

O SÉCULO DESPONTAVA, quando Humberto de Alencar Castelo Branco nasceu no Ceará. Seu pai, descendente de um fidalgo português emigrado, no século XVII, para o Brasil, onde casou com a viúva de Afonso Siqueira, era o general Cândido Borges Castelo Branco, autor do *Consultor Militar*, obra por certo tempo em voga no Exército. Fizera quase toda a carreira no Nordeste, cujos hábitos, paisagem e sofrimentos se conservariam indelévels no espírito do filho. Este, afastado da terra natal, recordaria com encantamento a infância vivida em Mecejana, berço do romancista de *Iracema*, e os banhos no rio Pajeú. Sentia-se um cearense e disso se orgulhava. Mais tarde escreveu a um tio: *"Gosto imenso da gente daí, sentindo que eu sou, mais ou menos, como o pessoal da nossa terra. . . Herdei muita cousa, acredito, dos cearenses, além de ser cearense. Guardo, então, muitas recordações da meninice e do ano e meio que recentemente aí passei. Boa temporada foi esta! Trabalhei, repousei e vivi com os cearenses. Tenho saudade de tudo. Até do passo cadenciado dos jumentos e do cheiro bom da terra molhada quando chove ao amanhecer. E a Praça do Ferreira! . . . Nossa Mecejana como vai? Tenho nos olhos o cartão-postal da lagoa rodeada de areia branca e de mangueiras. Até o seu cemitério tem qualquer cousa de particular: a quietude do recanto de um mato e os cajueiros frondosos debruçados sobre o velho muro branco tomam conta dos melhores mortos da minha afeição e das minhas saudades."*¹

Era romântico e sentimental. Aliás, pelo lado da mãe, Antonieta Alencar Castelo Branco, o menino descendia dos Alencares, velha família do interior, famosa pelas lutas que travara na Colônia e no Império, e cuja glória ficara incontestável com o senador Alencar e

¹ Carta do Rio, 28-I-1956, in Arq. C.B.



O Presidente Castelo Branco e o Marechal Mascarenhas de Moraes numa solenidade no Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, no Rio de Janeiro. (Foto O Globo)

Recebi seu telegrama amigo
com todos os animos me trouxe
Continuarei a perseverar na
esta missao e muito res-
peito sua invulgar assistencia
V. Getulio Branco

Manuscrito do Presidente agradecendo telegrama que lhe enviou o ex-Comandante da FEB, cujo texto é o seguinte: "NR87 de 23-4-65. Ao eminente amigo minhas palmas pelo que pensa e faz e tudo que sente e não faz e tudo boa forma emérito Chefe Estado pt a) Mal. M. de M."



*O Tenente Castelo Branco em 1921, quando serviu no 12.º B. C.
de Belo Horizonte.*



O Comandante da Força Expedicionária Brasileira em companhia do então Tenente-Coronel Castelo Branco, Chefe de Operações da FEB, recebe em seu Q.G., na Itália, o General Robinson Duff, Subcomandante da 10.ª Divisão de Montanha dos Estados Unidos. (Foto reproduzida das Memórias do Mal. Mascarenhas de Moraes)



No Palácio das Laranjeiras, Rio, o Presidente Castelo Branco recebe dos integrantes da Comissão de Juristas o Projeto da Constituição. A esquerda do Presidente, o Ministro da Justiça, Dr. Carlos Medeiros Silva a cujo lado estão os Ministros do Supremo Tribunal Drs. Temistocles Cavalcanti e Oroszimbo Nonato. Mostrando o projeto, o Dr. Levi Carneiro. (Foto O Globo)

O Presidente Castelo Branco assina termo de posse do Chefe do Gabinete Civil, Professor Navarro de Brito, que substituiu, em julho de 1965, o Ministro Luís Viana Filho. (Foto Agência Nacional)





Numa visita a Minas Gerais, o Presidente Castelo Branco é cumprimentado pelo Governador Magalhães Pinto. (Foto Manchete)



Ladeado pelo Ministro da Guerra, General Artur da Costa e Silva, e pelo Governador Ademar de Barros, o Presidente Castelo Branco assiste a manobras do Exército em Itapeva, São Paulo.



Posse do General Cordeiro de Farias no Ministério Extraordinário de Coordenação dos Órgãos Regionais. À esquerda, o Dr. Luís Carlos de Oliveira, Chefe do Gabinete do Ministro. (Foto O Globo)



O Presidente Castelo Branco, ao receber bispos brasileiros, é cumprimentado por D. Helder Câmara. A nossa direita, o então Arcebispo da Bahia, D. Eugênio Sales, e à esquerda, D. Fernando Gomes, Arcebispo de Goiânia. (Foto O Globo)



O Presidente Castelo Branco visita o Cardeal Rossi em São Paulo. (Foto Manchete)

o seu filho, o romancista José de Alencar. Também Rachel de Queiroz viria da mesma árvore.

Cedo, a criança poderia sentir como a humanidade é impiedosa. Estava ele pelos oito anos, quando os pais o mandaram estudar em Recife, no colégio de um professor Hermínio, onde ficou desamparado, incapaz de acompanhar o curso. Franzino, baixo, o pescoço quase desaparecido, continuou objeto de remoques dos colegas e da incompreensão do diretor do estabelecimento. Certa vez, no curso de um vôo de Brasília para o Rio (6 de agosto de 1965), contou-me ele que, chegado ao colégio de Recife, não houve como aprender a ler correntemente. Enquanto os colegas melhoravam, ele continuava no mesmo. Até que um dia, já impaciente, o professor Hermínio disse aos alunos estar satisfeito com o progresso de todos, embora houvesse alguns que se deviam conformar, pois eram privados de inteligência, “como o Sr. Humberto”. A idade não lhe permitiu perceber a advertência em toda a sua extensão, e por isso não o chocou. Contudo, mal soube do fato, a Mãe fê-lo retornar a Fortaleza.

Confiou-o então às Vicentinas, “as Santas Irmãs do Pequeno Grande”, como eram conhecidas, e cuja bondade restituiu à criança a segurança perdida. Entre os seus papéis, reconhecido, deixou esta lembrança:

“Sim, era uma verdadeira comunidade, e o seu centro era a Irmã Inês, a nossa diretora e professora. Era uma mulher forte e dominava o meio. Pequena, alva, sempre com um sorriso, movia-se de um lado para outro incansavelmente. Tudo via e tudo controlava. Não gostava de ver um menino chorar por motivo de um insucesso, muito menos baquear.”²

Pequeno paraíso, cujo apoio lhe seria decisivo. E aos doze anos, destinado à carreira das armas, partiu para cursar o Colégio Militar, em Porto Alegre. Era alto preço para uma criança.

Para se educar, ele deixava tudo: os pais, a Irmã Inês, a terra, os amigos, e, durante quinze dias, singrou mares, transportando-se para a extremidade meridional do país. Daí, talvez, a importância que atribuiria ao Colégio Militar de Fortaleza, criado muito mais tarde, e que evitou igual sacrifício de outros jovens inclinados para a carreira militar. Na *Antologia Cearense*, do professor Girão, ele pôs esta nota: “Penso que não caracterizou bem o papel do Colégio Militar. Esse Colégio deu um impulso enorme à cultura cearense — foi um centro de atração de estudos. O seu corpo de professores! E os meninos de outros Estados que até hoje estão amarrados ao

² Nota in Arq. C.B.

espírito cearense.”³ Certamente, poderia acrescentar ter-se tornado desnecessário partirem os jovens para Porto Alegre.

Um novo mundo desvendava-se diante do pequeno militar. E o convívio integrou-o no bando alegre dos companheiros. Também do Ceará viera Juarez Távora. E do Rio Grande, entre outros, eram os irmãos Riograndino e Amauri Krueel, Ademar de Queirós e Artur da Costa e Silva. Era árduo e inflexível o preparo para a caserna. No dia em que o declararam Aspirante, em janeiro de 1920, ele escreveu à noiva, recordando o penoso período de Porto Alegre:

“No Colégio Militar do Rio Grande do Sul, longe de meus pais, iniciei em 1912 o curso colegial, em cujos seis anos eu vi passar a minha juventude sem os cânticos alegres dos jovens que não encontram espinhos na ‘encosta ascendente da vida’.” Sofrera para vencer a encosta. E a carta continuava: *“Via, entretanto, dentro do meu peito o nascer do ardor pelos ideais, pelas causas que interessavam o meu país, guardando e alimentando com carinho e amor os sonhos, os projetos, as ambições. . . Entregava-me aos estudos com a vontade inabalável de vencer, atravessando na minha mesa de estudo as horas silenciosas de inverno com o frio cortante e com as saudades dos meus e do meu Ceará.”*⁴

Confissão expressiva. Escrita na despreocupação e espontaneidade da adolescência, traduzia um espírito apto a suportar reveses e enfrentar dificuldades. O importante eram os sonhos, os projetos, as ambições. . . E aos vinte anos o horizonte é ilimitado. De fato ele se tornara talvez o mais distinto dos alunos, conforme esta carta do diretor do Colégio Militar:

“Porto Alegre, 22 de janeiro de 1914. Ilustre Colega major Castelo Branco. Cordiais saudações. Tenho o maior prazer em apresentar-lhe minhas felicitações pela brilhante figura que acaba de fazer o seu filho neste colégio. A par da sua competência como estudante, talvez o mais distinto deste instituto, ele se recomenda por elevados dotes morais que o tornaram querido dos oficiais e demais empregados do colégio. Sem receio de errar, posso afirmar que um pai que possui um filho tão distinto deve estar orgulhoso. Terminando, subscrevo-me Colega e Admirador Joaquim Vasconcelos.”

A vida não mudaria o passo do colegial.

1922 foi um ano histórico na vida do país — em 5 de julho revoltava-se o Forte de Copacabana. Aparentemente, uma sedição logo debelada. Na realidade, algo mais profundo, talvez ainda indefinido, mas de onde emergiriam outras revoluções. Começava a legenda de Eduardo

³ Raimundo Girão, *Antologia Cearense*, exemplar in Arq. C.B.

⁴ Carta do Rio, 18-1-1920, in Arq. C.B.

Gomes e Siqueira Campos: abria-se o caminho para outras revoluções, motins, pronunciamentos, até alcançar-se o amplo estuário de março de 1964. As águas buscavam o curso. Mas, enquanto o procuravam, o país atravessaria longo período de intranquilidade, opressões, num estado latente de conspiração. E vários companheiros de Castelo, em 1922, foram presos como revolucionários.

Castelo permaneceu na legalidade. Nesse mesmo ano, já primeiro-tenente, casou em Belo Horizonte, onde servia no 12.º Batalhão de Infantaria, com uma jovem encantadora, Argentina Viana, filha do próspero comerciante Artur Viana. Certamente, não era um espírito inclinado às rebeliões, e se conservaria imune às múltiplas conspirações, que, ao longo de quarenta anos, inquietaram os quartéis. Em verdade a Velha República, que sucedera ao Império, estava ferida de morte. Cairia em 1930. Mas, outras revoluções viriam, desfaldando as bandeiras mais diversas, cada qual polarizando insatisfações e esperanças.

Inseivelmente, o Brasil transformava-se. E o que se acreditava conseqüência de um conflito político tinha raízes em mudanças sociais. O país ia dar os primeiros passos rumo à industrialização; a população deslocava-se do campo para as cidades; os transportes e as comunicações ampliavam-se, diminuindo o “arquipélago brasileiro”. E à frente, dando o “sinal de alarme”, como disse Mário de Andrade, viriam as letras. Em São Paulo, realiza-se a Semana de Arte Moderna, e, depois, Plínio Salgado publica *O Esperado*. No Nordeste, tão sofrido, surge um punhado de “novos”: José Américo, com *A Bagaceira*; José Lins do Rego, com o ciclo da cana-de-açúcar; Raquel de Queirós com *O Quinze*; Graciliano Ramos com o romance *Caietés*. Jorge Amado publica *O País do Carnaval*. Do mesmo período é o “revolucionário” Gilberto Freyre com *Casa-Grande & Senzala*. E, tentando outros caminhos, aparecem Azevedo Amaral (*Ensaios Brasileiros*), Sérgio Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil*), Otávio de Faria (*Maquiavel e o Brasil*) e Paulo Prado (*Retrato do Brasil*). Cada qual a seu modo, todos exprimiam a angústia da insatisfação, que escorria para os quartéis, alcançando as gerações mais novas.

Não demorou que o oficial mostrasse ser alguém. Ao reunir-se, em 1933, a Assembléia Constituinte, Castelo, sob o pseudônimo de “Coronel Y”, escreveu, na *Gazeta do Rio*, uma série de artigos. Era, talvez, a oportunidade para a adoção de idéias sobre a posição do Exército e dos militares, e não quis deixar passar a ocasião. Castelo aspirava a um exército anônimo, mas profissionalmente forte; não aceitava os militares exercendo, simultaneamente, a política ao lado da profissão; e desejava disciplinar as polícias estaduais. Assim, ao

se realizarem, em dezembro de 1933, as importantes manobras de Gericinó, presente Getúlio Vargas, Castelo expendeu o seu pensamento sobre o anonimato em que devia viver e trabalhar a sua corporação.

“A demonstração de Gericinó — escreveu o “Coronel Y” — destinada a oficiais que se aperfeiçoam na Escola de Armas, pode constituir, ao mesmo tempo, para o chefe do governo provisório e políticos que também lá estiveram, uma demonstração do que é o trabalho do Exército. . . Os convidados não ficaram sabendo quais os colaboradores da organização do exército, nem o nome dos oficiais encarregados de sua realização. Foi, no entanto, a apresentação real de um trabalho de cerca de mil homens. Mas, simplesmente um trabalho anônimo, cuja recompensa única os executantes viram estampada na fisionomia de cada um — a satisfação do dever cumprido. Assim é o verdadeiro trabalho do Exército perante a Nação. Os seus efeitos e resultados o Brasil sente e vê. E esta é a melhor característica dos exércitos que têm os seus oficiais integrados nos labores da profissão.”

Não ficaria, porém, aí. Havendo Getúlio Vargas, na mensagem de 15 de novembro desse ano, julgado “natural que, como qualquer cidadão, o militar exerça atividade política”, Castelo considerou ser essa uma opinião vaga, por admitir que “o oficial pode ser político permanecendo, em toda a sua plenitude, como militar.” Para ele, a acumulação era incompatível. E o “Coronel Y” escreveu sem refolhos:

“O oficial do Exército, como qualquer cidadão, pode aspirar os cargos políticos. Seria odioso vedar-lhe o ingresso ao Parlamento e aos cargos administrativos, fechar-lhe as portas da política, que devem ser acessíveis ao militar que ‘evidencie competência e pendores especiais’ como bem diz o chefe do governo em sua mensagem. A farda não é uma barreira às justas ambições de um patriota, muito menos uma condição de inferioridade intelectual ou moral do militar em relação ao civil.

O que, porém, deve ficar assentado é em que situação o oficial fica, quando ingressa na política.

O militar, antes de tudo, pertence a uma classe, faz parte de uma hierarquia, concorre em promoções e conta tempo de serviço em seu próprio benefício. Passando a desempenhar uma função civil, é militarmente lógico e individualmente honesto que ele se torne um egresso de sua classe.”

Por certo, o ideal era nobre, e visava a fortalecer e valorizar o Exército. Poucos, entretanto, o considerariam exequível, e muita água correria antes que Castelo, algum dia, pudesse transformar as aspirações em realidade.

Ele jamais seria “um egresso”. E, fechado nos estudos profissionais, foi cursar a Escola Superior de Guerra da França. Leu então

Alfred de Vigny — *Servitude et Grandeur Militaires* — que nunca esqueceu: “Nada é mais digno do interesse e do amor da Nação do que essa família sacrificada, que por vezes lhe dá tanta glória”. Ele pertencia a essa família. Como tal não escaparia do fascínio napoleônico. Carta ao cunhado Hélio Viana: “No último domingo fui ao Castelo de Fontainebleau. Quanta emoção! Vi coisas que já conhecia intimamente através dos livros! Que beleza a *Cour des adieux*, pátio em que Napoleão se despediu da guarda ao partir para a ilha de Elba, quando abdicou em 1814.” Também os estudos o alegravam: “A Escola Superior de Guerra é muito trabalhosa, cheia de exigências físicas e intelectuais. Mas, eu já estou na corrente, andando ao lado dos franceses, no passo ordinário (*argot* de quartel brasileiro), felizmente. Estou satisfeito.” E a cidade o maravilha: “Paris é neste momento um deslumbramento e uma orgia de luz.”

O curso foi inesquecível. E, quando o concluiu, deram-lhe, a par de outras elogiosas referências, este prognóstico: “*Capable de faire un très bon officier d’État-Major: s’est élevé au niveau de très bons élèves de sa promotion.*”

Quando regressou ao Brasil, o capitão Castelo Branco logo se fez notado entre os camaradas, conhecedores das láureas alcançadas na França.

Muitos se orgulhavam de tê-lo como instrutor. E os companheiros mais novos, os Cadetes, ao verem-no cruzar o pátio da Escola Militar do Realengo, o passo firme, ágil, largo, contrastando com a pequena estatura, costumavam dizer confiantes: “É um crânio.”⁵ Entretanto, mais importante era ser um caráter. Por esse tempo, servia como adjunto da direção do ensino militar, e o comandante, coronel Mascarenhas de Moraes, mais tarde chefe da Força Expedicionária Brasileira, escreveu na caderneta de Castelo: “Oficial em extremo cioso no cumprimento dos seus deveres, inteligente, com vasta cultura geral e profissional, indiferente à fadiga, qualidades todas postas ao serviço do Exército na Escola.”⁶

Não podia dizer mais. E, designado para comandar a FEB, constituída para lutar ao lado das democracias ocidentais, o general Mascarenhas confiou a Castelo, vindo recentemente da Escola de Comando e Estado-Maior dos Estados Unidos, em Fort Leavenworth, a chefia da Seção de Operações no Estado-Maior. O Brasil mandaria a nata do Exército. E velhos colegas da Escola e da Academia também rumaram aos campos da Itália, para libertar o mundo do nazismo.

⁵ Comunicação do general Meira Matos ao Autor.

⁶ Nota do coronel Mascarenhas de Moraes, na caderneta do capitão Castelo Branco, em 30-9-1936.

De todos, o mais chegado a ele, na ocasião, seria Amauri Kruehl: unia-os amizade fraternal. Nas trincheiras, se revelariam outras afinidades inesquecíveis, e algumas ficariam para sempre: Cordeiro de Farias, Ademar de Queirós, Cintra, Cunha Melo, para lembrar apenas alguns amigos mais diletos. Dentre os novos, Meira Matos, seu adjunto, figuraria entre os mais ligados a ele.

“A guerra — ensina Clausewitz — é o domínio do imprevisto”. Entretanto, para nenhuma ação o homem deverá munir-se de tantas virtudes e conhecimentos. É para o militar, a grande oportunidade e também a grande lição. Enquanto se entregava ao planejamento e execução dos combates nos Apeninos e no Vale do Pó, Castelo Branco, a par dos elogios dos Comandantes do V Exército Aliado, generais Mark Clark e Crittenger, conheceu os altos e baixos da guerra. Em agosto de 1944, vibrara com a presença de Churchill. “Tive ocasião de ver o Ministro Churchill em plena campanha italiana, calmo, alegre e enormemente senhor de si mesmo — escreveu Castelo à mulher. — Você pode imaginar a emoção que eu tive, principalmente quando se referiu à tropa brasileira.”⁷

Raros os momentos como este. No tumulto das batalhas, enfrentava-se o inimigo, sem esquecer que seria ingênuo ignorar os despeitos, invejas e ressentimentos dentro das próprias fileiras. Certo dia, Castelo, desabotoando a alma, disse a um oficial norte-americano, o major Vernon Walters, elemento de ligação entre americanos e brasileiros: “A guerra torna transparentes aqueles que não mata”. Quem conservará a máscara no fragor dos combates? E, por vezes, fora terrível devassar aqueles que a guerra fizera diáfanos.

Walters e Castelo tornar-se-iam amigos para o resto da vida. Haviam-se conhecido em Fort Leavenworth, no Kansas, no verão de 1943, num curso de Estado-Maior. A Walters logo impressionara a pronta inteligência de Castelo, o seu amplo domínio dos grandes problemas. Mais tarde ele assim o evocaria: “O seu sardônico senso de humor e a habilidade em rir de si próprio, distinguiam-no. Mas, quando o conheci melhor, o que mais fortemente me impressionou nele foi o brilho intelectual, o seu interesse por todas as coisas, e, acima de tudo, a sua imensa integridade pessoal.”⁸ Castelo, pela maneira sempre razoável, nunca subserviente, combinação de firmeza e de tato no pleitear os equipamentos necessários à Força Expedicionária Brasileira, granjeou o respeito de quantos norte-americanos trataram com ele, a começar pelos generais Mark Clark e Crittenger.

⁷ Carta a D. Argentina Castelo Branco, da Itália, em 22-8-1944, in Arq. C.B.

⁸ Comunicado ao autor pelo general Vernon Walters.

berger. A coragem não ficava abaixo da integridade moral. Próximo dos Apeninos, a FEB instalara o seu quartel-general numa cidade ribeirinha, Poretta Terme, onde, no andar superior de um hotel, ficaram o coronel Castelo Branco e o major Vernon Walters. Não tardou, porém, que os alemães comesçassem a bombardear a cidade, principalmente à noite. E Walters jamais esqueceria as várias ocasiões em que, intensificado o bombardeio, telefonara para Castelo, convidando-o ao abrigo, no subsolo. Este, geralmente, respondia-lhe que, como brasileiro, não gostava de frio. Metido no seu saco de dormir, Castelo não pretendia sair, houvesse ou não bombardeio. Certa noite, uma granada explodira próxima à janela de Walters, que voltou a insistir sobre a conveniência de se protegerem. Castelo riu, lembrando que muitas vezes, pensando nos afastarmos de um perigo, para ele nos dirigimos. E recordou a história do Vizir, que, temeroso do Anjo da Morte, pedira ao Sultão para se retirar a Samarkand, justamente o local em que o aguardava, nessa noite, aquele Anjo. Castelo não acreditava possível fugir-se do Destino.

O perigo não perturbaria Castelo. "A verdadeira medida da coragem e da calma de Castelo, revelaram-se-me claramente. Em nenhum momento o seu humor e atenção o abandonaram. Sempre ele tinha um sardônico episódio ou histórias", diria Walters. E na última das grandes batalhas da FEB — a captura de Montese — ganharia Castelo a Cruz de Guerra de Primeira Classe, a única outorgada a um membro do Estado-Maior.

Na medida em que emergia a vitória dos Aliados, no Brasil começavam a ruir os muros do Estado Novo. Como admitir que os brasileiros morressem na Itália pela democracia, e a pátria continuasse sob um regime de força? Castelo a D. Argentina, em março de 1945: "*Sei que o Brasil não pode continuar à mercê de ditaduras e de comodores.*" Aliás, dois candidatos, o general Dutra, ministro da Guerra, e o brigadeiro Eduardo Gomes, se preparavam para disputar a sucessão de Getúlio Vargas, inquietando as tropas distantes, desinformadas, mas nem por isso desinteressadas da política. Observação de Castelo: "*A candidatura Dutra é filha do chamado oficialismo e a do Eduardo reúne todos os descontentes e opositores de todos os matizes. . . Vi sempre no Dutra, antes de tudo, um homem muito sério, e no Eduardo os mesmos sentimentos. Um foi meu chefe e nele nunca vi um gesto de desonestidade; o outro foi meu aluno e tinha, no nosso meio escolar, uma conduta irrepreensível.*" E, como sempre, desejava as forças armadas alheias à luta política: "*Permita Deus — escreveu então — que o Exército, nem a Marinha, nem a Aviação, não sejam arrastadas.*"⁹ Aspiração impossível. Quando a paz voltasse, os milita-

⁹ Carta a D. Argentina Castelo Branco, em março de 1945, in Arq. C.B.

res novamente se dividiriam. Em março, aproveitou dias de repouso para visitar a Líbia, o Egito e a Palestina. E, satisfeito pelo que ouvira, escreveu à esposa: "*Fala-se muito do Brasil. As ações ofensivas de Monte Castelo e Castelnovo são faladas, comentadas. Todos os oficiais ingleses, americanos e gregos não escondem os bons comentários. E todos falam do Brasil como potência.*"¹⁰ Sobretudo as referências a Monte Castelo e Castelnovo deviam encantá-lo, pois, inicialmente mal sucedidas, representavam, em boa parte, a valorosa colaboração que dera ao general Mascarenhas. Este, aliás, ao perceber as deficiências, determinara profundas modificações, que ele próprio assim descreveria nas *Memórias*: "Resolvi também fazer uma radical alteração no meu estilo de comando: assumi, direta e pessoalmente, a direção de todas as operações de combate, não mais admitindo delegação a comando intermediário. Passei a manter ao meu lado o chefe da Seção de Operações, com ele tratando diretamente dos assuntos referentes à sua seção e estimulando sua ligação, também direta, com o chefe da Seção de Operações do IV Corpo de Exército. Confiando na ação corajosa do tenente-coronel Castelo Branco, chefe da Seção de Operações, recebi dele todo o apoio no desenrolar dos acontecimentos subsequentes. Desse modo, presidi o preparo e realização de todas as operações de combate, que, daí por diante, foram desencadeadas com os maiores sucessos."

Em resumo, significava o alijamento do chefe do Estado-Maior, o coronel Lima Brayner, cujos ressentimentos despontariam depois de mortos Mascarenhas e Castelo. O coronel Otávio Costa, que serviu na guerra como tenente de informações, faria este comentário sobre as *Memórias* de Brayner: "Eis que agora se tenta enganar os leigos na perfídia da verrina póstuma contra Castelo Branco."¹¹

A vitória encontrou-o com o coração amargurado. Num desabafo, que mostra quanto sofria, escreveu à mulher, de Alexandria, 17 de maio de 1945:

"Minha querida Argentina. Amanhã segue o Ademar de Queirós, que para aí segue a chamado do ministro. Mais um portador, mais uma carta íntima... Resolvi confiar-lhe, antes de minha chegada ao Rio, uma provação que sofri aqui. E o faço somente para preveni-la e evitar alguma situação desagradável para você. O meu trabalho como chefe da 3.ª Seção teve algum relevo em vista de várias circunstâncias. O Brayner se debatia em eternas indecisões. Daí, o general, Comandante de tropas, os outros generais e os americanos me procurarem para tudo. Eu evitava qualquer diminuição para ele. Mas, todo o mundo se dirigia para a 3.ª Seção. Eu lhe asseguro que

¹⁰ Idem, idem.

¹¹ Coronel Otávio Costa, artigo no *Jornal do Brasil*, em 26-2-1969.

nunca tomei a iniciativa em pô-lo de lado. Os americanos, durante as operações, me davam um apreço desmedido, inclusive os seus generais. Eu dedicava o meu esforço à Divisão e, sobretudo, aceitava a inteira responsabilidade de minhas atribuições. Estava onde devia estar e a todos, quando me competia, dava a minha opinião. Nos momentos mais difíceis, todos me encontravam no meu posto com uma idéia, uma providência, sempre com uma atitude definida. O Brayner, porém, inativo, indeciso, nunca dando solução a nada, em vez de exercer o seu cargo, não agia. Ficou em segundo plano. Resolveu, então, fazer guerra à minha pessoa. Guerra surda, impiedosa, visando até aniquilar-me. Todos os fracassos atribuía a mim, todos os sucessos a outrem. E teve como auxiliar nesta ingrata campanha, como único (único!) auxiliar, o meu velho amigo Amauri. Que dura e penosa realidade... Coligaram-se contra mim. Fiz tudo para fazê-lo sair da sua atitude inamistosa, ao lado do Brayner. Foi em vão... Perdeu a cabeça e o coração... Eis aí um dos maiores desapontamentos de minha vida. Como se fora com um irmão. A minha conduta: nunca falei dele para ninguém, nunca!"¹² Sangrava. Foi bom, entretanto, que deixasse essa página angustiada. Hoje ela é a defesa vindo do túmulo, dizendo-nos dos motivos reais do livro que, volvido um quarto de século, desaparecidos Mascarenhas de Morais e Castelo, escreveu Brayner, certo de que os mortos não se defendem. A carta, longa, verdadeiro grito de dor, era surpreendente naquele homem de aparência fria, e, no íntimo, profundamente sensível. E insistia, já no fim: "A ferida em mim ainda está aberta."

Havia, porém, algumas compensações. Ademar de Queirós, por exemplo, revelou-se companheiro admirável. "Foi mais do que amigo, foi um irmão",¹³ escreveu Castelo. Também Cordeiro de Farias o cativara nos maus dias. "Não me esqueço — escreveu-lhe passados muitos anos — do melancólico anoitecer da jornada malograda de 17 de dezembro, em Bombiana, face a Monte Castelo. A sua bravura e a sua visão das coisas e dos homens, tão simples, tão humana e tão firme! E no dia seguinte, dentro do Quartel-General da Divisão, quando se fez a tentativa do inventário da derrota, o amparo que me deu, desinteressadamente, me fez caminhar com mais confiança, em mim e no general Mascarenhas de Morais, e senti mais do que o irmão de armas, o amigo."¹⁴ Afinal, alguns não perdiam por lhes ficar assim transparente a limpidez de caráter.

Contudo, das cicatrizes somente o tempo poderia incumbir-se. E, quando apareceu o livro infeliz, os que sobreviviam logo acorreram em defesa dos grandes mortos. Com tão nobre proceder, depositaram

¹² Carta a D. Argentina Castelo Branco, em 17-5-1945, in Arq. C.B.

¹³ Idem, idem.

¹⁴ Carta ao general Cordeiro de Farias, em 15-6-1966, cópia in Arq. C.B.

na arca do reconhecimento o testemunho da solidariedade e da admiração. A guerra tinha suas grandezas.

De fato, secundavam Mascarenhas de Moraes, *que, ao escrever as suas Memórias*, traçou esse perfil do companheiro da FEB: "Inteligência privilegiada; lucidez e objetividade na apreensão da situação tática ou estratégica; firmeza nas convicções e lealdade ao Chefe; valoroso na conduta desassombrada e serenidade nas situações críticas; caráter e pensamento, energia e ação; patriotismo e desambição — são as maiores das excelsas virtudes desse modelo e guia de oficial de estado-maior. Foi o meu grande e emérito auxiliar no planejamento das operações e nos estudos de situação durante a campanha da Itália."¹⁵ Sem sombra de dúvida, um paradigma: Castelo não era menor na guerra.

No Brasil, a paz não significou a tranqüilidade. Em outubro de 1945, a maré-montante da democracia trouxe o ditador Getúlio Vargas, que, no entanto, retornou eleito, em 1950, para suicidar-se em 1954. A nação agitou-se durante o governo do Vice-Presidente Café Filho, e à eleição presidencial, disputada entre Juarez Távora e Juscelino Kubitschek, seguiu-se um mar de boatos acerca da iminência de um golpe de Estado. Quanto a Castelo, a julgar por uma carta que lhe escreveu um dos seus alunos, o jovem major Jarbas Passarinho, é evidente que não mudara de idéia. Dizia a carta:

*"Creio firmemente, como V. Exa., que o regime democrático — instituição que juramos defender — deve ser mantido e defendido realmente, não importa a que preço. Estou, pois, de pleno acordo que os regimes de exceção, particularmente porque implicam em cerceamento da liberdade, como aliás ressaltou V. Exa., não devem merecer o nosso apoio. Sou como V. Exa. contra o golpe militar ou civil, contra a ausência do regime representativo, contra a mutilação da democracia, enfim."*¹⁶

Castelo fazia prosélitos. Toda vida é um mosaico, e pedra por pedra ele trabalhara arduamente para compor a dele. Ascendera ao generalato, em 1952, e nesse posto, em novembro de 1955, surpreendeu-o o golpe do ministro da Guerra, general Teixeira Lott. Imprevistamente, este se tornou o condestável da República, e a altura o fascinou e desorientou, fazendo-o fácil presa das manobras esquerdistas. O militar duro transformava-se num ministro ingênuo e ambicioso, fazendo os comunistas acreditarem chegada a hora de um Exército Popular e Nacionalista. E, insuflando-lhe a vaidade, o Comitê da Frente de Novembro, de coloração vermelha, promoveu oferecer-lhe "uma espada de ouro", símbolo da democratização do Exército. Para os democratas e liberais, ela se destinava ao sacrifício da liberdade. Manuel

¹⁵ Marechal Mascarenhas de Moraes, *Memórias*, vol. I.

¹⁶ Carta de Jarbas Passarinho em 15-8-1953, in Arq. C.B.

Bandeira, o poeta, escreveu então versos que correram mundo, e o *Jornal do Brasil* os publicou¹⁷ na primeira página:

*“Excelentíssimo general
Henrique Duffles Teixeira Lott,
A espada de ouro que por escote
Os seus cupinchas lhe vão brindar,
Não vale nada (não leve a mal
Que assim lhe fale) se comparada
Com a velha espada
De aço forjada,
Como as demais.
Espadas estas
Que a Pátria pobre, de mãos honestas,
Dá aos seus soldados e generais.
Seu aço limpo vem das raízes
Batalhadoras da nossa história:
Aço que fala dos que, felizes,
Tombaram puros no chão da glória!
O ouro da outra é ouro tirado,
Ouro raspado
Pelas mãos sujas da pelegada
Do bolso gordo dos argentários,
Do bolso raso dos operários,
Não vale nada!
É ouro sinistro,
Ouro marcado:
Mancha o Ministro
Mancha o Soldado.”*

O humor faria a força menor. Castelo Branco ficou atento ao episódio, que julgava contrário à organização militar. Convidado pela Frente de Novembro para a entrega da rumorosa espada, dispôs-se a ser a ovelha negra, e, temerariamente, enfrentar o poderoso ministro, que muitos imaginavam talhado para outros triunfos. E, acusando o convite, ele, sem subterfúgios, criticou acremente o *Manifesto*, dias antes divulgado pela Frente. Tinha-o como destinado “à subversão da ordem militar e política do país.” Inicialmente, a resposta era salpicada de ironia:

“Distinguido pelo vosso convite — dizia — e, sobretudo, pela generosidade de me considerardes um ‘preclaro chefe’, e de que a minha ‘adesão pública’ à demonstração popular ao Exmo. Sr. Ministro da Guerra será ‘decisiva’, sinto-me no dever de vos agradecer tamanha

¹⁷ Faz parte da *Estrela da Vida Inteira*, poesias reunidas de Manuel Bandeira, Editora José Olympio, 4.^a ed., 1973.

distinção e de vos dar conhecimento das razões que me obrigam a não comparecer à projetada reunião política co-partidária”.

O começo deixava entrever a cor que se refletiria na carta. Era enérgica e o pensamento corria cristalino e sem tropeço de palavras que o ocultassem ou atenuassem.

Não era um improviso, mas o enunciado de idéias assaz amadurecidas:

“Primeiramente, meu desacordo com a doutrina e propósitos do Manifesto à Nação, recentemente publicado na imprensa, sob o título FRENTE DE NOVEMBRO e que propugna pela formação urgente da Força Popular e Nacionalista, a ser constituída por ‘trabalhadores e militares, funcionários, empregados do comércio e pequenos proprietários’.

Esta arremetida de militares, como classe e como força, ao lado de outras classes, alinhadas de maneira politicamente suspeita, é, antes de tudo, subversiva. É também subversiva por desejar subordinar as Forças Armadas à sua linha de ação e democratizá-las ‘pela eliminação dos grupos que se têm formado no seio delas’, ou conforme ainda diz o Manifesto, unificá-las ‘por um processo de democratização em virtude do qual sejam eliminadas quaisquer diferenciações dentro de seus quadros’.

As Forças Armadas, por motivos políticos, estão politicamente e, conseqüentemente, divididas. Agora, a Força Popular e Nacionalista, querendo absorvê-las, pretende promover a sua desagregação pelo processo odioso do expurgo dos que lhes são contrários e pela sujeição dos que fiquem a seu serviço. Vão elas, então, para o regime totalitarista, de natureza comunista ou nazista. Assim, há uma conspiração contra a ordem nas Forças Armadas para a subversão de sua vida profissional e constitucional.

Por outro lado, é estranhável que membros da Frente se exacerbem com a providência de se verificar a ação comunista imputada a militares, enquanto, neste momento, insuflam o expurgo no seio das Forças Armadas dos que não são seus adeptos.

Além desses flagrantes propósitos subversivos, há ainda no Manifesto o projeto do desvirtuamento das Forças Armadas, quando quer militarizar a economia nacional. Isso trará a destruição de sua capacidade militar e com isso não se conseguirá eficiência econômica nem militar.

Na ocasião em que muita gente idônea proclama honestamente a necessidade da democracia brasileira não se tornar militarizada, principalmente pelo fortalecimento do poder civil e pela vitalização militar-profissional das Forças Armadas, vem o Manifesto, retardatário e

reacionário, ameaçar o Brasil com a militarização do governo e das atividades nacionais."¹⁸

Felizmente, não estava só, e outros generais se reuniram sob a mesma bandeira: Costa e Silva, Ademar de Queirós, Peixoto Keller, Ribas Júnior, Tasso Tinoco e Nicanor Sousa. E, pesadas as circunstâncias, quando tudo indicava que um novo "homem forte" tomava as rédeas do Poder, era extraordinário aparecerem tantos inconformados.

A atitude valeu a Castelo uma liderança. Escrevendo a João Neves da Fontoura, que o felicitara pela atitude corajosa, Castelo voltaria a insistir nas suas idéias. A carta é de 21 de fevereiro de 1957, e nela dizia o missivista: "Hoje o Exército talvez comemore o Combate de Monte Castelo (21 de fevereiro de 1945), uma vitória sobre o nazismo, sobre o regime das armas a serviço de um homem e de um partido. Se o fizer será, no escalão superior, uma cerimônia vazia, meramente formal, pois a mentalidade lá derrotada é a dominante naqueles que empunham a 'Espada de Ouro'." Sinal de que continuaria inconformado.

Passado pouco mais de ano, ao se aproximarem as eleições do Clube Militar, a importante organização da classe, ele encabeçou a "chapa azul" que se opunha ao governo. Este apoiou a "chapa amarela", do general Justino Alves Bastos.

O ministro não admitia perder e usou as armas de que dispunha. Para Castelo era a pressão e a corrupção que lhe impediam a vitória. Vencido, ele escreveu ao filho: "Nunca pensei que a pressão se aprofundasse tanto. A corrupção entrou no arraial militar, marcialmente, nada às escondidas." E acrescentava: "Saio desta campanha envaidecido por me ter conservado dentro da moral pública, da disciplina, da moral das Forças Armadas, de não haver corrompido ninguém. Por outro lado, merecendo o respeito de todos".¹⁹ Enfim, tal como era.

Entretanto, como se referira de público às represálias do "poder militar", Lott interpelou-o para dizer o que entendia por aquela expressão "poder militar". Certamente, esperava atemorizá-lo. A resposta foi pronta e clara: "Penso que no meio militar é um corpo de órgãos principais que dispõem de autoridade sobre o conjunto militar e de meios, inclusive de força, para atuarem sobre este. Na questão em apreço, isto é, no setor do Exército, trata-se do ministro da Guerra e dos grandes escalões que lhe são subordinados."²⁰

Não o intimidavam. E o ministro, atendendo aos seus relevantes serviços "prestados ao Exército e à Nação, tanto na paz como na

¹⁸ Carta de 8-11-1956, cópia in Arq. C.B.

¹⁹ Carta de 25-5-1958, in Arq. C.B.

²⁰ Carta ao Ministro Teixeira Lott, em 22-5-1958, cópia in Arq. C.B.

guerra”, limitou-lhe a punição, ante as “infelizes declarações”, a uma repreensão por officio.²¹ Castelo voltou à carga para encerrar o assunto: “Não convém, Exm.º Sr. Ministro, sobretudo para o bem do Exército, dividido e vítima da evasão do espírito profissional, que sejam lembrados episódios lamentáveis que contribuíram para a existência do clima em que se processaram a campanha e as eleições do Clube Militar. Para mim é uma página virada, que ficou para trás.”²² Na realidade, dificilmente ele a esqueceria. A áspera divergência, entretanto, não o privou da promoção, pouco depois, a general de Divisão. Em verdade, tornara-se das mais acatadas personalidades do Exército, possuindo todos os seus cursos, e pelo qual, certamente, falara em algumas oportunidades. Discreto, avesso ao grande público, ninguém o excedia em exação no cumprimento dos deveres profissionais, aos quais se votara inteiramente. Numa época em que a intriga política espicaçara ambições, ele se mantivera alheio aos partidos. Senhor de tais títulos, tornara-se temerário, além de afrontosamente injusto, preteri-lo. Contudo, jamais solicitara a nova estrela. Certa feita, já Presidente, como insinuassem que a sua promoção decorreria de interferência política, logo redigiu e me entregou esta nota:

*“Quanto à promoção a general de Divisão, tenho a informar: 1.º) não a pedi a ninguém; 2.º) o Ministro da Guerra [general Lott] me disse que eu fora promovido por obra exclusiva sua e nunca contra a sua dominante vontade.”*²³ Não deixava dúvidas.

Mandaram-no então comandar a Amazônia, o “inferno verde” de Alberto Rangel. A tarefa o seduziu. “*Isto aqui, em absoluto, não é um exílio*”,²⁴ escreveu. E, ao aproximar-se do primeiro ano, de comando, em meio daquele mundo de águas e florestas, Castelo Branco enviou extensa carta a um bom amigo, que estudava em Paris, o coronel Amarante:

“Dentro de poucos dias completarei um ano de Comando Militar da Amazônia. Empolga, mas é difícil e duro. Os problemas aqui só apresentam fatores em completo conflito. O Rio, além de distante, está de costas para a 8.ª Região Militar. Há dias que eu chego em casa com sinais de que vou fraquejar. Deito-me numa rede do Ceará, solto os nervos e, já reagindo, em vez de cair numa modorra, me entrego a uma madorna compensadora. Levanto-me, procuro endireitar-me, e, no outro dia, apesar de desesperançado, volto para a luta com o vigor antigo. Tudo é difícil. Também tudo é grande,

²¹ Officio do Ministro Teixeira Lott a Castelo Branco, em 7-6-1958, in Arq. C.B.

²² Carta de Castelo Branco ao Ministro Teixeira Lott.

²³ Comunicação ao Autor.

²⁴ Carta ao coronel Waldetrudes Amarante, Belém, 28-11-1959.

inclusive a preguiça. Ninguém quer vir para a Amazônia e o governo não tem mais autoridade para embarcar ninguém. De 32 oficiais aqui classificados, 24 tiveram retificação de classificação, 5 ainda não vieram e 3 se apresentaram, destes, 2 já deram parte de doente e já foram embora”.

Contudo, os obstáculos não o faziam largar as armas. E a carta prosseguia: “Assim mesmo, fiz uma grande manobra, apoiada pela Marinha e pela Aeronáutica. Houve grandes deslocamentos fluviais, operação de selva, etc. Além disso, as tropas de fronteira executam, neste momento, 18 reconhecimentos, pela linha divisória, de 200 a 800 km de extensão. Visito seguidamente as guarnições num total de 14. Pelo menos, uma grande viagem por mês. Tabatinga é tão distante quanto o Rio. O território de meu Comando contém 52% do território nacional. Faço tudo o que posso”. Era um mundo. E Castelo esforçava-se para suprir terríveis deficiências, buscando apoio nas outras armas. “A coesão das três Forças Armadas na Amazônia é exemplar. O Almirante e o Brigadeiro têm comigo uma convivência muito agradável e de real proveito para os meios de cada um.”

Não devia ter ilusões. Desafeiçoado ao poderoso ministro, olhado com justas desconfianças pelo governo, sentia que os caminhos se lhe fechavam. E dizia, desalentado: “O meu futuro próximo está muito incerto. Não desejo precipitar-me, nem fechar a minha carreira sem serenidade. Não vejo, porém, um caminho aberto para uma proveitosa quadra final de minha vida militar.” Era melancólico. E, disposto a sorver o fel até à última gota, acrescentava: “Até o fim de 1960, provavelmente eu poderei ver as abertas para uma decisão. Desejo trabalhar, e trabalhar bem, até o último dia da atividade. Mas, já penso muito em evitar uma quadra final amofinada e enfezada.”²⁶ Quem, no entanto, conhecerá o futuro?

Para não fazer as coisas piores, tentava evitar que as discórdias políticas invadissem os quartéis: “O ano de 1960 vai ser aqui muito agitado. Já estou fazendo tudo para que os oficiais e sargentos não sejam envolvidos nos enleios e incidentes locais. Os dias vão ser difíceis, pois o Ministério da Guerra é hoje um grande centro partidário, um ostensivo órgão de propaganda eleitoral e um contralador perverso de quem é contra e de quem é a favor.”

De Belém, igualmente escreveu ao cunhado, Hélio Viana. As idéias eram as mesmas: “Continuamos a vencer o tempo na Amazônia. A parte militar é dura, muitas vezes com circunstâncias agressivas e, para se decidir, encerra sempre fatores em conflito. Tenho impressão, em certos dias, de que vou desanimar, sobretudo quando recebo aqui os efeitos da corrupção implantada no Palácio da Guerra pelo

²⁶ Carta ao coronel Waldetrudes Amarante, de Belém, 28-11-1959, comunicado ao Autor pelo destinatário.

'Marechal da Espada de Ouro' e sinto o desejo dele de me desprestigiar... O homem que, segundo o nosso San Tiago [Dantas], vai comandar operários e soldados, deu ao Exército a triste alternativa: áulico ou escravo. Nunca tive natureza para áulico, principalmente agora que estou velho e que tenho a certeza de que o melhor é não ser lacaio. Escravo? Faço força para não me submeter ao 'dono da situação', reajo, escrevo o meu ponto de vista, discordo e não dou abertamente o meu apreço. Ele bufa e a camorra me acha incômoda.'

A carta de 3 de setembro de 1959, dá a medida da angústia que se instalara no espírito de Castelo: o futuro não lhe oferecia perspectivas lisonjeiras.

Na vida há sempre lugar para um imprevisto. E a rebelião de Aragarças, chefiada pelo coronel-aviador Haroldo Veloso, em dezembro de 1959, surpreendeu Castelo. Militarmente, não tivera maior importância, mas, entre os documentos apreendidos e anexados ao inquérito presidido pelo general Taurino de Rezende, havia um do major José Rubens Drummond, referindo-se ao Comandante da Amazônia. Lia-se nele: "O Rocha [major-aviador Dilermando Cunha Rocha] já falou, por alto, com o general Castelo. O Castelo está a par da situação política e reagirá contra um golpe do Lott."²⁶

A alusão era incômoda, e o presidente do inquérito logo pediu a Castelo que a explicasse. Que diria? Negaria tudo, dando solidariedade ao ministro? Ou se reconhecia culpado, buscando alguma evasiva? Nem uma coisa, nem outra. Senhor dos meandros dos regulamentos, ele explicou a referência no documento: não tinha o que esconder. Inicialmente, confirmou que, em Belém, por duas ou três vezes, o major Rocha falara-lhe apreensivo sobre a possibilidade de um "golpe a ser desferido por militares para entregar o poder total da Nação ao atual ministro da Guerra." "O assunto não me surpreendeu — dizia — pois, desde 1956, ouço falar, por oficiais das três Forças Armadas e por civis, nesse movimento em prol de uma ditadura militar lotista." Quem ignorava notícia tão corrente? Depois, reiterava a conhecida posição contrária a um regime ditatorial: "A todos, inclusive a este [major-aviador Rocha], sempre e invariavelmente declarei que, na hipótese de qualquer golpe, estaria contra e tomaria parte na reação." Seria crime defender a lei? Também o brigadeiro Serra de Menezes emitira opinião idêntica, acrescentara. E, por fim, concluía categórico e seguro: "Encontro na citação apenas o valor de que não sou acusado de favorável a este ou àquele golpe."²⁷ Continuava fiel à ordem legal, e não havia como censurá-lo por isso.

²⁶ Ofício 18 IPM de 22-1-1960, in arq. C.B.

²⁷ Ofício 1 CMDO, de 28-1-1960, cópia in Arq. C.B.



O Presidente Castelo Branco em visita ao porta-aviões Minas Gerais. (Foto Manchete)



Em companhia do Ministro Milton Campos, o Presidente Castelo Branco visita o Supremo Tribunal Federal depois de assumir a Presidência. Entre o Presidente e o Ministro da Justiça, está o Dr. Ribeiro da Costa, Presidente do Supremo. À esquerda, vêem-se os Ministros Gonçalves de Oliveira, Cândido Mota Filho e Luís Gallotti. (Foto Manchete)

ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL

O GABINETE EXECUTIVO DA ARENA, em sua reunião de hoje à tarde, deliberou:

1º) Iniciar consultas sobre o problema da sucessão presidencial através de seu Presidente, Senador Daniel Krieger, assistido pelo Gabinete ou quaisquer de seus membros;

2º) As consultas serão feitas por ofício, entregues pessoalmente e dirigidos às Comissões Diretoras Regionais e aos Governadores da ARENA;

3º) Serão também ouvidas, por Estados e Territórios, as bancadas da ARENA no Senado e na Câmara dos Deputados;

4º) As consultas deverão estar ultimadas até o dia 25 do corrente;

5º) A data da Convenção Nacional para escolha de candidato à Presidência da República será, ad referendum da Comissão Diretora Nacional, o dia 26 de maio próximo;

6º) O Gabinete voltará a reunir-se, às 22 horas, para fixar critérios que devam orientar as consultas objetiva - das nesta NOTA.

Brasília, 14 de abril de 1966.

Alexandre Lucci
Arthur Celso
Aldo Bido
Cordeiro Faria
Etelvino Lins
Nei Braga

Fac-simile da Resolução da Arena, em abril de 1966, estabelecendo o sistema de consultas que deveria preceder a escolha de candidato à Presidência da República pela Convenção Nacional do Partido. No documento o Presidente Castelo Branco escreveu os seis nomes que deveriam ser submetidos à consideração dos Diretórios Estaduais: Ademar de Queiroz, Artur C. [Costa e] Silva, Olavo Bilac [Pinto], Cordeiro de Farias, Etelvino Lins, Nei Braga. (Arquivo Castelo Branco)





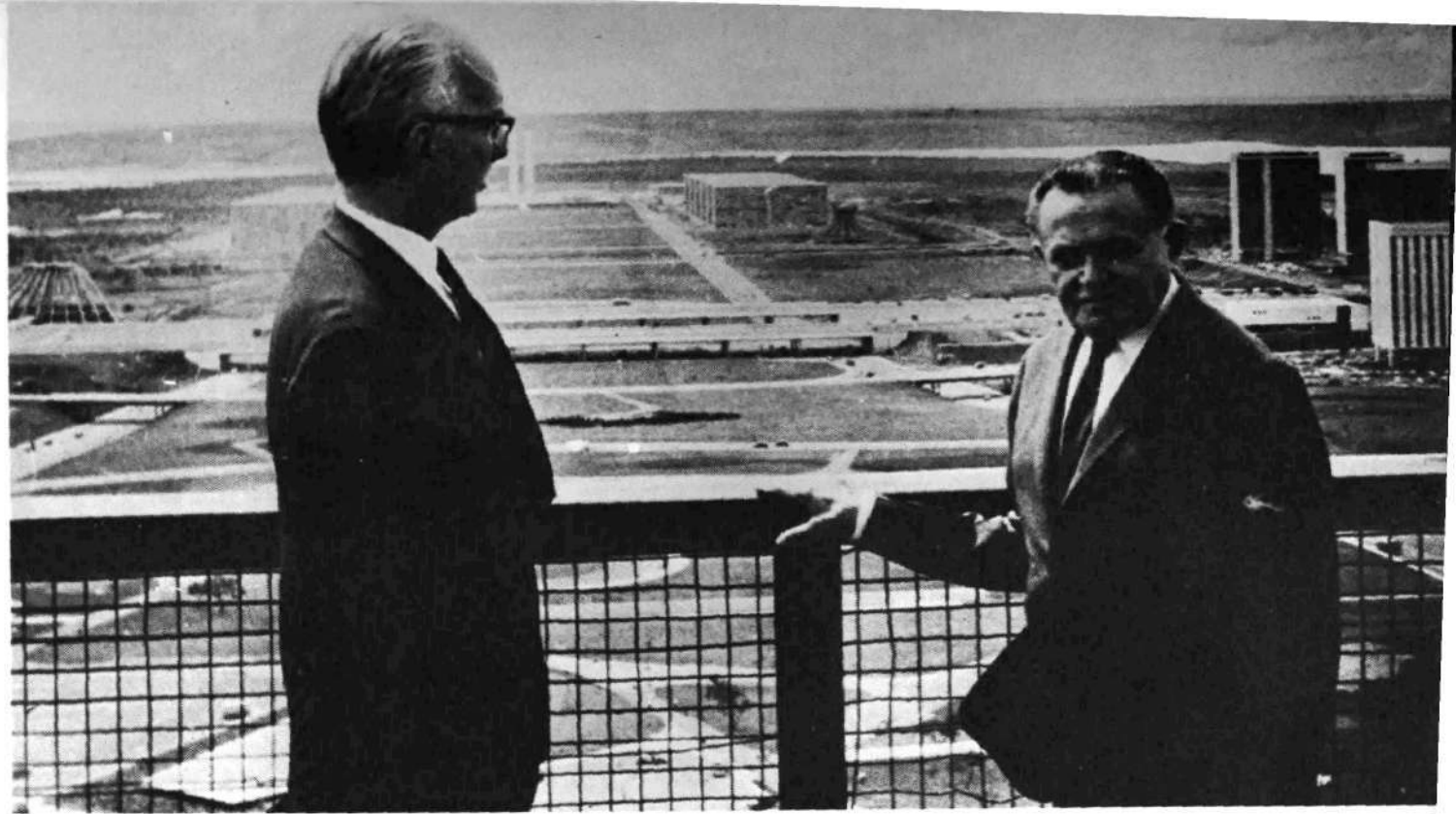
*O Presidente Castelo Branco é recebido pelo editor José Olympio à porta da Livraria José Olympio Editora, na Rua Marquês de Olinda, no Rio, onde foi inaugurada (17-12-1965) a exposição comemorativa do centenário de publicação do romance Iracema, de José de Alencar. Ao lado, na foto de cima, o Presidente descerra a cortina do painel alusivo à grande efeméride literária; vendo-se a escritora Dinah Silveira de Queiroz e o Sr. Adalardo Cunha. Na outra foto, o Presidente Castelo Branco é cumprimentado pela Sr.^a Lucy Bloch.
(Foto Manchete)*



O Presidente Castelo Branco recebe a visita de Edson Arantes do Nascimento (Pelê), que lhe é apresentado pelo Dr. João Havelange.

Miss Universo 1965 (à esquerda) — Srt.ª Keriaki Tsopeli — visita o Presidente Castelo Branco em companhia de Miss Brasil 1965 — Srt.ª Maria Raquel Helena de Andrade — e de Miss Brasil 1959 — Srt.ª Vera Ribeiro (à direita).





Em companhia do Prefeito Plínio Catanhede, o Presidente Castelo Branco visita a torre de televisão de Brasília. (Foto O Globo)

Embora profundamente separado do Ministro Lott, a quem chamava o "Condestável", Castelo, em carta de 23 de dezembro de 1959 a um camarada, Nilton Freixinho, deu vazão ao pensamento legalista: *"O episódio de Aragarças — escreveu — é mais um empurrão que recebemos no plano inclinado em que deslizam as Forças Armadas. Idealismo, possivelmente. Mas, além de inépcia, um erro de visão de que o Brasil não pode melhorar dentro do regime constitucional. Só e só dentro da Constituição, penso eu, como pensei sempre. Só se faz revolução dentro de uma ideologia e impelido por uma forte corrente de opinião pública. O Brasil não quer quarteladas, nem revolução, pelo menos no período que atravessamos."*

Tudo circulava pelos quartéis. A bem dizer Castelo, paciente-mente, construiu uma doutrina de respeito às instituições e à hierarquia militar, e não parecia disposto a abrir mão desse papel. Quando, em janeiro de 1963, fez declarações sobre os perigos comunistas, e o ministro Jair Dantas Ribeiro, tomando-as como alusões ao Governo, insinuou-lhe ter sido preferível não falar, Castelo não demorara em retrucar. Fê-lo com franqueza: *"acredito que a infiltração comunista é facilitada pela colocação de propagadores do comunismo em postos da administração, do ensino e de organismos estatais."* Depois justificava-se: *"O Governo tacitamente confere aos militares a faculdade de pronunciamentos. É comum ler-se, na imprensa, entrevististas, telegramas e discursos sobre os mais variados assuntos (greves, plebiscito, papel do Exército, apoio a campanhas de sargentos, etc.). Generais e sargentos têm falado... É comum ouvir-se membros do Governo declararem, em discurso e em entrevista, que contam com o apoio das organizações militares, e, do outro lado, até Comandantes de Grandes Unidades dizerem que dão apoio ao Governo."* Vinha então a doutrina: *"Quem diz contar com apoio, tem que abrir honestamente a questão da opção de apoiar ou desapoiar. Os partidos políticos, as correntes de opinião pública e a imprensa são, por exemplo, elementos que podem considerar a preferência, pois têm condições legais para debater e fundamentar a escolha da atitude optativa. Nas Forças Armadas, tal não pode normalmente acontecer, inclusive porque os chefes subordinados teriam também direito de optar, do que decorreriam graves conseqüências. Para os militares o problema — concluía com ênfase — é o de cumprir missão."*²⁸

A doutrina era irretorquível. Castelo, pronto para qualquer missão, a cumpriria integralmente. E os companheiros, confiantes, sabiam disso.

²⁸ Carta ao Ministro Jair Dantas Ribeiro, em 22-1-1963, cópia in Arq. C.B.

CAPÍTULO III

A ELEIÇÃO DO PRESIDENTE

FOI DRAMÁTICA A SESSÃO do Congresso em que Auro de Moura Andrade, alta madrugada e com o gosto da teatralidade, declarou vaga a Presidência da República, convidando, para assumi-la imediatamente, o deputado Ranieri Mazzilli, Presidente da Câmara dos Deputados. Decisão tanto mais corajosa quanto afastou, certamente, a guerra civil.

Rumou-se, então, para o Palácio do Planalto, cujas luzes estavam apagadas. Também os elevadores não funcionavam. E, temerariamente transpostas as sentinelas, o pequeno grupo, principalmente de deputados, que acompanhavam Mazzilli, subiu as escadas no escuro. Ao meu lado, acesos alguns fósforos, descobri um jovem secretário da Embaixada Americana — Robert Bentley. Logo apareceram velas, permitindo chegarem outros até ao 4.º andar, onde se depararam os poucos remanescentes dos Gabinetes Militar e Civil, que portavam armas, mas não demonstraram nenhuma idéia de reação.

Chegara a hora de formalizar-se a transferência do Poder, e Mazzilli, que possuía o dom de bem representar o seu papel, com aparência calma aguardou, no 3.º andar, que o governo lhe caísse às mãos. Precisava-se, então, de um oficial general, pois o general Fico, comprometido em apoiar a nova situação, se arrependera. Foi bem-vindo o general André Fernandes, logo nomeado chefe da Casa Militar. Compunha-se definitivamente a moldura. E esta melhor se completou, quando o deputado Nelson Carneiro, em boa hora, chegou trazendo o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Ribeiro da Costa. O quadro estava acabado: sepultava-se a República de Goulart, na madrugada de 2 de abril.

Aparentemente, Mazzilli herdara o Poder. De fato, porém, um Comando Revolucionário, composto do general Costa e Silva, do almirante Rademaker e do brigadeiro Correia de Melo, do qual o primeiro era o chefe virtual, dominava o país. Restava cumprir-se

a Constituição, que determinava a eleição, pelo Congresso, do Presidente e do Vice-Presidente, dentro de trinta dias.

Na realidade, nada estava claro, e, passada a perplexidade, Mazzilli, acompanhado de alguns deputados, entre os quais Aduato Cardoso, Guilhermino de Oliveira, José Bonifácio e Paulo Sarasate, embarcou para o Rio no dia 3. Pequeno episódio, então muito repetido, retratou a realidade da situação. Contava-se que, havendo telefonado para Costa e Silva, Mazzilli o tratara de "Ministro" e recebera incontinenti a advertência: "Eu aqui não sou ministro, chame-me de general." A observação era significativa, pois também corria que aquele general desejava protelar a eleição quanto possível.

Aliás, por não regulamentado ainda o modo da eleição pelo Congresso, o deputado Pedro Aleixo diligenciou a exumação de velho projeto, dias depois transformado em lei.

Chegara a hora das cartas na mesa, e os políticos começaram a reunir-se no Laranjeiras e no Guanabara. Tateavam quanto ao rumo, embora as conversas apontassem preferências militares por Castelo Branco. Em novembro, o deputado Tancredo Neves, que fora ministro de Getúlio Vargas, dissera a um grupo de jornalistas: "Se houver alguma complicação maior neste país, o nome que vai surgir como estrela de primeira grandeza não é o de nenhum desses generais que andam dando entrevistas. Quem vai aparecer é o do Chefe do Estado-Maior do Exército, general Castelo Branco." E acrescentara tratar-se de esclarecido reformista. Fizera-se profético.

Para o país, de modo geral, constituía surpresa ouvir falar no "general Castelo". Apesar da freqüência com que nomes de militares apareciam nos acontecimentos da vida nacional, poucos teriam ouvido mencionar-se o de Castelo. Voltado para a profissão, discreto, preocupado com os seus estudos e deveres, dir-se-ia desinteressado das graves crises políticas ocorridas nas últimas quatro décadas. Forrado do mais profundo sentimento legalista, refugiava-se a cada hora nas suas leituras. Crer-se-ia tratar de um intelectual que, na mocidade, já admirara Rui Barbosa: ele "foi o deslumbramento de minha inteligência que desabrochava", lembraria mais tarde. Estava, contudo, longe de ser um teórico, como demonstrou nos campos da Itália. E os camaradas se recordavam do jovem instrutor afeito ao pormenor, que lhes costumava repetir: "Ai de quem não colocar uma metralhadora na sua verdadeira posição de tiro".

Danton Jobim, que o conheceu por ocasião do Estado Novo, faria esse breve perfil: "o oficial falava pouco e raramente personalizava seus comentários, parecendo-me extremamente cauto, a princípio, em suas expansões. Não tardou, entretanto, que ele se revelasse de firmes convicções democráticas e civilistas, embora admitisse que somente a intervenção corretiva das Forças Armadas tiraria o País,

na hora oportuna, do jugo do Estado Novo". Era a idiossincrasia à ditadura. Depois Danton o recomendara para comentarista militar de um programa radiofônico: *A Marcha da Guerra*. "Costumávamos sair juntos do estúdio, nas tardes em que Castelo lá comparecia. O pouco que conversávamos sobre os acontecimentos internos deu-me a impressão de que ele nada mudara. Entretanto, refugiava-se na sua concepção de militar para aceitar a antiga concepção francesa de *la Grande Muette*, no que respeita ao papel do Exército". Este deveria ser o "Grande Mudo". Agora, inesperadamente, Castelo surgia como o provável Presidente.

Juraci Magalhães via-o como estrela em ascensão. Entretanto, Costa e Silva, insistindo em afirmar não ser candidato à presidência, aferrara-se à idéia de protelar-se a eleição, dando tempo ao que chamava "a limpeza". Dissera-o a Juarez Távora, ao governador Nei Braga e ao deputado coronel Costa Cavalcanti, ativo revolucionário, aos quais recebeu após conferenciar com o governador Magalhães Pinto, na tarde do dia quatro. Contrariara a todos aquela orientação que Costa e Silva defendia acirradamente, em face da insinuação do nome de Castelo Branco. Durante vinte e quatro horas o assunto ferveu. No mesmo dia, no começo da noite, numerosos políticos, inclusive governadores, encontraram-se no apartamento do deputado Edilberto Ribeiro de Castro, acolhedor dileitante da política, na Avenida Atlântica. Ai, como sempre, afloraram os candidatos, Krueel, Dutra, Castelo Branco. Também não faltava, segundo o depoimento do coronel Mário Andreazza, quem insistisse que Costa e Silva se candidatasse, mas este preferia permanecer no Ministério da Guerra. De todos, porém, o mais consistente afigurava-se Castelo. Alguns opinavam por um candidato civil.

A tarde houvera, no Palácio Guanabara, reunião a que, em trajes civis, acompanhado pelo ajudante de ordens, capitão Tarcísio Ferreira, compareceu o general Moniz de Aragão, partidário da candidatura de Castelo Branco, e convicto de desejar Costa e Silva procrastinar o problema. Vindo da Vila Militar, ardoroso, Moniz de Aragão não esperou sequer ser introduzido na sala onde estavam os governadores Lacerda, Magalhães Pinto, Ildo Meneghetti, Ademar de Barros, Aloisio Alves, Nei Braga e Mauro Borges. Logo na ante-sala, encontrando os deputados Afrânio Oliveira, Raul Brunini, Godinho, Alberto Torres, Armando Falcão e o senador Konder Reis, Moniz de Aragão, em tom exaltado, deu as razões pelas quais o Exército desejava a eleição de Castelo. Houve aplausos, e, em seguida, ele repetiu aos governadores o que acabara de afirmar.

Costa Cavalcanti e Nei Braga retornaram ao Ministério da Guerra e resolveram consultar Costa e Silva se lhe poderiam levar alguns governadores, o que foi aceito de bom grado. Recebidos no 7.º andar,

no Departamento de Produção, onde a mesa era mais ampla, instalara-se no ministério certa tensão, mercê do incidente ocorrido na Aeronáutica, em Porto Alegre, de que, morto um major, escapara milagrosamente o brigadeiro Lavanère-Wanderley. Seria a mais importante reunião, depois da vitória da Revolução. Além do general Costa e Silva e do seu Chefe de Gabinete, general Sizenro Sarmiento, compareceram os governadores Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, Ildo Meneghetti, Mauro Borges, Ademar de Barros, Nei Braga, deputado Costa Cavalcanti, ex-governador Juraci Magalhães e Juarez Távora. Verdadeiro encontro de estado-maior. Costa e Silva, desembarçado, loquaz, bonachão, ocupou a presidência, tendo Carlos Lacerda ao lado. Não foi admitido o senador Lino de Matos, que chegara com Ademar de Barros, juntamente com duas senhoras.

Carlos Lacerda que, à tarde, tivera no Guanabara reunião a que comparecera o general Moniz de Aragão, dizendo não haver para a Presidência senão o general Castelo, abriu o debate, afirmando desejarem os governadores uma definição de Costa e Silva sobre a sucessão. Não logrou concluir, pois este, interrompendo-o a cada passo, repisava a tese da inoportunidade da eleição, bem como da escolha de algum nome. Qualquer militar dividiria o Exército, dizia, invocando sempre as lutas, no início da República, entre Deodoro, Floriano e Benjamin Constant. Entretanto, com a franqueza que a intimidade lhe permitia, Juarez Távora, por vezes batendo a mão na mesa, reiterava a necessidade de Costa e Silva oferecer o nome de um militar. "Indique um nome qualquer — dizia Juarez Távora. — Indique um militar..." Costa e Silva manteve-se intransigente: não se devia pensar em militar, nem em eleição no momento. Sobre a posição de Costa e Silva, que suscitou interrogações diversas, é este o depoimento de Andreazza: "Lembro-me bem do insistente esforço de muitos, para que se candidatasse à Presidência, logo após a Revolução. Poderia ter sido. Estava, entretanto, convencido de que muito mais útil seria à continuidade e consolidação da Causa, como Ministro da Guerra."

Na realidade, pairava o espectro da ditadura, que todos repudiavam. E a fadiga já dominava o ambiente, quando, havendo Lacerda levantado o dedo num gesto natural, Costa e Silva o interrompeu, dizendo-lhe que também levantaria a mão e balançaria o dedo. O constrangimento foi geral. Não seria, aliás, o único incidente, pois, observando Magalhães Pinto que a situação se apresentava difícil, e sendo melhor retornar ele para Minas, onde aguardaria os acontecimentos com as tropas mobilizadas, logo Costa e Silva o advertiu em tom peremptório: "Governador, pode voltar para Minas, que as minhas forças são muito maiores do que as suas. Isso não me intimida. Volte para sua Minas, pode cuidar do que é seu, que eu

estou cuidando de manter a ordem. Não quero ser presidente da República. Acho que é cedo”.¹

Mais tarde, Lacerda, sob o pseudônimo de Júlio Tavares, narrou o episódio ocorrido na reunião do Ministério da Guerra:

“Quando começava a falar o governador [Carlos Lacerda] incumbido pelos demais de apresentar o nome do chefe militar [Castelo Branco] para presidente, ao outro chefe militar, Costa e Silva, que ocupava o Ministério da Guerra do presidente provisório, deputado Mazzilli, o Ministro da Guerra tentou cortar-lhe a palavra, retardar, impedir sua iniciativa. Foi constrangedor, significativo, e de certo modo alarmante. A certa altura o governador em questão disse ao ministro em questão:

— Não tenho que pedir licença para falar aqui neste momento. Preciso cumprir a missão que trouxe governadores, com responsabilidade na revolução, ao seu gabinete. Não sei onde o Sr. estava, nem o Exército, enquanto nós lutávamos contra isso que agora, finalmente, o Exército acaba de derrubar. Mas, sei onde eu estava...”

Prosseguindo a narrativa, contou Lacerda estar Costa e Silva muito nervoso, por causa das notícias recém-chegadas do ferimento do brigadeiro Lavanère-Wanderley, em Porto Alegre, e da “longa conversa que tivera a sós com o Governador Ademar de Barros”. Seguiu-se, então, o incidente com Lacerda, que não lograva sequer pronunciar o nome do indicado para a presidência, o do general Castelo Branco, quando Juarez Távora, da extremidade da mesa, interveio. Lacerda assim evocou a ajuda recebida:

“O Sr. Juarez Távora encarou o ministro Costa e Silva e inesperadamente exclamou, batendo o punho na mesa: — “Costa, deixe o governador falar”. O ministro parou, tomado de surpresa com aquela chamada à realidade. Quebrou a dramaticidade que o incidente dera ao encontro, e, num misto de bonomia e ironia, disse a Juarez: “Juarez, você sempre adolescente”.

Sempre idealista, deveria ter dito. Dessa movimentada reunião, também Juarez Távora escreveu estas lembranças:

“O general Costa e Silva continuava contrário à candidatura de qualquer dos Chefes Militares da Revolução, pelo receio de que explorações políticas laterais viessem a abalar a solidez do dispositivo de força, indispensável à condução drástica da tarefa de saneamento político-administrativo e desintoxicação ideológico-subversiva, em pleno desenvolvimento. Esclareci então, com o apoio do deputado Costa Cavalcanti, que, se a candidatura do general Castelo Branco fosse levantada imediatamente, perante o Congresso Nacional, seria ele eleito sem dificuldades, talvez em 1.º escrutínio. “O retardamento,

¹ Comunicado ao Autor pelo Ministro Costa Cavalcanti.

dizia Távora, é que seria nocivo, pois cada chefe militar era potencialmente um candidato. Afinal, alcançou-se um adiamento, que Távora assim resumiu: "Finda, já alta madrugada, essa reunião, apenas pôde ser obtida do General Costa e Silva uma declaração formal de que não se opunha ao lançamento da candidatura do general Castelo Branco, cabendo-nos ir sondá-lo a respeito."²

O tom do debate não se mostrava promissor. E Sizeno, com oportunidade, observou que a manhã se aproximava (eram 4 horas), sendo melhor suspender-se a reunião. No dia seguinte, Costa e Silva os convocaria para outro encontro. Ao fecharem-se as portas, uma imensa e assustadora interrogação pusera-se diante de todos. Que desejaria realmente o general Costa e Silva? A um amigo chegara a segredar: "Por que vocês políticos não escolhem aquele paisano lá de São Paulo?"³ Referia-se ao professor Carvalho Pinto.

Alguns noctívagos foram para o apartamento de Lacerda, onde Bilac Pinto e Costa Cavalcanti não escondiam as apreensões. Este, por sinal, contestava Lacerda, para quem, se não houvesse rápida solução, o país se despenharia numa ditadura, tal como a almejava Costa e Silva, fazendo-se o ditador. Certamente,urgia uma decisão, mas todos se consideravam impotentes, não lhes cumprindo senão dormir. Amanhã seria outro dia.

No seguinte, aos que o procuraram pela manhã, Lacerda mostrava o rascunho de uma carta em que, bem cedo, fixara os pontos de vista emitidos na véspera. Em resumo, tendo lutado por uma democracia, e vendo o país caminhar para uma ditadura, desejada, como se dizia, por Costa e Silva, desligava-se inteiramente da Revolução, pois não tinha condições de nela se integrar. Oportunamente, encaminharia a renúncia ao governo da Guanabara. "É uma loucura", exclamou Costa Cavalcanti, ao saber que a carta, por intermédio do deputado Danilo Nunes, seguira para o Ministério da Guerra. Mas, no ministério, para onde partiu imediatamente, Costa Cavalcanti soube que Sizeno a interceptara e nunca chegaria às mãos do destinatário.⁴ Guardou-a Juraci Magalhães.

No domingo, por volta das 18 horas, quando Costa e Silva voltou a receber os governadores, essas questões estavam postas, falando-se abertamente na edição de um "Ato Adicional", cujo esboço estaria em elaboração. Lacerda, entretanto, não compareceu, fazendo-se representar por Juraci Magalhães, que, inicialmente, comunicou a ausência do Governador da Guanabara, por estar chocado com a brutalidade da véspera. A reação do ministro, que acreditara dirigir-se a ele a advertência, foi imediata. Contudo, a calma voltou

² General Juarez Távora, *Missão Cumprida*, p. 16.

³ Comunicado ao Autor pelo deputado Armando Falcão.

⁴ Idem. idem.

logo. E como quase todos ignoravam haver o Alto Comando, no intervalo das duas reuniões, opinado unanimemente pela imediata eleição de Castelo, constituiu geral surpresa ouvirem Costa e Silva dizer tranqüilamente: "Bem, eu mudei de opinião e acho que realmente se pode pensar num militar, menos eu. Eu não quero que pensem no meu nome. Faço questão de dizer isto." E acrescentou: "Quem é que vocês acham que deve ser?" A pergunta era tão inopinada, que houve silêncio mais ou menos longo. Quebrou-o Nei Braga, declarando que se fixavam no general Castelo Branco. Pelo que redarguiu o ministro: "Ótimo nome, não pode haver melhor no Exército. É o melhor de todos nós. Está à altura de exercer o cargo e congratulo-me com este nome que terá todo o meu apoio." Voltou-se então para o general Sizeno, e pediu-lhe chamasse Castelo, que deveria estar no ministério, pois falara-lhe havia pouco. Este já se retirara, e o ministro aconselhou que o procurassem em casa. Em meia hora, tudo se resolvera. Não fora um acaso, mas o resultado do consenso geral, que os partidários de Castelo, entre os quais os generais Cordeiro de Farias, Ademar de Queirós, Golberi, Nelson de Melo, Lira Tavares, Malan, Portugal e os irmãos Geisel, haviam habilmente mobilizado.

A balança inclinava-se nitidamente em favor de Castelo. Também o Clube Militar e o Clube Naval apoiaram-no. Mas, isso não significou o desaparecimento dos demais candidatos. Ainda no dia 8, em entrevista lida na Câmara pelo deputado Borghi, o senador Lino de Matos anunciou que o general Amauri Kruehl, atendendo a apelo de congressistas, aceitara, "em caráter definitivo, a sua candidatura à presidência da República." Tinha este as simpatias do Governador Ademar de Barros, bem como as do general Olímpio Mourão, e, conforme declaração, na Câmara, do deputado Baleeiro, ainda teria as do Governador Magalhães Pinto. Também o general Odílio Denis fora lembrado. Bem mais forte, porém, se revelara o nome do ex-presidente Dutra, prestigioso, cheio de serviços e de amigos, e que, depois de relutar, acabara acedendo em ser candidato. Chamara o deputado Armando Falcão, para dizer-lhe: "Eu não queria e não quero. Mas, comece a conversar. Procure primeiro o PSD carioca, vá falar com o Augusto Amaral Peixoto."⁵

Mas, ao sentir a tendência dos companheiros de farda, resolveu, no dia 9, retirar-se do pleito: "Após demorada meditação — escreveu num breve manifesto — decidi desligar os parlamentares e amigos dos compromissos espontaneamente assumidos, manifestando a todos, desde já, a minha expressiva gratidão." Orgulhava-se, ademais, de ser chamado "presidente de todos os brasileiros". E, havendo-lhe

⁵ Idem, idem.

Castelo escrito sobre a desistência, logo lhe mandou uma carta cordial, livre de ressentimentos.

Eis a carta:

“Rio de Janeiro, 10 de abril de 1964.

Exm.º Sr. General Humberto de Alencar Castelo Branco.

Prezado Camarada e velho amigo:

Acabo de receber sua estimada carta, de hoje datada, em que toma conhecimento da minha decisão de não concorrer ao pleito de 11 de corrente, segundo minhas declarações à imprensa vespertina.

Realmente, as funções a preencher estão sobremodo dilatadas, representando um sacrifício para quem as colocar sobre os ombros. Ademais, nunca foi outra a minha intenção, diante das candidaturas preexistentes, concorrer com elas, senão situar-me em área de eventual concórdia ‘entre bons brasileiros’.

Estou certo de que sua eleição está assegurada, e quero, antecipadamente, apresentar as minhas mais vivas congratulações pela merecida honra que vai ilustrar a sua já brilhante folha de serviços.

Neste ensejo, cumpre-me declarar-lhe que a ninguém fiz qualquer comentário sobre o fato de meu Camarada e velho amigo não haver solicitado meu apoio para a sua candidatura.

Reiterando os meus cumprimentos e augurando-lhe uma fecunda administração, sou, muito atentamente, seu Camarada e amigo.

*Eurico Gaspar Dutra”.*⁶

As vantagens iniciais não arrefeceram o ímpeto dos partidários de Castelo, os quais, conquistadas amplas áreas das Forças Armadas, se voltavam para o campo político, onde poucos o conheciam. Contudo, tinha por si uma tradição de correto democrata e homem de cultura. Dizia-se ser ele a primeira cabeça do Exército. E, no dia em que Dutra se retirou, o PSD, seu antigo partido, considerou-se livre e apoiou o nome de Castelo. Este, aliás, por sugestão de Paulo Sarasate ao deputado Martins Rodrigues, líder do PSD e autor de recente entrevista contra Goulart, se encontrou a 9, na residência do deputado Joaquim Ramos, com influentes personalidades possedistas. Além de Castelo, recebido por este deputado, compareceram Amaral Peixoto, Martins Rodrigues e José Maria Alkmin. Castelo nunca assumiria posição partidária. A conversa girou em torno da vigência da Constituição e da realização das eleições presidenciais nos prazos previstos: era o grande interesse do partido, que, desde 19 de março, com o objetivo de barrar o passo ao continuismo de Goulart, homologara a candidatura de Juscelino Kubitschek à presidência. Não houve arestas na reunião, e, com o propósito de que

⁶ Carta do marechal Eurico G. Dutra, em 10-4-1964, in Arq. C.B.

o candidato estivesse presente, marcou-se novo encontro para o dia seguinte. Faltaram apenas Martins Rodrigues, que viajara para Brasília, e Juscelino que, acompanhado de Negrão de Lima, se limitou a dizer falar por todos Amaral Peixoto. Consumou-se assim o apoio do PSD a Castelo.⁷

Mais tarde, insinuou-se ter ele solicitado expressamente o apoio de Juscelino. Era inexacto. E mal circulou essa versão, Castelo, em prova de quanto se sentia atingido, escreveu uma nota seca, dura, que me entregou. Inicialmente, como se desejasse ser impessoal, falava na terceira pessoa: "Aceitou [Castelo] a proposta do encontro sobretudo por estar informado de que ele (Juscelino) era adepto da Revolução, ou que com ela se conformava. A finalidade do encontro seria esclarecer rumos políticos. As perguntas encerravam mais o assunto cumprir a Constituição e eleições". Depois, a nota fixava a posição de Castelo: "Em resumo, respondi que ao presidente eleito cabia cumprir a Constituição e o Ato Institucional. As perguntas foram feitas praticamente pelos deputados, tendo o senador [Juscelino], apenas algumas vezes, complementado-as. Este, muito inquieto e com ares de quem desejava encerrar o encontro a cada instante, penteava até o cabelo. Não pedi voto, nem apoio de espécie alguma. É uma inverdade".⁸ De fato, não precisara fazê-lo, pois, desde a véspera, o PSD adotara-lhe a candidatura. Juscelino é que, apressado, não se demorou em retirar-se. A Castelo, porém, que desejou fazê-lo logo em seguida, disseram-lhe ser agradável prosseguirem a conversa, que se prolongou por bastante tempo. Castelo exercitava as suas primeiras armas no diálogo político.

Quanto à UDN, estava compactamente com Castelo, a julgar pelos seus elementos mais ativos, como Bilac Pinto, Baleeiro, Pedro Aleixo, João Agripino, Sarasate, Daniel Krieger, Herbert Levi e Costa Cavalcanti, para lembrar apenas alguns. Também Carlos Lacerda, no começo comprometido com a candidatura Dutra, e temeroso de um candidato civil, não demorou em se reunir aos companheiros, que, depois do brigadeiro Eduardo Gomes, acreditavam haver encontrado o candidato ideal. Prelibavam outro triunfo, como já tinham conhecido, por modo fugaz, com os Presidentes Café Filho e Jânio Quadros. Este, por seu turno, desde o dia 6, antevendo o sol nascente, escreveu longa carta a Castelo Branco. Lembrava as lutas contra "as forças terríveis", e dizia:

"Sacrifiquei-me sem hesitações. Previ o martírio que me aguardava, nos ataques covardes, e nas infâmias, sem nome, que desabariam sobre mim e a minha família, uma vez na planície. Sustentava-me, contudo, a consciência do dever cumprido." E, dizendo-se

⁷ Entrevista do deputado Amaral Peixoto a *O Globo*.

⁸ Nota autógrafa do Presidente Castelo Branco ao Autor.

sabedor da preferência “unânime dos governadores rebelados”, concluía: “Aceite a indicação, general. Eleito, restitua ao Brasil a ordem e a lei. Coíba os abusos. Distinga os homens de bem dos gatunos e dos espertos contumazes. Ponha termo às vilanias e brutalidades. Devolva aos trabalhadores a confiança destruída. Substitua o ódio pela Justiça!”

Ao saber dessa correspondência, Costa e Silva advertiu: “Olha, Castelo, esse homem está vendo que a coisa está mudando e já está querendo se insinuar para o nosso lado, mas é um elemento perigoso, e esse eu faço questão de colocar na lista. A responsabilidade é minha.”⁹

A “lista” era a das cassações dos mandatos e direitos políticos, assunto que, desde os primeiros dias, preocupara Costa e Silva. De modo geral, preocupava largas áreas militares. Já no dia 4, respondendo a uma solicitação, quatorze oficiais da Escola de Comando e Estado-Maior haviam enviado sugestões ao Comandante da Escola, considerando indispensáveis “cassar mandatos e direitos políticos de todos os deputados comunistas, nacionalistas extremados e agitadores profissionais, e de todos aqueles que tenham cometido atos considerados criminosos ou atentatórios às liberdades e aos direitos consagrados pela Constituição.”

Várias fórmulas haviam surgido, inclusive a de cassações pelo Congresso, o que se considerara impossível, dado o número de parlamentares apontados. Alguns poucos, três ou quatro, como Brizola ou Francisco Julião, admitia-se. Fora disso, uma utopia. E, afastada a hipótese de emenda à Constituição, como aventado inicialmente no Palácio Laranjeiras, a idéia de um Ato ganhou terreno. Ao chegar de Brasília, no sábado, Pedro Aleixo foi informado por Bilac de que o assunto caminhava aos cuidados do jurista Carlos Medeiros, pessoa reconhecidamente indicada para a tarefa, e a quem ele transmitira a impossibilidade de se aguardar o prazo constitucional de 30 dias, para a eleição do novo presidente, bem como o propósito de os chefes revolucionários suspenderem direitos políticos e cassarem mandatos eletivos de forma sumária. Culto, experiente, pragmático, tendo mais o gosto das soluções do que das discussões, Bilac, no ambiente de perplexidade que se formara, foi quem deu maior impulso à idéia do Ato, já então designado de Institucional.

Na madrugada de domingo, convicto da impaciência com que Costa e Silva aguardava algum resultado que marcasse os rumos da Revolução, Bilac, em companhia de Pedro Aleixo, foi buscar Carlos Medeiros, e os três se dirigiram à residência de Castelo, onde, entre outros, se encontravam Juraci Magalhães e José Maria Alkmin. Iam mostrar o Ato ao futuro presidente. A casa estava mais ou

⁹ Comunicado ao Autor pelo deputado Armando Falcão.

menos cheia, pois que, havia pouco, Ademar de Barros, num breve discurso, comunicara a Castelo a sua escolha, apoiada por Costa e Silva, limitando-se aquele a responder que a aceitava. A madrugada não fechara as portas do candidato, e amigos como Nei Braga e Costa Cavalcanti participavam da vigília, o que lhes permitiu assistirem à cena final da candidatura. Em seguida, voltou-se a tratar do Ato, cuja redação se passou a examinar.

“O texto — conta Carlos Medeiros — foi lido pelo deputado Alkmin e por todos aceito. O general Castelo Branco enviou-o, na mesma madrugada, ao general Artur da Costa e Silva, então Ministro da Guerra, que, por sua vez, comunicou o seu conteúdo ao senador Auro Moura Andrade, Presidente do Congresso Nacional. O senador levou o texto para Brasília e forneceu cópia dele ao deputado Mazzilli...”

O Ato andava. Mazzilli, com o apoio de Gama e Silva, que assumira cumulativamente as pastas da Justiça e da Educação, batia-se pela aprovação do mesmo pelo Congresso, e novas cópias seguiram para Brasília, onde a expectativa era crescente e angustiosa. O tempo, entretanto, corria mais do que o Ato, e, indo, na terça-feira, ao Laranjeiras avistar Mazzilli, chegado da capital, Costa e Silva insistira por que lhe dessem algum documento, “qualquer coisa”, dizia, que lhe permitisse iniciar as punições. Era necessário correr, e, para melhor sentir o ambiente do Congresso, Bilac voou para Brasília. Eis o testemunho de Medeiros:

“No dia imediato [quarta-feira] o deputado Bilac Pinto foi cedo para Brasília e de lá me telefonou sugerindo uma visita ao dr. Francisco Campos para mostrar-lhe o texto e ouvir a sua opinião a respeito.

Fui no mesmo dia à casa do meu amigo e mestre Francisco Campos pouco antes do meio-dia e, após o almoço, depois de lido o texto e explicados os seus objetivos, por intermédio de um oficial do Exército (recomendado pelo deputado Bilac Pinto), recebemos um convite para irmos ao Ministério da Guerra, às 15 horas, para uma entrevista com os Chefes Militares, Artur da Costa e Silva, Francisco de Assis Correia de Melo e Augusto Haman Rademaker Grönewald, então à frente dos Ministérios da Guerra, Aeronáutica e Marinha, aos quais fui apresentado. Neste encontro o general Costa e Silva informou-nos de que havia dificuldades no seio do Congresso Nacional para aprovação do texto, segundo o testemunho que obtivera do senador Auro de Moura Andrade (cuja conversa tinha gravada) e do deputado Mazzilli, então no Rio, em confabulação com líderes políticos e parlamentares.

O doutor Francisco Campos expôs, então, aos ministros militares que eles não tinham por que se inclinarem às objeções e reservas ao texto por mim elaborado, ou a outro da mesma natureza que

fosse redigido e melhor consultasse aos objetivos revolucionários, porque a própria manutenção do Congresso Nacional e a investidura do Presidente da Câmara na Presidência da República estavam ainda na dependência do poder de fato, de origem revolucionária, que os chefes militares detinham e estavam exercendo. Assim, se a resistência do Congresso Nacional, em votar o texto, persistisse, havia uma alternativa, a de outorgá-lo."

Foi o que ocorreu. Francisco Campos, que, entre os seus títulos, contava o de autor da Constituição do Estado Novo, em 1937, saboreava a oportunidade e, incontinenti, propôs-se a redigir um preâmbulo em substituição aos considerandos que precediam o texto. Costa e Silva gostava de recordar o prazer com que Campos, aceita a idéia, tirara o paletó, colocara-o no encosto da cadeira, e, de um jato, escrevera o preâmbulo, que se transformou em manifesto à Nação. Fizeram-se ainda algumas modificações, inclusive ampliando o prazo das cassações de 60 para 180 dias, e, em seguida, Costa e Silva mandou chamar Castelo, a quem deu conta do ocorrido. E, à noite, recebeu Gama e Silva e o general André Fernandes, emissários de Mazzilli, aos quais Medeiros expôs a possível outorga do Ato, caso os presidentes das duas Casas do Congresso continuassem convictos da impossibilidade de imediata votação. A conversa foi longa e o entendimento impossível. Ao cabo de uma hora Costa e Silva, dando por encerrada a reunião, pediu àqueles enviados para comunicarem a Mazzilli que o assunto estava posto em termos definitivos e tomar-se-iam oportunamente as decisões. Cortava o nó górdio.

No Laranjeiras ainda se buscavam fórmulas, quando o general André Fernandes, chefe da Casa Militar, retornou ao Ministério da Guerra. Voltou com a surpreendente notícia: Costa e Silva já tinha pronto o Ato Institucional — e dispensara toda e qualquer colaboração ou participação dos congressistas. Foi uma ducha fria. Ia estruturar-se a Revolução.

Graças ao retardamento nas listas de cassações da Marinha e da Aeronáutica, o Ato Institucional, previsto para o dia 9 ao meio-dia, somente no fim da tarde foi editado e divulgado. Acompanhava-o a relação dos cassados, naturalmente encabeçados por João Goulart. Nela se incluíam quarenta parlamentares. E, após um período de tensão e incerteza, o Ato representou alívio, ao qual ninguém pensou em opor embaraços. A Câmara dos Deputados, cientificada pelo Conselho de Segurança Nacional, convocou imediatamente os suplentes dos que perdiam os mandatos. Nem do Supremo Tribunal Federal partiu qualquer restrição.

Juridicamente, a situação era perfeita e a solução adequada, pois com ela se preservava a Revolução, outorgando-lhe poderes para rápida e real transformação no país, mantido o Legislativo, o Judi-

ciário, e, até, a própria Constituição, que sofreu modificações imprescindíveis.

Constando apenas de onze artigos, o Ato, sucinto, destinava-se a ser o instrumento fundamental, para abrir caminho à Revolução, que se ressentia da falta de um programa ou doutrina. Na medida do possível, sobre previdente, era prudente. Abreviara o processo de elaboração dos atos legislativos, inclusive para a reforma da Constituição; dava competência privativa ao Presidente para os projetos que implicassem em despesa; suspendia por seis meses as garantias de vitaliciedade e estabilidade, permitindo, mediante investigação sumária, a demissão, disponibilidade ou aposentadoria (os militares podiam ser reformados ou transferidos para a reserva) dos que houvessem “tentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade administrativa”. Por último, abria a porta para a “limpeza” que, na Câmara, era reclamada por alguns deputados. Pelo prazo de seis meses era atribuída aos Comandantes-Chefes, e, depois destes, ao Presidente da República a faculdade de suspender direitos políticos pelo prazo de dez anos e cassar mandatos legislativos, excluída a apreciação judicial. Pelo menos, por algum tempo, investida no exercício do Poder Constituinte, a Revolução traçava os seus limites.

Aliás, transcorridos seis meses de vigência do diploma revolucionário, Carlos Medeiros, que o redigira, concedeu entrevista a *O Globo*, fazendo esta apreciação: “O Ato Institucional foi o instrumento jurídico da Revolução e sem ele o movimento civil e militar de março se confundiria com um golpe de Estado ou uma revolta destinada apenas a substituir ou afastar pessoas dos postos de comando e influência no governo. A opinião pública vitoriosa reclamava sobretudo a imediata restauração da ordem administrativa, econômica e financeira do País e a prática de atos destinados a impedir a deterioração do regime democrático. Para essa ingente tarefa, não bastaria o patriotismo e dedicação dos homens que iriam compor o novo governo. Um instrumento de natureza constitucional era indispensável, e este foi editado com o propósito de restabelecer imediatamente, com a eleição do novo presidente, a ordem jurídica em todo o país.”¹⁰ Era um resumo lúcido e verdadeiro.

Campos Sales, no livro escrito após a presidência, deixou esta observação: “A eleição do Presidente da República é o grande eixo da política nacional.”

De fato, volvido mais de meio século, assim continuava a ser. O parlamento, chamado a eleger, dentro de dois dias, “em sessão pública e votação nominal”, o novo chefe do Executivo, agitou-se como uma colmeia. Aliás, por causa do paradoxo de se eleger um

¹⁰ Entrevista do ministro Carlos Medeiros a *O Globo*, em 4-11-1964.

presidente revolucionário para um governo constitucional, iria cometer-se o erro de atribuir a Castelo apenas o exíguo período restante de Goulart. Era a maneira de salvar as aparências, procedendo-se à eleição presidencial estritamente dentro das normas constitucionais. Contudo, além de se enfraquecer o presidente pela brevidade do mandato, abria-se de logo o problema da sucessão.

A eleição de Castelo viu-se sem demora ser tranqüila. Havia granjeado a confiança do Exército, e para grande número de oficiais ele era realmente o melhor. Quanto à Vice-Presidência, disputavam-na Auro de Moura Andrade e José Maria Alkmin. Aquele era antigo parlamentar, orador de nota, temido pela versatilidade com que buscava os próprios caminhos. Os colegas tinham-no como uma caixa de surpresas e, ao seu lado, dificilmente se sentiam seguros. Nem faltava quem lembrasse haver ele estado à bica de ser Primeiro-Ministro de Goulart. Alkmin fizera-se famoso pela astúcia política, habilidade no encaminhar os problemas, suavidade de maneiras, e pelas anedotas que circulavam, lembrando-lhe a ardilosa personalidade. Tornara-se um mágico à frente da sua platéia. E a circunstância de haver servido como recruta, no 12.º de Infantaria, na época do tenente Castelo Branco, não lhe era desfavorável. Este, freqüentemente, evocava velhos tempos, chamando-o "o cabo José Maria", nome pelo qual fora conhecido no batalhão.

A eleição deu a Castelo a quase unanimidade dos sufrágios: 361 votos; ao passo que apenas três couberam a Juarez Távora, e dois ao ex-presidente Dutra. Só no segundo escrutínio, porém, já havendo Auro de Moura Andrade desistido após a primeira votação, alcançou José Maria Alkmin o *quorum*, para se tornar o Vice-Presidente.

CAPÍTULO IV

O MINISTÉRIO

POUCO DEPOIS DE ELEITO, Castelo escreveu ao filho, então numa escola naval, nos Estados Unidos: *“Estou metido numa empreitada que nunca imaginei recair um dia sobre os meus ombros. Vocês são testemunhas de que nunca disputei cargos. O de ministro da Guerra nunca foi do meu programa. Nem outros do Exército. De um dia para outro, fui eleito Presidente. Em muito poucos dias passou-se uma história grande. Só com o tempo andando mais é que poderei contar-lhes. Sou verdadeiramente o síndico de uma falência, cuja massa falida está numa desordem incrível. O trabalho é hercúleo. Conto com muita gente, paciência do povo e esperança de um enorme número de brasileiros. Não me engano com enganosas popularidades. Em tudo, procuro ver com simplicidade e, às vezes, com humildade.”*¹

Estava perplexo. O país não estaria menos, sendo poucas as pessoas com exata noção do novo presidente. Muitas outras nunca lhe haviam ouvido o nome. Realizara a carreira militar sem ocupar função civil, e permanecera conhecido apenas dos camaradas, que o tinham como inteligente, culto, cumpridor de deveres. Pouco expansivo, preferira sempre os círculos restritos de amigos. E nunca lhe passara pela cabeça chegar algum dia à Presidência da República.

Em geral, chega-se à Presidência após preparação mais ou menos longa, que permita meditar, escolher caminhos e pessoas. Castelo chegava inesperadamente. Falando do pai, que exerceu a Presidência da República, conta Afonso Pena Júnior que, a exemplo do rei D. João II, dono de “memorial secreto”, onde lançava os nomes dos “merecedores de seu serviço”, também Afonso Pena, sob a rubrica de “Pessoas a aproveitar”, guardava-os em apontamentos para não esquecer os melhores. Castelo, certamente, nunca tivera por que pensar em tais coisas: agora, vinha-lhe o Governo em condições extraordinariamente difíceis, e precisava descobrir os colaboradores. Ele

¹ Carta do Rio, 30-7-1964, in Arq. C.B.



O Presidente Castelo Branco e o Presidente Charles de Gaulle por ocasião da chegada deste ao Rio de Janeiro. (Foto Manchete)





No aeroporto de Brasília, o Presidente Castelo Branco recebe o Xaïnã do Irã. (Foto Manchete)

Em cima: o Presidente Castelo Branco, o Embaixador Lincoln Gordon, o Sr. W. W. Rostow, Assessor do Presidente Lyndon Johnson, e o Ministro Roberto Campos na residência deste último. (Foto Manchete) Embaixo: o Presidente Castelo Branco recebe o Senador Robert Kennedy, que tem à sua esquerda o Embaixador Lincoln Gordon. (Foto O Globo)



Os Presidentes Castelo Branco e Stroessner, do Paraguai, encontram-se na Ponte da Amizade, por ocasião da sua inauguração.

O Presidente Castelo Branco recebe o Sr. Franco Nogueira, Ministro do Exterior de Portugal. (Fotos O Globo)





O Presidente Castelo Branco, assistido pelo Ministro Moniz de Aragão, assina os atos complementares do Conselho Federal de Cultura, na sessão solene de instalação desse colegiado, realizada a 27 de fevereiro de 1967 no Palácio da Cultura, no Rio. O Conselho foi criado pelo Presidente Castelo Branco em outubro de 1966, ao tempo em que o Ministro Moniz de Aragão estava à frente da pasta da Educação e Cultura.



A esquerda, o Presidente e a esposa, D. Argentina Viana Castelo Branco. À direita, D. Argentina Castelo Branco pouco antes de falecer, em 1963.



Aguardando o momento de embarcar, no aeroporto do Galeão, para o Ceará, onde morreria num acidente de aviação, o Presidente Castelo Branco é visto aqui em companhia de familiares e do Ministro Raimundo de Brito (ao lado do Presidente). Vêm-se suas irmãs, as Sras. Nina Castelo Branco Santos Dias e Beatriz Castelo Branco Gonçalves, e o irmão Cândido Castelo Branco, que viajou com o Presidente e com ele morreu. (Foto Jornal do Brasil)



*A derradeira fotografia do Presidente Castelo Branco: tirada quando de sua visita à Casa de Repouso da Serra do Estêvão (antigo convento beneditino), em Quixadá, onde pernoitou na véspera do acidente que o vitimou.
(Foto de Nilza Ferreira Marques, copyright de Manchete)*

próprio não escondia essa circunstância, que revelava a algumas pessoas. O embaixador Gordon, por exemplo, assim evocaria um encontro com o Presidente:

“Em nossa segunda conversa, em junho de 1964, ele falou com algum pesar de achar-se na presidência numa idade mais apropriada à aposentadoria, cargo que nunca pretendia, e nunca esperou ocupar. Comparou a sua situação com a de John Kennedy logo depois da sua posse no princípio de 1961. Kennedy tinha pretendido a presidência durante vários anos e tinha analisado as questões nacionais como candidato presidencial. Entre a sua eleição e a sua posse organizou dezenas de equipes para o aconselhar nas várias áreas da política antes de começar a tomar decisões críticas. No caso de Castelo, a idéia de tornar-se presidente nunca lhe ocorrera antes de 1.º de abril, duas semanas antes do fato, sendo jogado numa situação de caos político, econômico e administrativo.”

Para ele, a Presidência representava grave “missão”, que cumpriria do melhor modo possível. Deveria, em apenas quatro dias, organizar o Governo, ou, pelo menos, apreciável parcela da alta administração, isto é, escolher ministros, nomear inúmeros auxiliares imediatos com os quais conviveria e nos quais precisaria confiar. Na realidade, computados funcionários em comissão, diretores de bancos e autarquias, era pequena multidão, da qual, em boa parte, dependeria o êxito ou a diminuição das inevitáveis dores de cabeça.

Cauteloso, como do seu feitio, máxime pisando terreno quase desconhecido, Castelo iniciou a tarefa com prudência. Pessoalmente, ele teria preferido adiar a posse, pois além de dar-lhe mais tempo para organizar o governo, o eximiria de praticar os atos de arbítrio inseparáveis das Revoluções. A Adauto Cardoso, que lhe sugerira dia próximo para se empossar no governo, ele retrucara: “Não quero praticar, como Presidente da República, atos de exceção. Espero que os pratiquem aqueles que podem fazê-lo. Depois de esgotados, tomarei posse.” Dominado pelo espírito legalista, ele se iludia: na realidade, a imperiosidade do arbítrio o constrangeria durante todo o governo.

Por fim, advertido da urgência da posse, Castelo começou a formar a sua equipe. Na área militar, não havia problemas, pois raros tinham percepção e juízo tão exatos sobre os companheiros. Havendo exercido numerosas funções de ensino e de comando, acabara conhecendo-lhes o caráter e a personalidade. Capacidade, virtudes, deficiências, problemas de várias ordens, quando os havia, tudo ele observara, analisara, talvez para avaliar, pesar, no momento oportuno, a tarefa adequada a cada qual. E, se não regateava merecido elogio, era com leve ponta de ironia, ou de humor, que externava uma restrição.

Não houve como hesitar na designação do general Ernesto Geisel para chefiar a Casa Militar. Próximo a Castelo trabalhara nos dias da Revolução e nos que se lhe seguiram. Integrado no grupo da Escola Superior de Guerra, isto é, dos militares intelectuais da "Sorbonne", como conhecidos, distinguira-se desde a juventude, logrando, no curso militar, as maiores notas já alcançadas por um oficial. E, durante a brilhante carreira, conciliara o zelo profissional com o gosto dos problemas nacionais, particularmente os da segurança, no período em que representou o Ministério da Guerra no Conselho Nacional de Petróleo. Aliás, em relação ao Presidente, não era desses antigos colaboradores, como freqüente ocorre na vida militar, onde afinidade e admiração em torno de um chefe criam pequenos grupos, mantidos ao longo do tempo. Tal circunstância, no entanto, em nada impedia que Castelo o considerasse o militar mais completo da sua geração. Pertencendo a família de ilustres militares, Geisel, apesar da aparência fechada, distante, era um espírito aberto, lúcido, e ninguém melhor do que ele colocava um problema submetido à sua apreciação. Possuído de um espírito profundamente militar, não temia o mundo civil, cujo papel compreendia e não subestimava. Ainda jovem, fora secretário da Fazenda na Paraíba, após a revolução de 1930, valendo-lhe tal circunstância por alargar-lhe ainda mais o horizonte e desprendê-lo da rigidez dos regulamentos. *"Quanto mais alto o escalão — costumava dizer — menos deve o chefe ater-se a princípios rígidos. Se for apenas para aplicar princípios, não precisa ser general, pode pôr um sargento, seguindo as regras. É preciso tratar diferentemente casos diferentes."* E Geisel era, integralmente, general. Nascera para o comando.

Quanto a mim, fora-me surpresa total a escolha. Sem o mais breve aviso do general Juraci Magalhães, dizendo-me apenas que o Presidente iria chamar-me, não teria admitido a convocação que, embaraçado, recebi, pelo telefone, do próprio Presidente, então se identificando como "o general Castelo". Vira-o pela primeira vez na véspera, quando, a pedido do presidente do Partido Libertador, deputado Raul Pila, fui, em companhia do deputado Antônio Carlos Magalhães, apresentar-lhe os cumprimentos do mesmo Partido. Já se tornara difícil o acesso à Nascimento Silva, 394, e, em frente ao portão, sob a árvore que os protegia da chuva miúda, encontramos Paulo Sarasate e Virgílio Távora, os quais também aguardavam a boa vontade de um oficial, que se tornaria meu amigo, o coronel Murilo Ferreira. Não demoramos em entrar, mas as saudações foram as mais breves possíveis. Como imaginar, pois, um convite, vinte e quatro horas depois, para chefiar a Casa Civil? Surpresa tão grande que, ainda manhã cedo, antes de atender ao chamado, procurei Hélio Viana, cunhado do Presidente e meu velho amigo, pedindo-lhe in-

terceder para ser atendida a minha recusa. Mas, à tarde, o coronel Moraes Rego telefonou-me, comunicando-me que, à noite, o "general Castelo" voltaria a me falar. Realmente o fez, para insistir no convite. Na época, eu ainda tinha presente episódios da vida do Barão do Rio Branco, à conta do que lhe escrevera da biografia e não vacilei na resposta: "Presidente, se aceito é por ser esse um dos casos em que Rio Branco dizia dever a recusa acompanhar-se do atestado de óbito". Assim evitou o destino o malbarato da oportunidade que se me dava, da qual me adviriam novas amizades. Viveria uma inesperada experiência.

O Presidente tinha mãos livres para formar o Ministério, como o lembrou dias depois da sua posse: *"Ao contrário do ocorrido frequentemente na vida política do país, coube-me organizar o Ministério em condições que aumentaram sensivelmente as minhas responsabilidades, já que as correntes partidárias tomaram a iniciativa de me declararem, reiteradamente, que nenhum posto disputavam na composição do quadro dos meus auxiliares imediatos. Também os governadores de Estado manifestaram idêntico propósito."* A circunstância, no entanto, nem eliminou a necessidade de ouvir os líderes da Revolução, nem afastou a preocupação de atender aos Estados. Tanto mais que o Presidente almejava o renascimento do espírito federativo.

Um dos primeiros encontros foi com o governador Lacerda. Não se conheciam, incumbindo-se o deputado Armando Falcão de aproximá-los, em casa de Juraci Magalhães. Dessa aproximação, escreveu aquele deputado sucinta lembrança:

"O Presidente eleito, conforme combinação prévia, nos esperava, em companhia do dono da casa. Ficamos, na sala principal, Castelo, Lacerda, Juraci e eu. Júlio Veras, cunhado de Juraci, conduziu Sérgio Lacerda para outra dependência da casa. A conversa iniciou-se com naturalidade e espontaneidade, e sentia-se que Castelo acompanhava, com grande interesse, a exposição que Lacerda fazia, em torno da situação brasileira, com objetividade e brilho. Houve um momento, a propósito de pleitos passados, em que Castelo revelou: "Eu e minha falecida esposa, Governador, votamos no senhor em duas ou três eleições. Fomos seus eleitores, portanto." O encontro se desenvolvia em termos extremamente agradáveis até o instante em que Lacerda, mudando de rumo, declarou: "Presidente, tantos anos de luta me deixaram arrebatado. Estou fisicamente esgotado, emocionalmente exausto e financeiramente muito mal. Por outro lado, preciso tratar da saúde da minha mulher, que apresenta um grave problema de ouvido — e não disponho de meios para levá-la aos médicos na estrangeiro. Aqui já esgotei todas as tentativas. Peço ao senhor que, assumindo o Governo, mande o seu ministro do Ex-

terior designar-me para uma missão lá fora, que me permita sair do Brasil brevemente.”²

Não seria, porém, nesse encontro, o único senão. Também Juraci Magalhães se constrangera quando Lacerda, sem pedir postos para si, sugeriu a inclusão do nome de Juraci no Ministério, lembrando ainda o de Clemente Mariani para o da Fazenda. Castelo tudo ouviu e preferiu calar. Posteriormente, para contemplar a Guanabara e o seu governador, convidou Raimundo de Brito para o Ministério da Saúde. Originário do Rio Grande do Norte, precocemente encanecido, a jovialidade encobria a força de vontade que o fizera ascender na vida, tornando-se dos mais acatados cirurgiões do país. A essas virtudes somava a de antigo revolucionário, e renomado diretor do Hospital dos Servidores do Estado. Tentara recusar o convite, alegando viajar sempre com a esposa, e, ainda, nunca de avião. Tão inconsistentes motivos pô-los o Presidente rapidamente à margem.

Cheia de polidez foi a recusa de Gilberto Freyre, que se encontrava em Recife, quando o Presidente lhe telegrafara, convidando-o para a pasta da Educação. Dele se tornara amigo e admirador, quando Comandante do IV Exército. Era a permanente inclinação aos homens de inteligência. Mas a escusa, embora representasse pequena decepção, não impediu, posteriormente, novos convites, na esperança de ter a colaboração do autor de *Casa-Grande & Senzala*. A recusa suscitou a lembrança do nome de Flávio Suplicy de Lacerda, reitor da Universidade do Paraná, onde implantara e ampliara o ensino universitário. Conhecera-o o general Geisel, quando no comando da Região Militar. Os convites tinham, porém, o seu rito. E esse, já madrugada, transmitiu-o o governador Nei Braga, que logo anunciou a ida de um avião para o futuro ministro alcançar Brasília a tempo de se empossar no mesmo dia do Presidente.

Tudo reclamava pressa, dentro dos quatro dias, entre a eleição e a posse. O tempo era escasso para bem se avaliar cada situação. Entre os problemas da organização do Ministério, um dos mais difíceis foi o de Minas Gerais, pois o Presidente diria que o dia D da revolução se baseara “na decisão, na ação e no impulso de Minas Gerais.” Devia-se, portanto, atribuir-lhe importante participação no governo. Como, porém, atender aos dois partidos, ambos fortes, que tão fundamente dividiam a política do Estado? A chamada justiça de Salomão acabou por desagradar a ambos. Milton Campos, ex-governador do Estado, reconhecido pelos adversários como um caráter sem jaça, foi lembrado para a pasta da Justiça. O Presidente incumbiu Magalhães Pinto de o convidar. Desprovido do espírito faccioso, geralmente tão do gosto dos partidos, pareciam alguns sentir-se desamparados, ante a escolha do companheiro que se diria mo-

² Comunicação do deputado Armando Falcão ao Autor.

delado de uma página de Plutarco. Aliás, ao receber pelo telefone o convite, que, em nome de Castelo, lhe transmitira Magalhães Pinto, Milton Campos começou por escusar-se, mas o próprio Presidente, que estava próximo de Magalhães, tomou do telefone para insistir. “Não tenho vocação para ser o braço de uma Revolução”, alegou Milton Campos ao Presidente. Este, porém, reiterou o convite: “O que eu quero do senhor é que me ajude a reimplantar a ordem jurídica.” Milton rendeu-se.

Mais um reformista do que um revolucionário, Castelo estava convicto de que, afastado Goulart e eliminados da vida pública alguns elementos que a perturbavam, governaria tranqüilamente, mantida toda a ordem jurídica. Reformaria as leis, mas conservaria as instituições. Chocando-se irremediavelmente com os que almejavam implantar uma ditadura, nele sobrevivia a alma do legalista. Seria a primeira fissura nas hostes revolucionárias. Magalhães Pinto, por exemplo, tinha idéias inteiramente diversas das do Presidente sobre a organização do Ministério, e, desde então, surgiram desentendimentos nas relações entre ambos, principalmente quando Magalhães Pinto, presente o deputado Monteiro de Castro, sugeriu a Castelo entregar-lhe a política, de que não entendia, reservando-se apenas a administração do país.

Havia ainda que atender ao PSD mineiro, também parte na Revolução. Ao deputado Amaral Peixoto, que presidia à agremiação, pediu o Presidente a sugestão de nomes, que deveriam ser de técnicos, e não de políticos. Foram-lhe então apresentados Mário Behring, John Cotrim e Mauro Tibau, engenheiros de nomeada, preferindo o Presidente o último, diretor da Companhia de Energia Elétrica de Minas Gerais (CEMIG). Inesperadamente, este via-se convocado para o Ministério de Minas e Energia. Dele se diria ter “ligeira coloração pessedista”. Naturalmente, muitos teriam estimado alguém de cores partidárias mais vivas e nítidas. O convite, porém, somente se concretizou quando Juarez Távora, disposto a “carregar pedras”, se a Revolução não descambasse para uma ditadura, conveio em optar pela pasta da Viação, na qual acreditava melhor servir ao Nordeste, pois que aquela lhe fora também oferecida. Após longa e penosa vida de revolucionário, ele representava por esse tempo, na Câmara, o Partido Democrata Cristão. Também, após o movimento de 1930, de que fora um dos chefes, se tornou conhecido como o “Vice-Rei do Norte”, integrando o ministério revolucionário de Getúlio Vargas. Desse, entretanto, se separou ao instaurar-se a ditadura do Estado Novo. Idealista, continuara a ser, no país, um símbolo da virtude rebelada. Alto, esbelto, olhos oblíquos, maxilar voluntarioso, cabelos grisalhos freqüentemente em desalinho, a sua presença no governo era a segurança da austeridade e dedicação ao bem público. A aparência enérgica fazia nele esquecer que jamais se restabele-

cera inteiramente da enfermidade adquirida, quando prisioneiro na Ilha da Trindade.

Em meio dessa azáfama atordoante, urgia não esquecer o Rio Grande do Sul, cuja ausência seria inexplicável, nem São Paulo, que dispensava justificativas. Quanto ao Rio Grande, a escolha recaiu facilmente no deputado Daniel Faraco, convidado para o Ministério da Indústria e Comércio. Caía-lhe como uma luva. Antigo parlamentar, representava a região de colonização italiana, ele, que era descendente de emigrantes, e conseguira conservar o prestígio eleitoral, sem sacrifício da dignidade do mandato. Professor, voltado para os estudos de economia, as sucessivas legislações lhe haviam feito sempre maior o conceito entre os colegas, que nele realçavam a integridade. O Presidente nele se fixara, apesar de Ademar de Barros haver tentado indicar influente personalidade do comércio paulista. E, depois de se comunicar com o governador Meneghetti, a quem consultara delicadamente sobre a decisão, Castelo pediu ao general Geisel para convocar Faraco, que, no dia seguinte, 15, deveria comparecer ao Planalto, para receber o convite. "É para convidá-lo a exercer o cargo de Ministro da Indústria e Comércio", disse-lhe Geisel. Assim, as horas da posse do Presidente confundiam-se com a formação do Ministério. Castelo, "a sua vez, com a polidez e a simplicidade" que não o abandonavam e impressionaram Faraco, transmitiu a este a convocação para participar do governo. Pediu-lhe então para *"integrar um governo que não fará demagogia, mas não terá também contemplação com nenhuma forma de poder econômico."* Aduzira, em seguida: *"Um governo que procurará fazer justiça a todos, com a preocupação suprema do bem comum e da paz social."*

Não tendo podido formular um programa de linhas definidas, pois o tempo lhe fora por demais escasso, Castelo organizava um ministério destinado a seguir um conjunto de tendências que, nos vários setores, lhe pareciam as indicadas para enfrentar o caos e propiciar o renascimento do país. Em São Paulo, que deveria ser representado por alguém das hostes do governador Ademar de Barros, encontrou o Presidente graves dificuldades. A paixão fizera difícil distinguir o joio do trigo, e os nomes sugeridos eram logo vetados pelos "revolucionários autênticos", adversários do governador, que os reputavam eivados de pecados incompatíveis com o moralismo da Revolução. Abreu Sodré escrevera-me no dia da posse: *"Trá levar as felicitações da UDN paulista ao nosso secretário José Carlos Wagner. Ele, assistido pelo Herbert (Levi), Godinho e o Presidente do seu PL de São Paulo — João Pessoa — transmitirá a nossa preocupação. Não queremos ser esmagados pelo Ademar."* Já na véspera, não havendo mais como protelar, o Presidente decidira-se pelo agrônomo Oscar Thompson, convidando-o para o Ministério da Agricultura.

O tempo fizera-se escasso para completar o Ministério ficando as demais pastas para se preencherem depois. Por enquanto, nelas permaneceriam os nomeados por Mazzilli. Era o melhor, naquele mar de problemas.

Vieram os preparativos para a posse. Na realidade, quase um imprevisto. Na antevéspera, o Presidente chamou-me, entregando-me os apontamentos para o discurso que desejava breve, com recomendação de que lá estava quanto pretendia dizer ao país. Percebi que relera a Constituição, e, mais que tudo, parecia preocupar-se com aludir à promoção do bem-estar geral, tal a insistência com que me falou dessa face da oração. Também não olvidara a defesa do Ato Institucional. Em seguida, invocava a tendência nacional para a liberdade e a democracia, como intuitiva no povo. Por fim, com inata delicadeza, e, em frase a que tanto me habituei posteriormente, concluiu: "Doutor Luís Viana, ponha isso em música."

Sentia-me entretanto, inteiramente incapaz de compor aquela partitura. Consoante hábito de quarenta anos, corri à casa de Aliomar Baleeiro para trocarmos impressões e sugestões. Ele saberia fazer tudo. Creio que antes reli o discurso de Lincoln, em Gettysburg. E Baleeiro não demorou em comigo ordenar o discurso, que Darli Baleeiro logo datilografou. Surgiu assim o rascunho levado ao Presidente, que o emendou em vários trechos, suprindo a referência, por ele próprio sugerida, ao Ato Institucional.

Passara a estação das chuvas, e quando, no dia 15, o *Viscount* presidencial, pilotado pelo major Cruz e pelo capitão Guerra, e no qual tanto cruzaríamos os céus do Brasil, pousou em Brasília, a cidade oferecia um daqueles dias luminosos e amenos do planalto. Tudo eram fanfarras, estandartes, desfile de tropas. Milhares de crianças enchiam as ruas com bandeiras, e muitos governadores tinham vindo assistir à solenidade. Havia, porém, um ausente: o governador Carlos Lacerda, que ao deputado Abreu Sodré, veterano conspirador em São Paulo, segredara não comparecer à posse de um ministério que oscilava entre conservadores e "entreguistas". Contudo, ostensivamente, declarara-se impedido por motivo de saúde de D. Leticia, o que levou o Presidente, mal terminadas as festas, a telefonar-lhe, numa visita à enferma.

O povo, autoridades e diplomatas atopetavam o Congresso, presidindo a posse, com discreta e adequada eloquência, Auro de Moura Andrade. Ouviu-se, em seguida, o Presidente, que, com natural emoção, a voz firme, anunciou, para gáudio dos que lhe aguardavam as palavras com avidez, os primeiros rumos da Revolução: "*Promoverei — dizia a certa altura — sem desânimo, sem fadiga, o bem-estar geral do Brasil. Não medirei sacrifícios para que esse bem-estar se eleve, tão depressa quanto racionalmente possível, a todos os brasileiros e, particularmente, àqueles que mourejam e sofrem nas*

regiões menos desenvolvidas. A arrancada para o desenvolvimento econômico, pela elevação moral, educacional, material e política, há de ser o centro das preocupações do Governo. Caminharemos para a frente com a segurança de que o remédio para os malefícios de extrema-esquerda não será o nascimento de uma direita reacionária, mas o das reformas que se fizerem necessárias.” Ainda sobre as brasas da Revolução, ele se preocupava mais em construir do que em punir os vencidos. Politicamente, era um mau negócio, pois, enquanto irritava os ortodoxos, deixava os partidários da concórdia mais ou menos indiferentes. Esta nunca gera fanáticos.

Todavia, o ponto alto do discurso foi a parte final, quando Castelo, modesto, numa humildade que a pequena estatura lhe parecia mais acentuar, apelou para todos os brasileiros, dizendo-lhes: — *“Nunca um só homem precisou tanto da compreensão, do apoio e da ajuda de todos os seus concidadãos.”* Porejava sinceridade, e, mais de uma vez, os aplausos interromperam-lhe a oração. Um repórter, Luís Fernando Mercadante, faria esta observação: *“Vinte e duas vezes seu discurso de 14 minutos foi interrompido por palmas. Dificilmente outro militar conseguiria dar um tom tão civil à oração de posse.”*

No Planalto, quando Mazzilli transferiu a faixa presidencial, concluiu-se a entrega do Poder ao primeiro Presidente da Revolução. O dia morria num poente incomparável, o horizonte a tingir-se rápida e sucessivamente das cores de uma sanguínea admirável, enquanto a esperança renascia.

Depois da posse, e da composição do Ministério, o Presidente julgou ainda imprescindível substituir o “Comando Supremo da Revolução” pelo “Governo da Revolução”, para se não inferirem dois Césares em Roma. Foi sábia a decisão, e fácil aquilatar da maneira por que, inevitável e independentemente da vontade do ministro, se tornou o Ministério da Guerra um pólo de esperanças para os radicais, que, inconformados ou ressentidos, gradativamente se afastavam da órbita do Planalto. Do “Comando” permaneceu apenas Costa e Silva, por quem Castelo conservava a afeição dos tempos do Colégio Militar.

Para a Marinha, as preferências recaíram no almirante Ernesto Melo Batista, meu colega de bancos escolares, conhecido do Presidente nos incertos dias da Amazônia, onde comandava o Distrito Naval. Haviam-se entendido então maravilhosamente, o que lhes permitira, em colaboração com a Aeronáutica, amplas e gratas manobras militares, quase impossíveis naquele mundo sem fim, com imensas florestas e centenas de cursos d’água. Cativara-o o bom convívio naquele remoto e prodigioso “paraíso perdido” de Euclides da Cunha. Melo Batista era uma das “cinco Dionne”, nome que

designava um grupo de almirantes, sempre reunidos pela identidade das idéias, e do qual fazia parte Rademaker.

O provimento das pastas militares completou-se com a nomeação do brigadeiro Lavanère-Wanderley para a Aeronáutica. Homem encantador, viajado, conhecedor da sua profissão, dela falava sem fatigar os circunstantes. Castelo o tivera como aluno no Realengo e na Escola de Estado-Maior. Na campanha da Itália, onde servira como oficial de ligação com a força aérea aliada no Mediterrâneo, várias vezes se haviam encontrado no QG do general Mascarenhas. Depois, em 1950, ambos integraram a delegação do Brasil à Reunião dos Chanceleres, em Washington. No dia 18, o Chefe do Gabinete Militar transmitiu-lhe o convite para assumir o Ministério da Aeronáutica.

Aos poucos, compunha-se o Governo. Mas, era visível a precaução com que o Presidente procedia a consultas e examinava os nomes sugeridos. Conta Daniel Faraco que, no dia imediato à sua posse, indo despachar com o Presidente, animara-se a falar-lhe das boas relações que mantinha com o ministro Bulhões, por quem nutria especial apreço, havendo entre ambos perfeita identidade de pontos de vista em matéria financeira. "Com ele na Fazenda, tenho a certeza de que me darei muito bem", concluíra Faraco com o propósito de precipitar alguma decisão. Mas, sem muito adiantar no assunto, o Presidente semeara simplesmente a dúvida: "*Estou estudando o problema, e não irei dormir amanhã sem o resolver*".

Na realidade, estava ávido por completar o Ministério e iniciar a administração. Considerara Juraci Magalhães para a pasta do Exterior, mas, finalmente, resolvera manter Vasco Leitão da Cunha, experiente diplomata de carreira, que servira na África do Norte durante a guerra. Também Arnaldo Sussekind e Otávio de Bulhões, ambos provenientes do efêmero governo de Mazzilli, dado que não apresentavam qualquer conotação política, continuaram, respectivamente, nos ministérios do Trabalho e da Fazenda, numa demonstração de que o Presidente quisera libertar-se das influências partidárias, naturalmente interessadas em colocarem correligionários nos altos postos do Governo. Sussekind, procurador da Justiça do Trabalho, técnico em legislação trabalhista, tinha 46 anos, e fora indicado a Costa e Silva pelo corregedor Júlio Barata, e se fizera notado, principalmente, por haver permanecido imune, num período em que a corrupção lavrara no Ministério do Trabalho. Bulhões, economista diplomado pela American University e pela Chicago University, era cheio de títulos. Governara o Fundo Monetário Internacional, e pertencera ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento. Dele dizia Roberto Campos estar "sempre disposto a corrigir seus erros, porque nunca o atemoriza a verdade." Para Bulhões, em quem a timidez e a modéstia corriam parilha com a capacidade

técnica e o alto conceito em que era tido, a permanência constituiu-se em imprevisto. Conhecedor da caótica e precária situação financeira, pensara servir, apenas, naquele curto período de transição, aguardando, "com muita pena", conforme diria, o seu substituto. Não imaginara caber-lhe continuar a carregar o pesado fardo.

Sentira-se, entretanto, mais consolado, quando o Presidente, ao convidá-lo, lhe anunciou também a criação do Ministério do Planejamento e da Coordenação Econômica, destinado ao embaixador Roberto Campos, a quem, havia mais de vinte e quatro horas, eu tentava, sem êxito, localizar. Roberto Campos espairescia nas águas da Guanabara. Por fim, através de amigos comuns, encontramos-lo, e ele voou para a nova capital.

Roberto Campos tinha motivos para andar escarmentado de governo. Por três vezes, nos períodos de Getúlio, Juscelino e Goulart, chamado para altos postos da administração, em todos eles se vira obrigado a bater em retirada, pelas dificuldades que as suas concepções, mal interpretadas, acabavam carregando para a área governamental. Do Banco de Desenvolvimento saíra, quando Juscelino, como escreveu Wilson Figueiredo, "se dispôs a percorrer o caminho do desenvolvimento no lombo da inflação." Da embaixada de Washington, ao tempo de Goulart, exonerara-se, ao sentir-se "um arauto sem voz e um intérprete sem doutrina." Cansara-se de "mentir no exterior para o bem do país." Agora, certo da impopularidade das medidas indispensáveis à correção da "engenharia do caos", que ameaçava afundar a Nação, temia ser novamente abandonado a meio do caminho. Tudo isso ele expôs ao Presidente, que, depois de o ouvir, lhe assegurou completo apoio para o programa que esboçara. Debateu-se, em seguida, se preferível criar um ministério extraordinário ou um Conselho de Planejamento, a exemplo do que ocorria na Índia. O ministério oferecia a desvantagem de se tornar igual aos demais, embora assegurasse maior individualização da responsabilidade. Esse último argumento foi decisivo.

Constituído a toque de caixa, senão sobre as labaredas da Revolução, o Ministério oferecia a singularidade de ser partidariamente inexpressivo. Nele não figurava nenhum dos exaltados próceres do movimento revolucionário, na área parlamentar. Também não o integravam os líderes do PSD ou da UDN. E Milton Campos, ex-governador de Minas Gerais e, certamente, a figura mais ilustre do Ministério, era reconhecidamente um moderado, para o qual o partido parecia ser antes uma afinidade entre pessoas do que um instrumento de combate. Centudo, excetuado Oscar Thompson, que permaneceria apenas dois meses, justamente por não atender à "unidade de pensamento e de ação", segundo disse o Presidente ao conceder-lhe a exoneração, o ministério revelar-se-ia homogêneo, livre de dissensões internas, geralmente freqüentes. Apresentava, por isso mesmo, extraor-

dinário equilíbrio. Não era preponderantemente partidário, nem técnico, nem revolucionário, embora representasse um pouco de cada qual desses aspectos. Eticamente, era inatacável.

Júlio de Mesquita Filho, rígido diretor de *O Estado de S. Paulo*, depois de acentuar “o alto nível cultural e moral dos novos dirigentes do país”, acrescentara nessa oportunidade: “todas as medidas do governo revelam uma visão admirável das realidades e das necessidades nacionais.” Curioso observar-se é que em carta escrita, dois anos antes, a um grupo de militares, que se consideravam às vésperas de tomar o poder, Júlio de Mesquita selecionara nomes capazes de figurar nos ministérios, dos quais seriam convocados por Castelo, entre outros, Milton Campos e Roberto Campos.³

Verdadeiramente só se completou o Governo com a criação do Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, o MECOR, e do Serviço Nacional de Informações. Concebera-se aquele sob a designação de Ministério do Interior, mas se receara a confusão com o Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Saltou aos olhos a sua necessidade ao primeiro balanço dos inúmeros órgãos vinculados artificialmente aos Gabinetes Militar e Civil. Desde a Superintendência da Valorização da Amazônia até à Comissão de Desenvolvimento do Centro-Oeste, passando pela Sudene, Comissão do Vale do S. Francisco, Administração dos Territórios, e Fronteira Sudoeste, tudo se subordinava à Presidência da República, o que equivalia a danosa irresponsabilidade. Foi a função ideal para o general Cordeiro de Farias, antes lembrado para a direção da Polícia Federal e para embaixador na Argentina ou na OEA, postos que não o haviam seduzido. Agora, além de Juarez Távora, o Governo incorporava outro revolucionário da década de vinte. A eles, mais tarde, viria somar-se Eduardo Gomes.

O novo ministério, destinado ao trato dos problemas relativos às regiões desconhecidas ou menos desenvolvidas, fascinou Cordeiro de Farias. Era, talvez, a evocação do tenente que varara o interior do Brasil. Ele próprio recordou essa fase heróica, que o fizera percorrer o país, lutando por uma revolução: “Incorporei-me assim, ativamente, àquele grupo militar que não teve mocidade, toda ela passada nas prisões, no exílio ou de armas na mão, pelejando o que acreditavam ser o bom combate. E nele, na coluna Miguel Costa—Prestes, na sua marcha de quase 30 mil quilômetros, rasgando o país de Sul a Norte, virando o Nordeste, cruzando o velho São Francisco, atingindo as fronteiras de Minas e volvendo sobre passos até imigrar na Bolívia, durante dois anos e meio, vivi o contato com o Brasil sofrido, com a sua gente — sem escolas, sem saúde, sem estradas, sem polícia, sem justiça, sem nada — paupérrima sem esperanças. Este

³ Júlio de Mesquita Filho, *Política e Cultura*, p. 123.

quadro de nosso povo e de seus problemas nunca mais me abandonou." Por que não sonhar ser o novo órgão o instrumento próprio para levar um grão de esperança àquela gente abandonada? Em junho, retornando de Caxambu, Cordeiro aceitou o ministério, dando indispensável satisfação ao Presidente, que dele viu acercar-se o "antigo companheiro dos tempos de guerra, de paz, e de Revolução".⁴

Não foi tranqüila a criação do Serviço Nacional de Informação, no qual alguns viam o renascimento do DIP, que, na era getulista, se constituíra agente de corrupção. Indo outros mais longe, imaginavam ser a reprodução de órgãos nazistas de propaganda. Houve que fazer-se intensa catequese no Congresso para a aprovação do projeto. O próprio Presidente, numa entrevista em meado de maio, esclareceu que o SNI visava *"a aparelhar melhor o Poder Executivo, mantendo-o bem informado sobre o que se passa no país, para que possa agir com acerto e oportunidade."* E acrescentara: *"O SNI não tem qualquer paralelo com órgãos de propaganda ou doutrinação. Nem há por que se queira enxergar nele a instituição de um aparelho de espionagem terrorista."* Dado que raramente a verdade é acreditada, muitos temiam a inovação. De fato, tratava-se apenas da ampliação e autonomia do Serviço Federal de Informação e Contra-Inteligência que integrava a Secretaria do Conselho de Segurança Nacional. Passava-se assim do âmbito restrito da política de segurança nacional para o campo ilimitado da política, no sentido mais amplo.

Afinal, em julho, aprovado pelo Congresso, o SNI se tornou um dos órgãos da assessoria do Presidente, cabendo a sua implantação ao general Golberi do Couto e Silva, que se afastara do Exército após a posse de Goulart, da qual discordara. Golberi era o dono do ofício. Não faltou, entretanto, quem afirmasse haver predominado na sua escolha a antiga condição de componente da Escola Superior de Guerra, pois teria sido conhecido até como o "pai da ESG". Oficial dos mais brilhantes, culto, integrante da FEB, autor de vários trabalhos, entre os quais o *Planejamento Estratégico* (1955), e *Geopolítica do Brasil* (1967), colega do general Ernesto Geisel, em várias oportunidades, granjeara fama como membro dos mais ilustres da "Sorbonne". E graças à capacidade de trabalho, que completava o intelectual, não demorou em revelar-se invulgar colaborador, sempre apto a dar ao Presidente, dia a dia, exato panorama do país. Depois de algum tempo seria difícil dizer se nascera para a função, ou se esta fora criada porque ele existia. Sóbrio, discreto, costumava advertir: "Só guarda segredo quem não sabe." Em pouco, a sala 17 ficaria famosa. Com reduzidos auxiliares, algumas poucas agências pelos Estados no começo, ele tudo via e tudo ouvia, estando em condições de informar e sugerir sobre esse ou aquele caso. Fre-

⁴ Discurso do Marechal Cordeiro de Farias ao deixar o Ministério.

qüentemente, antecedia os demais na investigação, o que lhe permitia prever no momento próprio. Ronald Schneider, escritor norte-americano, observou ser o SNI uma combinação do FBI com o CIA, o que não passa de inexata conclusão, embora jamais deixasse de haver alguém que atribuísse ao SNI uma tintas de espionagem. Com os olhos no episódio da Baía dos Porcos, Golberi repelia qualquer responsabilidade operacional. Era o seu papel tão só descobrir, prever e informar a tempo o Presidente.

Como traço comum ao Ministério, o tempo mostrou o da integridade. Era um dos apanágios dos seus integrantes. "Quanto ao Ministério — escreveu Osvaldo Trigueiros — pode-se dizer que foi dos de mais alto coeficiente intelectual em toda a vida da República. Realmente, não será fácil encontrar-se outro governo que haja ostentado uma plêiade tão qualificada como essa de que participaram Juarez Távora, Ernesto Geisel e Golberi do Couto e Silva, entre os militares, Milton Campos, Luiz Viana, Roberto Campos, Otávio Gouveia de Bulhões, Vasco Leitão da Cunha e Mem de Sá entre os civis." Mais tarde se acusou o Ministério de composto demasiadamente de técnicos. Não seria nova a crítica, no Brasil. Em 1853, organizado o Ministério do Marquês do Paraná, tivera de defendê-lo o experiente Visconde de Olinda: "Eu contento-me com uma cabeça política no Ministério." As demais podiam ser de "administradores", como então se chamavam os técnicos. Em verdade foram muitos os políticos ministros de Castelo. Talvez seja mais procedente a observação de Philippe Schmitter (*Interest Conflict and Political Change in Brazil*) ao dizer que o regime Castelo Branco cedo se inclinou para dar aos técnicos uma autonomia que jamais haviam conhecido. Aliás, são múltiplas as apreciações sobre as escolhas de Castelo. Para Ronald Schneider (*Political System of Brazil*), ele teria reunido um ministério centrista e conservador, de alta qualificação técnica, e no qual os civis preponderavam numericamente. Para Nascimento e Silva a influência dos técnicos decorreu de inevitável contingência do momento, que exigia técnicos de alta capacidade, a fim de salvar-se o país do caos em que a Revolução o encontrara.

Não acabava, porém, o Governo no Ministério. Havia um segundo escalão, do qual também dependia o êxito da administração, e disso o Presidente estava consciente. Mas, os quadros disponíveis mostravam-se pobres, uma vez que muitos, por circunstâncias diversas, estavam comprometidos com o passado, que se tinha em mira varrer. Espécie de pecado original, que primeiro reclamava águas lustrais.

À frente da Petrobrás manteve-se o marechal Ademar de Queirós, da inteira confiança do Presidente, e para ela designado logo após a vitória da Revolução. Era outro veterano da Itália a participar do Governo. Dificilmente alguém teria sido mais pertinaz na

atividade revolucionária. Também o ministro Bulhões não opôs embargos a que Arnaldo Blank, que possuía todos os títulos para o cargo, fosse substituído, na presidência do Banco do Brasil, por Luís de Moraes Barros, que trazia a chancela de São Paulo. Confirmava-se, outrossim, em 16 de junho, a nomeação de Nestor Jost, candidato do senador Krieger, para diretor do Banco. Quanto aos demais grandes bancos oficiais, Raul Barbosa, ex-governador do Ceará, continuaria à frente do Banco do Nordeste, e Garrido Torres, ex-diretor da Superintendência da Moeda e do Crédito, e antigo dirigente do Escritório Comercial do Brasil em Nova Iorque, seria convocado para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. Somente bem mais tarde, criado o Banco Central, Dênio Nogueira deixaria a SUMOC para assumir-lhe a presidência. Leônidas Bório, indicado pelo governador Nei Braga, tornar-se-ia o presidente do Instituto Brasileiro do Café, que passava assim das mãos de São Paulo para as do Paraná, já então o maior produtor da rubiácea. E Plínio Cantanhede, ilustre engenheiro, antigo diretor do BNDE, e também do Conselho Nacional de Petróleo, foi convocado pelo Presidente para assumir a Prefeitura de Brasília. Cada nomeação, se não constituía um problema, representava pelo menos uma dúvida no espírito do Presidente, inesperadamente às voltas com um mundo quase desconhecido. Na realidade com o recrutamento de técnicos, que seriam prestigiados pelo Presidente, preparava-se uma nova mentalidade para a administração do país, que, em breve, trocaria o empirismo por um amplo e racional planejamento. Conscientemente, o Presidente semeava uma mudança de concepções sobre a maneira de ser governada a Nação.

Organizava-se assim a administração. O Presidente considerara importante a designação de embaixador junto ao governo dos Estados Unidos. Ele próprio, ao responder a uma pergunta do correspondente de *Time-Life*, numa entrevista à imprensa, diria dever o embaixador em Washington estar em condições de "bem interpretar a atual política brasileira", responder a quaisquer indagações e bem conduzir as negociações necessárias no campo econômico-financeiro. Para o Presidente, o homem talhado, no momento, para tal missão, era Juraci Magalhães, a quem nomeou no fim de abril.

Apresenta-se imensa a lista dos cargos de confiança por serem preenchidos na fase inicial de um governo, não se tornando fácil encontrar-se o nome realmente adequado para cada posto. Frequentemente, os que os pleiteavam não eram os mais convenientes, ao mesmo tempo que os lembrados costumavam recusá-los por motivos de toda ordem. Castelo não abria mão do rigor na seleção. Passado algum tempo, Fernando Menescal foi nomeado para a Diretoria dos Correios e Telégrafos; Paulo Maciel assumiu o Instituto do Açúcar e do Alcool; Carlos Pasquale tornou-se o diretor do INEP; Eraldo

Gueiros foi escolhido Procurador-Geral junto à Justiça Militar, e a senhora Maria Luísa Moniz de Aragão, presidente da Legião Brasileira de Assistência. Creio que uma das indicações mais demoradas foi a do Procurador-Geral da República, cargo que as circunstâncias faziam mais importante do que é tido em conta normalmente. Por fim, a escolha recaiu em Osvaldo Trigueiros, advogado que se afastara ainda moço da vida pública, na qual, entre outros, ocupara os cargos de governador da Paraíba, e o de embaixador na Indonésia. Para mim que, havia muito, lhe admirava a personalidade, o trato ameno e a variedade dos conhecimentos que o faziam brilhante conversador, a indicação foi particularmente agradável. Seria mais um amigo no convívio do Governo.

Coube-me transmitir o convite a Trigueiros, que, inicialmente, se escusou. Além de não pretender retornar à vida pública, o Ministro Hahnemann Guimarães dissera-lhe ser "o pior emprego da República." Por fim, ao saber que o Presidente não abria mão da sua colaboração, acedeu. Seria, aliás, dos auxiliares a que Castelo mais se afeiçoaria, graças à recíproca admiração. Ele assim lembra o convívio com o Presidente:

"Minha observação, quanto a Castelo Branco, atesta que ele era um trabalhador infatigável, eficiente e muito organizado. Deve ter sido verdadeiramente exemplar, como oficial de Estado-Maior. Penso que poucos presidentes decidiam com tão seguro conhecimento de causa. É que ele estudava acuradamente todos os assuntos, lendo e anotando papéis levados à sua apreciação. Depois de longo dia de expediente cronometrado (8 às 12 e 14 às 18), ele se recolhia ao Palácio da Alvorada carregado de pastas, que examinava pela noite adentro. Nada decidia, porém, sem o debate oral com os ministros e auxiliares, de forma minuciosa e exaustiva."

Aliás, esse juízo de Trigueiros nasceu no dia em que, aceita a nomeação, ele a fora agradecer ao Presidente, que lhe pareceu ambientado ao novo e inesperado cargo, tranqüilo, apto para o comando:

"Castelo Branco chegou à Presidência após longo tirocínio de funções militares, nas quais sempre se distinguiu pela vocação do comando. Mas, a sua transposição para a chefia civil, no posto que a Revolução lhe confiou, operou-se sem dificuldade ou desajustamento sensível. A verdade é que no exercício do governo — enfrentando problemas agudos, tomando decisões corajosas, tratando, de manhã à noite, com senadores, deputados e homens de partido — ele revelou, inesperadamente, uma singular capacidade política."

Os auxiliares não demoravam a conhecê-lo pelo espírito aberto e nada dissimulado. Continuou assim a busca de pessoas para os cargos em comissão. Também a Sudene mereceu-lhe especial atenção, fixando-se, entre os nomes sugeridos, no do engenheiro João Gon-

çalves de Sousa, então na OEA, assegurando-lhe todo o apoio “para acelerar o desenvolvimento da região.”⁵

Inicialmente, Sarasate lembrara os nomes de Alde Sampaio e Lorenzo Fernandes, tendo posteriormente apontado o de João Gonçalves.⁶

Praticamente o Governo se formara. Wagner Estelita, autor de um trabalho apreciado pelo Presidente sobre as lideranças, as suas técnicas e problemas, antigo deputado, que, em Goiás, competira com Juscelino na eleição para o Senado, aceitara dirigir o DASP, após aguardar, por alguns dias, a palavra da medicina, pois que estivera enfermo. Marcos Botelho, um desses dedicados e competentes servidores públicos, foi para o IPASE; e o ex-ministro Marcondes Ferraz, ilustre engenheiro, conveio em presidir a Eletrobrás. Desde 1963, ele conspirava com civis e militares, inconformados com a posse de Goulart. No fim de abril, num jantar, dera-lhe o Presidente o posto de que muito dependeria o desenvolvimento do país. Durante esse jantar, que durou quatro horas, concordara o Presidente com as reivindicações do seu convidado, exceto quando lhe manifestou desejo de despachar diretamente com ele, e não com o ministro. “*Não pode ser — retrucou delicadamente o Presidente —, terá que despachar com o seu ministro.*” Era a indispensável hierarquia. Contudo, ao dar-lhe posse, Castelo encontrou meio de entreabrir uma porta, dizendo ao empossado, na presença do ministro: “*Quero ouvi-lo sempre que possível, e, por isso, quando vier a Brasília ou eu for ao Rio, venha ver-me.*”⁷ Nem mesmo assim se permitiu Marcondes usar de tal faculdade em assuntos de serviço.

Mas, tão importante quanto os altos escalões do Governo, era a equipe de auxiliares imediatos do Presidente, integrantes dos Gabinetes Militar e Civil. Compunham-na as pessoas que estariam à mão do Presidente, e com as quais teria de conviver. Era a gente do cotidiano, e para a qual se reclamavam virtudes dispensáveis em outros círculos de servidores. Conforme a oportunidade, deveriam ser cegos, surdos e mudos. Mas, concomitantemente, precisavam ver longe, perceber rapidamente, e falar com precisão.

Do Gabinete Militar participaram, em boa parte, antigos colaboradores do Presidente, como os coronéis Meira Matos, Nogueira Pais e Dilermando Monteiro. O tenente-coronel Murilo Ferreira acompanhava-o há longos anos, do mesmo modo que o tenente-coronel Moraes Rego com ele servira na Amazônia e em Recife. Da Marinha procediam os C.M.G. João Carlos Palhares dos Santos, Euclides Quandt de Oliveira e o C.F. Haroldo Ramos, aos quais, poste-

⁵ Comunicação de João Gonçalves de Sousa ao Autor.

⁶ In “Diário” de Paulo Sarasate, em 30-4-64 e 13-6-64.

⁷ Carta do Dr. Otávio Marcondes Ferraz ao Autor, em 20-10-1971.

riormente, se somaria Paulo Castelo Branco, filho do Presidente. E da Aeronáutica tinham vindo os coronéis Délio Jardim de Matos e Guilherme Rebelo, bem como os tenentes-coronéis Rubem Drummond, Ismael Abati e Antônio Henrique dos Santos. Ao capitão Telesca, depois substituído pelo major Pouman, quando aquele se afastou para um curso militar, coube a responsabilidade da segurança do Presidente. E três jovens oficiais, Frederico Mendes de Moraes, Murilo Santos e Júlio Pessoa, respectivamente do Exército, da Aeronáutica e da Marinha, seriam os ajudantes-de-ordens. A eles, além do mais, caberia atenuar a solidão das horas do Alvorada, que se tornou álgida, quando Nieta Diniz, a filha do Presidente, se mudou para a própria residência.

Constituíra-se assim um grupo homogêneo, capaz, profundamente dedicado ao Presidente, que todos admiravam, e em meio do qual, no início do governo, eu era mais ou menos desconhecido. Da Bahia, para me auxiliarem, chamara dois jovens professores universitários, Navarro de Brito e Renan Baleeiro.

Na realidade, a Presidência é um mundo, e numerosos cargos, todos a exigirem atenção, formam os seus quadros, sendo trabalho preenche-los dentro dos rígidos critérios estabelecidos. O diplomata Paulo Paranaguá, que o Presidente conhecera na Escola Superior de Guerra, veio chefiar o Cerimonial, função para muitos um tanto fútil, mas cujo bom desempenho representa parcela de tranquilidade nas relações da Presidência. Era o azeite que não deixava a roda ranger. E Paranaguá jamais esqueceria a galheta. O escritor Eugênio Gomes, temperamento plácido, versado em Machado de Assis e Shakespeare, ocupou a secretaria particular, encarregada da volumosa correspondência do Presidente, e que, ao fim do governo, seria confiada ao jovem diplomata Jerônimo Moscardo de Sousa. E, enquanto cuidavam de uma ou outra carta de maior interesse, Castelo comprazia-se em conversar o tímido e reservado Eugênio Gomes, disqueteando sobre Machado e Anatole France, cuja ironia saboreava, e de quem conservava como recordação um volume de *Thaïs* encontrado num campo de batalha, na Itália. Um dia Eugênio Gomes surpreendeu-se ao referir-lhe o Presidente, com ar de riso, uma passagem de *A Ilha dos Pingüins*, ficção cheia de sátiras sobre a situação político-militar da França de Napoleão III.

Asdrúbal Ulisséia foi encarregado das comunicações com o Congresso, e Salvador Diniz chefiou a Assessoria Especial. Íris Coelho, discreta, diligente, acumulava as funções de secretária com as de taquígrafa do Presidente.

E durante três anos, embora sofresse pequenas alterações, essa máquina ajudou o Presidente, que raramente se libertava das normas que ela lhe impunha em nome da segurança.

Depois, o Presidente passou ao exame do que chamou a "massa

falida". Notoriamente, o país fora devorado pela inflação, que tornara insuportável a carestia de vida. Em 1950, quando a inflação chegava a 12%, Getúlio Vargas encerrara a sua vitoriosa campanha, falando precisamente da "revolta das massas empobrecidas pela terrível alta do custo da vida". E, dez anos depois, outro candidato também vitorioso, Jânio Quadros, blaterava peremptório: "Minha primeira preocupação será deter a marcha da inflação que a todos nós levará ao desespero." Andava esta, na ocasião, pelos 25%. Prosseguia sua marcha a orgia inflacionária que, em 1962 e 1963, apresentara taxas, respectivamente, de 51,7% e 80,6%. Era quase o caos. Este certamente se implantaria, em 1964, a julgar pela amostra do primeiro trimestre, quando ela prenunciou chegar-se a 144%, índice insuportável em qualquer economia. Mas, a inflação não era o mal único. Na medida em que se acumulavam os atrasados comerciais, diminuía o ingresso de capitais estrangeiros. O governo deposite esboçara até a possibilidade de moratória unilateral, que representaria o total descrédito internacional. A produção decrescera para 7,7 em 1961, 5,5 em 1962 e 2,1 em 1963. Descia vertiginosamente. Enquanto isso, três grupos se empenhavam em locupletar-se com os despojos do naufrágio. Denunciou-os o Presidente, sem meias-palavras: *"Um deles era o dos membros do próprio Poder, que, por todos os meios e de maneira insaciável, usufruíam regalias, vantagens e oportunidades para um enriquecimento ilícito, e que por vezes poderíamos apontar até como afrontoso às dificuldades de milhões de brasileiros. Ao lado destes instalara-se um esquerdismo corruto, que se cevava apressadamente nos cofres públicos e particulares, como se adivinhasse a transitoriedade do crime. E a ambos, servindo-os, e neles buscando apoio para toda sorte de negociatas, juntaram-se alguns setores afortunados, que ainda mais enriqueciam com prejuízo do País."*

Além de negro, era bem triste o quadro. Numa vista d'olhos mais ampla, o próprio ministro Bulhões, infenso a carregar nas cores, fez esse esboço da situação anterior à Revolução: "O panorama nacional era desolador. O deficit do Tesouro, constante do orçamento aprovado, acusava soma considerável, sem contar com o aumento de vencimentos que estava sendo votado na Câmara, em doses generosas. A expectativa das despesas, no curso do exercício, com o referido acréscimo de vencimentos, deveria superar o dobro da estimativa da receita. Achava-se de regresso ao país a missão que fora enviada ao exterior, com a finalidade de declarar aos nossos credores a impossibilidade do pagamento de nossas dívidas. Havia filas nas portas dos açougues e dos armazéns, pois faltava carne, açúcar, arroz e vários outros produtos alimentícios. As fábricas precisavam contar com geradores próprios, em face da escassez de suprimento de energia. A procura de residências era acentuada, ante o declínio

da construção de casas e apartamentos para aluguel. Os preços subiam numa taxa de 8% ao mês e todos os indícios eram de elevações mais violentas. Agravava esse panorama uma nuvem de *slogans*, destinados a inibir ou atemorizar os anticomunistas e a transferir para a América do Norte toda a culpa dos nossos males. Era o biombo utilizado pela incompetência do Governo. Usando com perfeição a eficiente máquina publicitária, os comunistas, ao mesmo tempo, faziam o jogo do quanto pior melhor: deliberadamente afundavam o país.

Não seria fácil a nação voltar à tona. Salvo se encontrasse um grande comandante. Quando se falara em Castelo, a escritora Raquel de Queirós, que o conhecia, comentara: "Não acredito que o Brasil tenha tanta sorte." Entretanto, a tivera. O Presidente, possuído das mais sólidas idéias, caráter firme, capacidade de liderança, jamais vacilaria à ameaça dos *slogans* lançados pelos esquerdistas. Nunca se havendo envolvido em lutas partidárias, fez-se, em pouco tempo, um político infatigável, de imaginação fértil, e capaz de conceber estratégia adequada para vencer os vários conflitos com que se iria defrontar.

Na realidade, Castelo introduziria um estilo de governo de que o país não tinha memória. O embaixador Lincoln Gordon, nas suas reminiscências do Presidente, recorda esse critério político:

"Algumas das minhas nítidas lembranças de Castelo Branco concernem ao seu estilo de Chefe do Executivo. Ele possuía um forte senso de dignidade pessoal e grande respeito pela função presidencial, que acreditava haver sido diminuída pelos seus três predecessores. Ele estava determinado a restaurar-lhe a dignidade.

No trato com a política e a organização governamental, o seu estilo refletia o hábito e métodos de um chefe de Estado-Maior. No nosso encontro inicial, em 18 de abril de 1964, ele imediatamente identificou muitas áreas críticas da política interna e externa e descreveu como pretendia compor um grupo de trabalho para a sua solução. Em nosso segundo encontro, sete semanas depois, ele tinha na sua carteira um relatório sobre áreas externas de atrito com as recomendações sobre as linhas de ação, e relacionou os cinco planos principais de reformas internas, todas entrosadas com os três altos objetivos: a contenção da inflação, a promoção do desenvolvimento e a implantação de reformas.

Em outubro, ele mostrou notável compreensão da política econômica que lhe tinha sido, seis meses antes, terreno desconhecido. Obviamente, havia realizado grande esforço, e, ao mesmo tempo em que tinha confiança no seu ministro, ele claramente desejava saber o como e o porquê do que lhe era recomendado, para depois apoiar. Nas minhas longas conversas particulares com ele nesse mês, en-

fatizou inicialmente a importância do sistema de trabalho em grupo, ampla consulta aos ministros respectivos, clara divisão da política, e manutenção das orientações, uma vez determinadas.”

No começo, entretanto, Lincoln Gordon, que não conhecera Castelo antes da Presidência, pois o encontrara apenas em reuniões sociais, não estava seguro do êxito dos métodos adotados pelo Presidente, conforme se depreende da continuação daquelas lembranças:

“Em nossos primeiros encontros, eu muitas vezes considerei se as reuniões em grupos não estavam sendo exageradas. Eu me lembrava de muitas críticas à administração do Presidente Eisenhower em seus diversos trabalhos. Essas dúvidas desapareceram no encontro havido num jantar no Alvorada, em 14 de novembro de 1964, quando foi decidido se se deveria ou não suspender as negociações então em curso com o Fundo Monetário Internacional. [Já foi mencionado que o Presidente me convidou para unir-me aos ministros Bulhões e Campos, informando-o sobre essa matéria.] Castelo Branco adiantou, ele próprio, as alternativas e desenvolveu então uma seqüência de raciocínios lógicos sobre cada uma delas, avaliando os possíveis movimentos e contramovimentos em cada alternativa, como um mestre de jogo de xadrez. Ele solicitou as apreciações de cada um de nós sobre os vários aspectos, e acolheu bem informações concretas e apropriadas, enquanto prosseguia. A decisão não foi das mais fáceis. Ele reteve firmemente no espírito todos os objetivos dos argumentos relativos à matéria examinada durante várias horas de deliberação. Quando chegou à sua conclusão, ele sabia todos os riscos, mas tinha também um pleno conhecimento das razões em apoio da sua decisão. O contraste com Goulart, que, por vezes, também discutira comigo altos problemas, era como da noite para o dia.”

De fato, o homem de Estado-Maior sobrelevava-se na formação intelectual de Castelo, que, inclinado a valer-se da estratégia na condução dos problemas do governo, leu com agrado, durante a Presidência, uma nova edição do livro do Clausewitz, *De la Guerre*. É de Jerônimo Moscardo, que serviu como seu secretário particular, esta observação: “Ademais, o interesse demonstrado pelo Presidente por todas as matérias relativas à estratégia militar, pela técnica preparatória de um líder militar, pela arte do comando em geral, afigurava-se-nos revelar uma grande vinculação com o seu método de governo.”

Por proceder das fileiras militares, sem qualquer experiência política, não faltou, aliás, quem julgasse a tarefa excessiva para Castelo, que se deveria ater à parte administrativa, deixando a política para líderes civis da Revolução. Ao governador Magalhães Pinto, por exemplo, dizendo-se satisfeito por livrar o Presidente dessa carga

desconfortável, parecia que este, além de não entender os políticos, iria desperdiçar tempo precioso ao Governo. Era a prova de ainda ignorar que, ao lado do estrategista, vivia uma personalidade incapaz de repartir com quem quer que seja suas responsabilidades. Certo que Castelo adotaria o seu próprio estilo de governo. Ele seria concomitantemente, suave nas maneiras e inflexível nas determinações. *Fortiter in re, suaviter in modo*. Para Milton Campos fora a "conciliação da energia com a serenidade", o traço dominante da sua ação. Daí o não haverem visto "excitado pelos acontecimentos ou deprimido pelas crises".

Esse modo de conduzir o governo permitiu-lhe, através de um Congresso que jamais propriamente aliciou, inúmeras vitórias, que exigiam dois terços dos seus votos. Oficial de Estado-Maior, diretor de estudos da Escola Superior de Guerra, os próprios trabalhos haviam-no levado a meditar sobre objetivos e soluções aos problemas nacionais, que eram os de uma imensa nação, com possibilidades de se transformar numa potência, mas sob a ameaça de degradar-se, como vinha ocorrendo com outros povos.

Talvez por essa visão do país tomara, como meta final, o fortalecimento do Poder Nacional, instrumento indispensável à prosperidade. O resto seria meio, caminho, método para mais seguramente alcançar aquele fim. Que entender, porém, como Poder Nacional? Na bússola da Revolução, ele seria o "norte" imutável, insubstituível, que por vezes exigiu a correção de rumos. Desenvolvimento, nacionalismo, política externa responsável, estabilidade, segurança nacional, reforma agrária, habitacional, bancária, tudo seriam meios para o engrandecimento desse Poder. Tanto mais ele pujante, maior o bem-estar que se almejava ao povo. Daí as incansáveis pesquisas e revisões em torno desses objetivos nacionais, entre os quais avultava o de transformar-se o país numa potência, não pela sua força militar, mas pela sua riqueza. Em monografia escrita nesse tom depois da Revolução, apregoou, categórico, o coronel Meira Matos que a "missão inarredável" do movimento de 1964 seria "transformar este país numa grande nação".

Antes de chegar ao topo, havia, porém, que vencer os degraus. Desse Poder Nacional, enunciou a Escola Superior de Guerra o seguinte juízo: "É a expressão integrada dos meios de toda ordem de que a Nação efetivamente dispõe, no momento considerado, para promover, no campo internacional e no âmbito interno, a consecução e salvaguarda dos objetivos nacionais, a despeito dos antagonismos existentes."

Castelo, numa conferência em São Paulo, em 1962 — "O Poder Nacional e a Segurança Nacional" — emitiu conceitos que, alinhados, informam parcialmente o pensamento que o orientaria no Go-

verno. Diria, por exemplo, sobre os “objetivos nacionais permanentes”:

*“Estes fazem o grande arcabouço político da Nação. Alcançam profundamente o futuro e são uma base de evoluções e prosperidade. Têm as características de estáveis, por se firmarem numa época da vida da Nação, e de mutáveis, quando reconhecidas a mutabilidade das aspirações nacionais, a evolução interna, sob todos os aspectos e as influências externas. O exame da conjuntura nacional e internacional pode concluir sobre a sua consecução. É uma questão de tempo e de meios. Os objetivos nacionais permanentes dizem o que se quer e aquela apreciação mostra o que se pode.”*⁸ Em seguida, como natural decorrência desse pensamento, dizia Castelo que, uma vez enunciados, tais objetivos deviam ser alcançados, por constituírem “um fim para a nação, principalmente quando assentam na procura da sobrevivência, da segurança e do bem-estar geral...”

Em resumo, era o que ele iria tentar.

Embora os enunciasse numa época em que não pensaria chegar à Presidência da República, ele não esqueceu os aspectos e a competência do Poder Político dentro daquele esquema de ação. “A esta altura — acrescentou — já se pode perguntar sucessivamente: Quem traça os objetivos nacionais? Quem organiza o Poder Nacional? Quem transforma o Potencial Nacional para fortalecer o Poder Nacional? Quem aplica o Poder Nacional? A resposta: “O Poder Nacional é uma integração compulsória de quatro Poderes com capacidade de realização, sendo assim a expressão de meios políticos, econômicos, psicossociais e militares interpenetrados, interligados, coesos.”

Esse Poder Político, ele o punha acima de todos, considerando-o “superiormente nacional, capaz de concepção política geral, e de organizar, fortalecer e aplicar os meios integrados, voltados para o campo interno e projetado no campo internacional”.

Por último, de acordo com suas arraigadas convicções democráticas, ele admitia legítimo o poder “oriundo de uma revolução vitoriosa, desde que, num prazo que não implique usurpação, garanta a legitimidade de sua continuação pelo voto”.

Hoje, havendo passado pelo Poder, que poderia ter ambicionado por modo e tempo ilimitado, é extraordinário observar-se a coerência entre as palavras do conferencista de 1962 e a ação do Presidente de 1964. Inflexível, ele se manteria contra as ditaduras, causticando-as com palavras que ainda ressoam na sua eloquência:

“As ditaduras são sempre de poder de usurpação ou de prepo-

⁸ Conferência no Fórum Roberto Simonsen, S. Paulo, 1962.

tência. O primeiro é aquele em que os objetivos nacionais são os de um homem ou os de seu grupo e em que o Poder é a finalidade, não um meio para o bem público. O outro — o da prepotência — próprio dos regimes totalitários, engloba objetivos nacionais oriundos quase sempre da ideologia de um grupo e no qual a finalidade é a predominância do Estado, e o Poder Nacional é para impor, mesmo pela violência, interna e externamente, aqueles objetivos nacionais.”⁹

Fiel a essas convicções, vitoriosa “a melhor solução” na sua própria adjetivação, isto é, afastada a hipótese de uma ditadura, Castelo pensou nos verdadeiros rumos por escolher. Sem medo das idéias, nem mesmo das idéias novas, ele, como ponto de partida, pretendia “mudar a face do país”. Como fazê-lo? Em primeiro plano estava deter a inflação, sem prejuízo da retomada do desenvolvimento. Depois, seguiam-se as reformas de estrutura, algumas há muito reclamadas. Elas seriam “a pedra de toque da Revolução”, pois, aspirando a maior justiça social, ele as encarava como “o ariete com que se têm abatido as muralhas dos privilégios.”

Havia, porém, grave lacuna, da qual advieram ponderáveis desentendimentos na área revolucionária — a inexistência de programa ou doutrina da Revolução. “Uma revolução — diria Miguel Reale — pode, é certo, não derramar sangue, mas não pode deixar de derramar idéias.” No caso, “a revolução brasileira somente se concretizou numa dinâmica de direção política, após o movimento de 31 de março.” De Reale mesmo é a observação de que “há duas espécies de revoluções: uma *atualiza uma idéia*, na plenitude de sua consciência e desenvolvimento; uma outra atende a impulsos e tendências antes de ter-se cristalizado em *conceitos*. A revolução de março de 1964 pertence a esta segunda categoria: contém uma *idéia* diretora *in nuce*, em germe, sem cuja determinação conceitual o fato revolucionário idealmente não se legitimará”.¹⁰

Que idéia matriz seria essa vislumbrada pelo jurista? Em verdade a caudal revolucionária formara-se pelo concurso de muitas águas, tornando-se difícil encontrar um denominador comum. Continuava atual o aforismo de Nabuco: “A fatalidade das revoluções é que sem os exaltados não é possível fazê-las, e com eles é impossível governar.” Castelo iria defrontar-se com os radicais. E a radicalização, segundo observação de Milton Campos, é “inimiga mortal da tolerância.”

Concomitantemente legalista e reformista, certo da facilidade em fechar o Congresso e os Tribunais, mas da dificuldade de viver

⁹ Idem.

¹⁰ Miguel Reale, *Imperativos da Revolução de Março*. Livraria Martins Editora, 1965.

tranqüilamente sem eles, Castello tentaria arduamente conciliar a Revolução com a ordem legal. E, por muito tempo, como na epístola de São Paulo, poria na mão esquerda um escudo, para defender essa ordem, e na direita a espada, para abrir caminho à Revolução, que desejava tão profunda quanto duradoura. Decididamente sonhava reformar o país.